

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Jorge Garcia Basso

O artesão da palavra:

Graciliano Ramos, literatura, educação e resistência

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Jorge Garcia Basso

O artesão da palavra:

Graciliano Ramos, literatura, educação e resistência

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Doutora Circe Maria Fernandes Bittencourt.

São Paulo

2010

Banca Examinadora

Agradecimentos

Ao Capes e CNPq pela concessão da bolsa, sem as quais essa pesquisa não se realizaria.

À professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, pela orientação esclarecedora, paciente e atenta, mais que orientadora da pesquisa, uma referência admirada de mestra, pela erudição e generosidade.

Ao professor Bruno Bontempi Júnior, pelas primeiras orientações iniciais, pela participação e orientação na banca de qualificação, pela atenção, o exercício docente competente, amizade e paixões futebolísticas comuns.

À professora Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, pela participação e considerações na banca, conhecimento e simpatia.

Ao corpo docente do programa EHPs, pela aprendizagem e exemplo de docência, especialmente aos professores Kazumi Munakata e Odair Sass.

À querida Betinha, por sua paciência, competência e carinho.

Ao Instituto de Estudos Brasileiros (USP), pelo serviço e atenção.

Aos colegas de turma, amizades que serão sempre lembradas.

À memória de meu pai, amigo e referência de luta, simplicidade e hombridade.

Aos familiares, especialmente à minha mãe pela sabedoria, a força, o incentivo e o amor; à minha irmã Nadia, pela hospedagem e a colaboração da companheira de todas as horas; à minha sogra Olívia, pelo acolhimento e compreensão; ao meu filho Caique pela paciência e o amor.

Por fim, à minha esposa Lucilene, pela determinação, colaboração e amor comungados pelo caminho.

Resumo

O percurso profissional de Graciliano Ramos como literato e funcionário público da educação, constitui-se no objeto de investigação desta pesquisa. O corpus documental é composto de correspondências referentes à rede de sociabilidade que o envolveu em sua atuação profissional; suas obras literárias memorialistas *Infância* (1945) registros pertinentes ao período de sua infância e sua relação com os primeiros anos de instrução; *Memórias do Cárcere* (1953) referente ao período de sua trajetória como preso político e funcionário público; *Pequena História da República* (1962) sátira política numa linguagem didática destinada à criança, representação histórico-literária que analisa e interpreta o período entre a proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930; uma série de artigos e crônicas publicados em vários órgãos de imprensa, entre 1915 e 1953, e documentos oficiais.

Esse estudo tem o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg como referência. A análise da micro-história é tomada aqui, procurando numa escala reduzida, e no estudo intensivo do material documental atingir uma reconstituição do privado, do pessoal e do vivido. Os textos literários tomados como fontes nessa pesquisa têm o objetivo de situar Graciliano Ramos nos contextos, entre as décadas de 1930 e 1940, examinando indícios e sinais que revelam posições políticas e educacionais registrada em sua produção memorialista e infantil, entrecruzada com o conjunto do corpus documental, para uma análise da sua atuação no campo da educação.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, História da Educação, Literatura.

Abstract

The career of Graciliano Ramos as a writer and public official of education, constitutes in the object of investigation of this research. The documental corpus consists of a correspondence relating to the sociability network that involved him on his professional performance, his literary memorialist *Childhood* works (1945) relevant records from the period of his childhood and its relation to his early education years, *Memories of Prison* (1953) for the period of his experience as a political prisoner and public official; *Brief History of Republic* (1962) political satire in a language made for children comprehension, historical and literary representation that analyzes and interprets the period between the Proclamation of Republic (1889) and the 1930 Revolution, a serie of articles and essays published in various newspapers between 1915 and 1953, and official documents.

This study has the semiotic paradigm of Carlo Ginzburg as reference. The analysis of micro-history is taken here, in a small scale, and in the intensive study of documental material to achieve a recovery of the private, personal and experienced. The Literary texts taken as sources in this survey are intended to place Graciliano Ramos in context, between the 1930s and 1940s, examining clues and signs that reveal a political and educational positions recorded in his memorialist and children's productions, crisscrossed with the whole documental corpus , for an analyses of his performance in the educational field.

Keywords: Graciliano Ramos, History, Education, Literature.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – <i>Infância</i> : a educação pela pedra na “Civilização do Couro”	15
1.1 - A infância nas memórias do sertão	21
1.2 - O ABC nas vidas secas do nordeste	27
1.3 - O literato, a política e o diretor de instrução pública do Estado de Alagoas	39
Capítulo 2 – <i>Memórias do Cárcere</i> : as lembranças como ação política	46
2.1 – Um literato na República dos bacharéis e renovadores da educação	48
2.2 – As memórias de um sertanejo escritor na República dos Coronéis	59
2.3 – A polêmica na construção de um documento histórico	76
Capítulo 3 – <i>Pequena História da República</i> de um mandacaru sertanejo	82
3.1 - Uma produção literária para crianças	83
3.2 – Pequena História da República: um Brasil para crianças	88
3.3 - O “escritor funcionário”: literatura, educação e resistência	105
Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	114
Anexos	117

Introdução

O objetivo de investigação deste estudo refere-se à temática do percurso profissional de Graciliano Ramos como literato e funcionário público da educação. O corpus documental é composto de *correspondências* referentes à rede de sociabilidade que o envolveu em sua atuação profissional; suas *obras literárias memorialistas* *Infância* (1945) pertinente ao período de sua infância e sua relação com os primeiros anos de alfabetização e letramento; *Memórias do Cárcere* (1953) referente ao período de sua trajetória como preso político e funcionário público e *Pequena História da República* (1962) sátira política que adota uma linguagem didática destinada à criança, que analisa e interpreta o período entre a proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930, e uma série de *artigos e crônicas* publicados em vários órgãos de imprensa, entre 1915 e 1953.

Minha aproximação com o tema se constituiu pelo interesse na discussão das múltiplas relações dos intelectuais com o Estado, em diferentes conjunturas ao longo do século XX.

Partindo dessa discussão, interessava-me pelo período republicano brasileiro, em especial, a era Vargas. Por se tratar de um período consagrado pela historiografia onde os principais setores em expansão no mercado de trabalho franqueados aos aspirantes às carreiras intelectuais encontravam-se nos partidos políticos e instituições culturais, frentes de mobilização político-ideológica de organizações integralistas,

católicas e de esquerda, a indústria editorial alavancada pelo surto do romance e o serviço público.

Outras questões que muito me interessavam se referiam às relações entre História e Literatura, quanto às possibilidades de produção historiográfica, com base em fontes literárias e trajetórias intelectuais particulares, do período Vargas.

Na confluência desses interesses descobri o envolvimento de Graciliano Ramos com a educação, sua produção literária infantil, coincidir com seu período pós-prisão (1936-1937); as relações profissionais com o recém criado Ministério de Educação e Saúde (1932); as relações editoriais e educacionais ao longo de toda a sua vida profissional.

Tais relações ligadas à educação, inicialmente nebulosas, acabaram por se definir em meu projeto de pesquisa, optando por estudar o escritor e o profissional da educação Graciliano Ramos no contexto republicano brasileiro pós-1930, com vistas a abordá-lo como literato e funcionário público atuando na educação entre as décadas de 1930 e 1940.

Quanto à atividade profissional, Graciliano Ramos teve sua atuação dividida entre a imprensa escrita, a literatura e o funcionalismo público. Após seu mandato de Prefeito em Palmeira dos Índios (Alagoas), de 1927 a 1930, exerceu entre 1930 e 1931, o cargo público de Diretor da Imprensa Oficial de Alagoas, antes de assumir a Diretoria de Instrução do Estado de Alagoas entre 1933 a 1936.

Entre março de 1936 a janeiro de 1937, o escritor alagoano é destituído do cargo de Diretor de Instrução Pública de Alagoas e mantido preso. Em abril de 1939, já em liberdade, recebeu o prêmio de Literatura Infantil do Ministério da Educação e

Saúde, com o livro *A Terra dos Meninos Pelados*. No mesmo ano foi nomeado na gestão do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema - Inspetor Federal de Ensino Secundário no Rio de Janeiro, cargo exercido até o seu falecimento em 1953.

Esta pesquisa tem como referência o paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg para análise do seu corpus documental.

A micro-história de Ginzburg busca valorizar o conhecimento dos elementos individuais e não reduzi-los ao ajuste de uma categoria ou generalização teórica mais ampla, dirige e acentua o foco analítico nas vidas e nos acontecimentos individuais, assim como, procura não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 1992, p. 158).

Como afirma Ginzburg: *eu usava a morfologia como uma sonda, para perscrutar uma camada inacessível aos instrumentos usuais do conhecimento histórico* (2007, p.104).

O método propõe o trabalho historiográfico como prática essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental.

A análise da micro-história é tomada aqui, procurando numa escala reduzida, atingir uma *reconstituição do vivido, impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula* (GINZBURG, 1989, p.177, 178). O privado, o pessoal, o vivido, se propõe como objeto de pesquisa concretizado no indivíduo Graciliano Ramos, mais ainda, se constituindo no *fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo*

que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas (GINZBURG, 1989, p.174).

Toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais de ação. Segundo Ginzburg:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (2007, p. 177, grifos meus)

Em oposição às perspectivas sociológicas estruturalistas e funcionalistas, essa pesquisa busca enfatizar o papel das contradições sociais na geração da mudança social. Enfatiza o valor explanatório das discordâncias entre as restrições que emanam dos vários sistemas normativos (ou seja, entre as normas do Estado e da família, das instituições) e do fato de que, além disso, um indivíduo tem um conjunto singular de relacionamentos que determina suas reações à estrutura normativa, bem como suas escolhas com respeito a ela.

O trabalho historiográfico não está simplesmente dirigido para a interpretação dos significados, mas também em identificar as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais (LEVI, 1992, p. 136).

O ponto de intersecção entre literatura, história e sociedade objetiva-se concretamente pela ótica ginzburguiana na figura do escritor, na reconstituição dos contextos e intencionalidades. Os textos literários tomados como fontes em minha

pesquisa têm o objetivo de situar Graciliano Ramos examinando indícios e sinais que possam revelar posições políticas e educacionais nos contextos, entre as décadas de 1930 e 1940, registrada em sua produção memorialista e infantil, conjugada com fontes não literárias, correspondências, artigos e crônicas jornalísticas para a reconstituição da sua atuação no campo da educação.

Todo discurso, assinala um ato fundador, *na medida em que nomeia situações e elementos imprevistos, conferindo-lhes existência e lançando-os na luta por um espaço e uma posição, no interior das relações e hierarquias que encerram as palavras encarregadas de dizer o mundo conhecido e compreendido* (SEVCENKO, 1983, p.247).

O conhecimento histórico rigoroso é possível e deve ser produzido pelo historiador reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura. A literatura enquanto forma discursiva não se incompatibiliza nem como prova, menos ainda, com a realidade histórica, materializando-se como registro fecundo do artista quando recria a realidade.

A problemática enfrentada nessa pesquisa busca compreender e situar o “escritor funcionário”¹ Graciliano Ramos, no contexto republicano brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1940, objetivando discutir as motivações que levaram Graciliano Ramos à literatura e ao serviço público na educação. Que acontecimentos, Graciliano Ramos escolheu para registrar em suas obras? Como Graciliano Ramos ordenou esses

¹ Expressão criada por Carlos Drummond de Andrade – assessor do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema – referindo-se aos intelectuais que durante a era Vargas trabalharam junto à órgãos ligados ao Estado. Na crônica intitulada “A rotina e a quimera”. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. Passeios na ilha – divagações sobre a vida literária e outras matérias. Rio de Janeiro: Simões, 1952. P.112-115.

acontecimentos em narrativas de caráter autobiográfico e memorialista? O que o escritor buscou arquivar em sua obra memorialista, da vida escolar e profissional?

Pretende, perscrutando nos escritos literários, conjugados com suas correspondências e textos jornalísticos o percurso do literato e funcionário da educação.

Graciliano Ramos teve ao longo de toda a sua vida, o Estado como principal padrão, no entanto, a análise do corpus documental referente a essa pesquisa permite uma interpretação, que aponta Graciliano Ramos como *um intelectual funcionário que serviu ao Estado, porém jamais se vendeu*² ao poder (CANDIDO apud MICELI, 2001).

Em meio às grandes transformações no mercado intelectual, que se consolidaram ao longo da primeira metade do século XX, a trajetória profissional de Graciliano Ramos é distintiva por sua resistência intransigente à subordinação de sua produção estética e pessoal tanto aos projetos político-ideológicos, quanto às ambições do poder. Sofreu na carne o custo de sua intransigência política e estética, encontrou na literatura, na imprensa e na educação espaços de ação e resistência à sua tutela e cooptação pelo Estado, sobretudo, na forma autoritária, que este assumiu, no período do Estado Novo.

A obra memorialista e a trajetória profissional de Graciliano Ramos parecem testemunhar a resistência à pressão da sociedade dentro da sociedade, a negação de sucumbir ao cerco de setores do poder próximos a ele, atesta uma intransigência política e estética. O exame do seu percurso profissional denota a opção pela

² Interpretação e diferenciação destacada por Antonio Candido, no prefácio do estudo, *Intelectuais à brasileira* de Sergio Miceli, criticando os julgamentos e conclusões feitas pelo estudo.

resistência à subordinação política dos intelectuais, parece traduzir o reconhecimento de limites, mas nunca de apatia.

A pesquisa está dividida em três partes, cada uma das partes tem como base de referência para a discussão historiográfica uma obra literária analisada. O **primeiro capítulo** apresenta *Infância* referindo-se ao processo de alfabetização e letramento de Graciliano Ramos e suas impressões da vida escolar, desde suas origens nordestinas e sertanejas, sua formação como aluno em Alagoas até o surgimento do escritor, na década de 1930. O **segundo capítulo** busca analisar numa perspectiva historiográfica a obra autobiográfica e memorialista *Memórias do Cárcere*, com o objetivo de abordar as razões da sua prisão entre 1936 e 1937, ligadas à sua função no cargo de Diretor de Instrução Pública de Alagoas. O **terceiro capítulo** objetiva analisar a obra infantil *Pequena História da República*, com vistas a situar e discutir o escritor Graciliano Ramos, em meio ao contexto educacional pós-1930.

Capítulo I

Infância - A educação pela pedra na “Civilização do Couro”

O capítulo que segue tem na obra memorialista e autobiográfica *Infância*, de Graciliano Ramos, bem como em suas correspondências, entre 1910 e 1952, e em artigos e crônicas publicadas na imprensa, entre 1915 e 1952, referências documentais que serão estudadas com vistas a abordar o período da infância de Graciliano Ramos, sua trajetória como aluno, na passagem do século XIX para o XX, em seu contexto sertanejo, no interior do nordeste brasileiro, em meio a seu processo de alfabetização, escolarização e letramento até o surgimento e a afirmação do escritor, na primeira metade da década de 1930.

Com base no cruzamento desse conjunto de textos objetiva-se uma reconstituição do contexto histórico de Graciliano Ramos visando reconstituir suas posições e representações literárias, como escritor e funcionário público na educação, no início da era Vargas.

A primeira metade do século XX caracteriza-se por uma ampla atração da intelectualidade para a gestão pública e privada, bem como, para os serviços criados pela indústria cultural em expansão. Apesar do largo envolvimento político e profissional desses intelectuais na cena pública, nesse período, acentua-se, também, o fenômeno do enfraquecimento de seu poder de influência política, num complexo processo de conversão e cooptação dessa intelectualidade à categoria de trabalhadores intelectuais.

É fundamental, nesse estudo, o reconhecimento desse processo dinâmico de mercantilismo e de burocratização do trabalho intelectual, para uma contextualização e interpretação historiográfica de Graciliano Ramos como escritor e funcionário público da educação.

Nascido em 1892, Graciliano Ramos, ainda em vida, conseguiu o reconhecimento da crítica e do público. A importância de seus romances e memórias tem despertado muito interesse nos meios acadêmicos e literários, o que tem motivado desde o seu falecimento, em 1953, inúmeros trabalhos, desde biografias e críticas literárias até dissertações de mestrado e teses de doutorado, consolidando sua obra num cânone literário. Traduzido em vários países, alguns de seus romances e memórias ganharam versões cinematográficas nas mãos de diretores como Nelson Pereira dos Santos (*Vidas Secas* e *Memórias do Cárcere*) e Leon Hirschmann (*São Bernardo*).

Além dos romances e memórias, Graciliano Ramos escreveu literatura infanto-juvenil, contos e crônicas, apesar do grande interesse, sua obra, ainda que considerada pequena, em número de volumes, parece se confirmar como fonte profícua à historiografia da educação e inesgotável em termos interpretativos.

O artista quando traça a imagem de si próprio, guarda sempre autenticidade, senão a autenticidade dos fatos, a verdade ensejada que ele imagina ter sido e aí reside o principal valor historiográfico do relato memorialista e autobiográfico de Graciliano Ramos sobre sua infância.

Transformar percepções e sensações em conceitos e representações mentais é próprio do homem, que qualifica e significa a sua realidade. História e memória,

enquanto formas de narrativa e representação, se diferenciam de outros discursos sobre a realidade, pelo fato de que seu objeto referente é um tempo transcorrido, o passado. Aquilo que se rememora e que se torna presente no discurso histórico e no discurso memorialístico pertence a um tempo físico, *já escoado e irreversível, mas não irrecuperável, pois ele se presentifica toda a vez em que se verificar esta operação imaginária de sentido capaz de reconfigurar o tempo* (PESAVENTO, 2006, p.2).

Conforme Paul Ricoeur, o escoado, o tempo passado, torna-se um tempo passível de recuperação, pelo historiador, por meio da narrativa memorialista, como um lugar de memória:

Esse poder de fazer interagir esses dois fatores, a ponto de chegarem a sua “sobredeterminação recíproca”, repousa na estrutura complexa dos lugares de memória que acumulam os três sentidos da palavra: **material, simbólica e funcional**. O primeiro fixa lugares de memória em realidades que consideraríamos inteiramente dadas e manejáveis; o segundo é obra de imaginação e garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; o terceiro leva ao ritual que, no entanto, na história tende a destituir, como os lugares refúgios e outros santuários. (2007, p.416, grifos meus)

Neste sentido, a narrativa memorialista, como *lugar refúgio* da memória, em suas dimensões *material, simbólica e funcional*, não nos remete somente ao fato lembrado e narrado, mas cria a possibilidade de deslocamento no tempo e no espaço, interconectando palavras e representações, correlacionando sentidos; abrindo perspectiva de acesso ao estudo do passado, bem como à significação do lembrado, se um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, o acontecimento lembrado não tem limites, se apresenta como uma chave para significar o antes e o depois. Como destaca Walter Benjamin tratando da obra de Marcel Proust:

Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Porém esse comentário ainda é difuso, e demasiadamente grosseiro. Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. (BENJAMIN, 1996, p.37, grifos meus)

Os textos literários memorialistas e autobiográficos descrevem representações do passado, não são textos transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, portanto, a pesquisa historiográfica deve esforçar-se para criar suas próprias estratégias para lê-los. (HUNT, 1992, p.9). A perspectiva historiográfica não tem como foco principal de investigação a obra literária, limitada ao estudo do texto, uma análise internalista e estética da obra, mas como objeto material livro, compreendido como produção cultural inserida num determinado contexto histórico, diferenciando-se assim da crítica literária.

Conforme afirma Mônica Pimenta Velloso, a produção literária como fenômeno social, não exprime a sociedade *ipsis litteris*, não é um testemunho ou uma fotografia da sociedade e do contexto histórico de que emergiu. Como ressalta a historiadora:

A literatura se transforma, então, num inventário da realidade, já que essa realidade é algo que pode ser mapeado. Está feita a associação: **literatura = representação do real = documento ou inventário**. A partir daí, é possível conceituar a literatura como o **canal adequado para a captura do "real" (entendido como mera objetividade)**. Tal forma de ver supõe uma transparência ou uma correspondência imediata entre a realidade e a obra artística.

É como se ao artista coubesse a função única de retratar uma realidade já dada. No entanto, os objetivos da obra literária estão longe de ser estes. **Em lugar de retratar o real, o que ela busca é transfigurá-lo**. E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. **A História se confunde com a história. A realidade histórica é mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade**. (VELLOSO, 1988, p.241, grifos meus)

Para uma compreensão historiográfica das obras literárias elas precisam ser estudadas em suas relações com o seu contexto, nesse sentido, a figura do escritor e literato ganha relevância como objeto e foco de pesquisa. Segundo Nicolau Sevcenko:

O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis porque uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período. Eles juntamente com as **editoras, os livros, as livrarias, academias, confrarias e o público constituem o aspecto palpável, visível da instituição literária.** (1983, p. 246, grifos meus)

Nessa perspectiva, *Infância* de Graciliano Ramos é tomada aqui, como fonte historiográfica valiosa que nos informa sobre a infância de Graciliano Ramos em suas representações e reminiscências do passado, bem como às intencionalidades do escritor com sua obra.

A obra foi composta de 39 textos, propostos pelo autor como lembranças de sua infância, sendo que cada um desses textos curtos foram produzidos pelo escritor, entre 1938 e 1944, separadamente e não implicam, para o entendimento do seu conjunto, de uma leitura ordenada. Durante esse período, 27 dos 39 capítulos de *Infância*, foram previamente vendidos por Graciliano Ramos para publicação individual em jornais: *Diário de Notícias*, *O jornal*, *A Manhã*, *Diretrizes*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e em revistas: *Atlântico*, *Revista do Brasil*, *Vamos Ler*, *O Cruzeiro*, *Anuário Brasileiro de Literatura* (SILVA, 2004, p.54). A obra *Infância*, somente seria publicada em formato de livro de memórias em 1945, numa coleção organizada e editada pela Livraria José Olympio, intitulada *Memórias, Diários, Confissões*. Conforme Márcia Cabral da Silva, essa coleção reunia textos como:

Recordações de Infância e Juventude, de Ernest Renan, *Memórias de Leon Tolstói*, *A corte de Luiz XIV*, de Saint Simon (Memórias de um cortesão), *História de Minha Vida*, de George Sand, *Memórias de Casanova e Memórias de Gandhi*. A quarta capa da primeira edição de *Infância* de Graciliano Ramos, indica o lançamento, dentro da coleção, de outros títulos do gênero: *Cartas Íntimas*, de Ernest Renan e Henriette Renan (1842 – 1845), *Confissões de um Comedor de Ópio*, de Thomas de Quincey, *Memórias*, de Goethe, *Memórias de um Revolucionário*, de Kropotkin, *Memórias do Conde de Gramont*, *Autobiografia*, de Mark Tawain e *Memórias*, de Rabindranath Tagore. (SILVA, 2004, p. 29, 30)

Tais dados, relacionados ao processo de edição são esclarecedores, revelando que, os textos de *Infância* foram publicados anteriormente em separado na imprensa, ganhando um novo arranjo na ordenação de seus capítulos, quando formatados em livro de memórias, no interior da coleção *Memória, Diários, Confissões*, da livraria José Olympio. Após sete anos da primeira edição de *Infância*, a sua segunda edição, de 1952, apresenta-se como obra independente, fora da coleção *Memória, Diários, Confissões*, e a sua capa traz impressa o título: *Infância – Memórias*, apontando para uma reformulação editorial na organização dos textos, para que sua formatação circunscrevesse a obra ao gênero de memórias da infância de Graciliano Ramos.

Em carta endereçada à sua esposa Heloisa de Medeiros Ramos, de 28 de Janeiro de 1936, Graciliano Ramos menciona a idéia do livro *infância*:

Um dia desses, no banheiro, **veio-me de repente uma ótima idéia para um livro**. Ficou-me logo a coisa pronta na cabeça, e até me apareceram os títulos dos capítulos, que escrevi quando saí do banheiro, para não esquecer-los. Aqui vão eles: Sombras, o inferno, José, as almas, letras, meu avô, Emília, os astrônomos, caveira, Fernando, Samuel Smiles. Provavelmente me virão idéias para novos capítulos, mas o que há dá para um livro. Vou ver se consigo escrevê-lo depois de terminado o *Angústia*. Parece que pode render umas coisas interessantes. Zélines e Jorge Amado têm insistido para que eu remeta logo os originais. Mas ainda não dei resposta às cartas deles. E só mandarei os originais quando o dinheiro vier. (RAMOS, 1981, p. 157, grifos meus)

A carta é reveladora, pois, em 1936, pouco menos de dois meses, antes da sua prisão, o autor, pelo menos inicialmente, parece manifestar o projeto das narrativas de

sua infância, em formato de livro: *veio-me de repente uma ótima idéia para um livro*, porém, tornam-se relevantes, tais informações, para inferências relacionadas ao modo de produção da obra, assim como, implicam na discussão, quanto às intenções do autor com sua obra, denotando uma submissão do escritor Graciliano Ramos, enquanto, profissional das letras, trabalhador intelectual, às demandas e às pressões do mercado, e da existência de interferências em seu processo de produção.

A primeira publicação de *Infância* surge, em 1945, somente, em 1952, confirma-se como obra memorialista e autobiográfica, onde o autor, em sua maturidade compôs uma representação de sua infância, entre 1895 e 1903. Suas lembranças objetivam registrar a vida do menino Graciliano Ramos em suas descobertas, sentimentos e medos, dos 3 aos 11 anos de idade, no Agreste pernambucano e na Zona da Mata alagoana do sertão nordestino, oligárquico e patriarcal.

1.1 – A infância nas memórias do sertão

Graciliano Ramos nasceu em 1892, final do século XIX, filho primogênito dos 15 filhos do casal Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro e Ramos, e até seus 22 anos, viveu em pequenas cidades como Buíque, no interior de Pernambuco; Viçosa e, depois de um breve período em Maceió, Palmeira dos Índios, na Zona da Mata alagoana; nesta última, posteriormente, Graciliano Ramos se tornaria Prefeito, entre 1927 a 1930; na capital Maceió, exerceria, entre 1930 a 1936, a direção da Imprensa Oficial de Alagoas e da Instrução Pública do Estado. (BOSI, 1997, p.452)

Sua trajetória política em Palmeira dos Índios, o início de sua atuação jornalística e literária e, sobretudo, sua passagem pela Instrução pública, lhe renderam conflitos com os poderes locais que o levariam à prisão, entre março de 1936 a janeiro de 1937, no Rio de Janeiro. Graciliano Ramos, desde sua libertação, não retornaria mais ao nordeste, radicando-se na então capital da república, visando sua afirmação literária e profissional até o seu falecimento.

Em correspondências, publicadas por sua esposa Heloísa Medeiros Ramos, no início dos anos de 1980, o próprio escritor nos conta suas origens:

Nasci em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, Alagoas, donde saí com dois anos. Meu pai, Sebastião Ramos, negociante miúdo, casado com a filha dum criador de gado ouviu os conselhos de minha avó, comprou uma fazenda em Buíque, Pernambuco, e levou para lá os filhos, a mulher e os cacarecos. Ali a seca matou o gado – e seu Sebastião abriu uma loja na vila, talvez em 95 ou 96. Da fazenda conservo a lembrança de Amaro Vaqueiro e de José Bahia. Na vila conheci André Laerte, cabo José da Luz, Rosenda lavadeira, padre José Ignácio, Felipe Benício, Teotoninho Sabiá e família, seu Batista, dona Marocas, minha professora, mulher de seu Antônio Justino, personagens que utilizei muitos anos depois. (RAMOS, 1981, p. 13)

O pai de Graciliano Ramos, com 37 anos, possuía uma casa comercial e negociava com fazendas. A mãe tinha 15 anos incompletos, quando se casaram. Há irmãs naturais antecipando a irmandade extensa; e uma delas, adolescente – chamada pelo escritor de “Mocinha”, residia com o casal, acompanhou o pai em seu matrimônio (RAMOS, 1979, p.24). Em 1895, o casal e dois filhos Graciliano e Leonor, seguiram para Buíque, zona de indústria pastoril, onde o casal apossa-se da Fazenda Pintadinho e dos começos do gado que deverá multiplicar-se, com a marca do novo dono, pela ribeira (RAMOS, 1979, p.24). O pai de Graciliano Ramos *cedendo aos argumentos dos sogros, prósperos fazendeiros no sertão pernambucano, liquidaria com a loja e se mudaria*

para Buíque, na vizinhança da Fazenda Maniçoba, endereço dos Ferro (MORAES, 1993, p.9).

Os avós maternos de Graciliano Ramos, ligados à terra e ao pastoreio, seriam os principais responsáveis pela transferência momentaneamente, de seu genro, do comércio em Quebrangulo, para a criação de gado e o comércio no interior de Pernambuco.

Os negócios envolvendo a Fazenda Pintadinho se revelaram infrutíferos, devido à inexperiência de Sebastião Ramos, na criação de gado e sua imperícia para vencer a seca, a família deixa a fazenda e seu pai abre uma loja em Buíque.

Pelo lado paterno, Graciliano Ramos descende de senhores de engenho arruinados, reduzidos à precária situação do avô Tertuliano Ramos de Oliveira, de natureza sensível, propensa às artes, com a qual o escritor, em sua obra autobiográfica *Infância*, se revelará identificado.

Alguns viventes idosos chegavam, sumiam-se, tornavam a manifestar-se depois de longas ausências. De um deles, meu avô paterno, ficaram notícias vagas e um retrato desbotado no álbum que se guardava no baú. **Legou-me talvez a vocação para as coisas inúteis.** Era um velho tímido, que não gozava, suponho, de muito prestígio na família. Possuía engenhos na mata; enganado por amigos e parentes sagazes, arruinara e dependia dos filhos. Às vezes endireitava o espinhaço, o antigo proprietário ressurgia, mas isto, rabugice da enfermidade, findava logo e o pobre homem resvalava na insignificância e na rede. Bom músico especializara-se no canto.(...) **Meu avô nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém, diversos, e a carência de mestre não lhe trouxe desvantagem.** (RAMOS, 2008, p. 18, 19. grifos meus)

Pedro Ferreira Ferro, avô materno, próspero criador de gado, é o influente patriarca que conserva a propriedade e representa a autoridade na família:

Meu avô materno, alto, magro, de cabelos e barba como pasta de algodão, muito se diferenciava dessa criatura achacada: **não desperdiçava tempo em cantiga nem se fatigava em miuçalhas. De perneiras, gibão e peitoral, as abas do chapéu de couro**, repuxado para a nuca, a emoldurar-lhe o rosto vermelho, impunha-se. A voz lenta,

nasal, pigarreada pelo excesso de tabaco, rolava com um ronrom descontente que nos arranhava os ouvidos, depois se insinuava, se adocicava, tomava a consciência de goma. Tínhamos a impressão de que a fala ranzinza nos acariciava e repreendia. Homem de imenso vigor, resistência à seca, ora na prosperidade, ora no dismantelo, reconstruindo corajoso a fortuna, em geral não se expandia. Escutava sereno as conversas, o lenço encarnado no ombro ou nos joelhos, o olho azul perdido na capoeira familiar, percebendo sinais invisíveis ao observador comum. Possuía conhecimentos infusos a respeito de tudo quanto se refere a bichos: indicava o peso exato dos bois de era. Para vender o seu gado nunca precisou de balança. **Esse avô bárbaro dispensava ao civilizado, artífice e cantor, exageros de atenção, em que havia talvez surpresa, desdém, o receio de magoá-lo, estragá-lo com as mãos duras.** (RAMOS, 2008, p. 19, 20. grifos meus)

Os pais de Graciliano Ramos irão motivar o seu primeiro livro de memórias de sua infância, onde se explicitará prontamente um sentimento claro em suas lembranças: *Foi o medo que me orientou nos primeiros anos*, dividindo assim, a humanidade agreste entre dois grupos: *indivíduos que me atormentavam e indivíduos que não me atormentavam*, entre os primeiros fazem parte os pais; dos segundos, os empregados, a gente da fazenda e da vila (Buíque) que aceita e protege a criança - e que terá relevância em sua literatura (RAMOS, 2008, p.12, 17).

Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina. (RAMOS, 1979, p. 27)

Sua mãe Maria Amélia Ferro e Ramos está representada, ao longo da narrativa, *Infância*, associada à violência e à mágoa de seu desafeto. *Minha mãe tinha a franqueza de manifestar-me viva antipatia. Dava-me dois apelidos: bezerro-encouraçado e cabra-cega*. Assinala as lembranças das cantigas, cantadas por ela, e suas imensas dificuldades de leitura e pronúncia: *Minha mãe lia devagar, numa toada inexpressiva, fazendo pausas absurdas, engolindo vírgulas e pontos, abolindo esdrúxulas, alongando ou encurtando as palavras. Não compreendia bem o sentido*

delas. E com tal prosódia e tal pontuação, os textos mais simples se obscureciam (RAMOS, 2008, p.120, 61).

A presença de Sebastião Ramos, em Infância, é bastante freqüente e marcante, porém profundamente associada ao poder, ao comércio, ao autoritarismo e à violência:

Sentado junto às armas de fogo e aos instrumentos agrícolas, em desânimo profundo, as mãos inertes, pálido, o homem agreste murmurava uma confissão lamentosa à companheira. (...) Na rua examinei o ente sólido, áspero com os trabalhadores, garboso nas cavalhadas. Vi-o arrogante, submisso, agitado, apreensivo – um despotismo que às vezes se encolhia, impotente e lacrimoso. A impotência e as lágrimas não nos comoviam. Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se ele estivesse embaixo, livre de ambições, ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, à justiça e ao fisco, precisava desabafar, soltar a zanga concentrada. Aperreava o devedor e afligia-se temendo calotes. Venerava o credor e, pontual no pagamento, economizava com avareza. Só não economizava pancadas e repreensões. **Éramos repreendidos e batidos.** (RAMOS, 2008, p. 26, 27. grifos meus)

Nesse contexto, entre as pequenas cidades de Buíque e Viçosa, espremidas entre a caatinga e o litoral, no final do século XIX, temos o cenário onde viveu Graciliano Ramos, seus primeiros anos. Alagoas, nesse contexto, se divide entre o Litoral alagoano e a Zona da Mata, de produção agrícola, *são duas estreitas faixas territoriais comparadas ao Agreste seco, de extensos horizontes, maiores altitudes, onde predomina escassa vegetação. Esta é a zona de produção pastoril. É a terra do mandacaru* (RAMOS, 1979, p.19), da seca, do gibão, dos vaqueiros e caboclos, da chita, da litografia dos santos, do sertão enfim, comandado pelos coronéis e patriarcas.

A religião de meu avô era segura e familiar. Revelava-se diante do oratório erguido na sala, sobre a mesa coberta de pano vistoso. Na gaveta desse altar guardava-se macetes, chifres de veados, sovelas, cera, pregos, torqueses, pedaços de couro em que se pulverizava fuma torrado. Em cima, na luz, entre fitas e flores secas, litografias piedosas, figurinhas santas esculpidas por imaginários rudes. O velho se ajoelhava na esteira, persignava-se, batia no peito, ouvia a ladainha que Maria

Melo, sacerdotisa e mulher do vaqueiro, cantava numa espécie de latim. Ali agachado e contrito, perto da negra Vitória e de Maria Moleca, voluntariamente escravas porque não tinham em que empregar a liberdade, reduzia-se muito, não se diferenciava quase de Ciriade, pastor de cabras. Finda a cerimônia, recuperava a grandeza e o comando:

- Ó negra!

Maria Moleca trazia a gamela de água, vinha lavar-lhe os pés, de cócoras, enxugá-los na toalha encardida. Essa posição era natural. De cócoras preparava a comida, temperava a panela, aticava o fogo na trempe de pedras. De cócoras varria a casa com um molho de vassourinha cortado no fundo do terreiro, onde o muçambê e o velame desbotavam. Dormia de cócoras, arrimada à parede, sob as cortinas de pucumã que desciam do teto. Se a gamela tardava, minha avó intervinha ranzinza:

- Vai lavar os pés de teu senhor, negra. (RAMOS, 2008, p. 114)

O coronel Pedro Ferreira Ferro encarnava a lei num tribunal antigo e particular:

A certeza de proceder bem dava-lhe aquela serenidade perfeita. Cumpria deveres simples, não poderia viver de outra maneira. Tratar do gado, vê-lo multiplicar-se ou diminuir; gerar filhos, criá-los, proporcionar-lhes batismo e casamento, não se afastar muito deles, ampará-los na pobreza e na doença, pôr-lhes a vela na mão, amortalhá-los, conduzi-los ao cemitério e à eternidade. Nenhum pensamento estranho o perturbava, nenhum escrito ia modificar o velho **Deus agreste e pastoril**. (RAMOS, 2008, p. 117, grifos meus)

Desde os tempos coloniais, nessa região, o gado se multiplicou, *atrelou-se a carroça e promoveu o transporte da região. Abasteceu de carne os engenhos da Mata. Alimentou, vestiu e calçou o povo. Fundou uma curtida civilização do couro* (RAMOS, 1979, p.19). Nos primeiros anos da República, o declínio da economia canavieira alteraria as bases da ordem política e social da região: os coronéis do algodão e da pecuária, de um lado, e o Estado oligárquico, de outro, moldariam os agentes e a forma da estrutura e do poder local.

O jovem Graciliano Ramos, em suas primeiras incursões no jornalismo, ironiza de forma crítica o funcionamento da estrutura de poder republicano, em texto publicado no *Jornal de Alagoas*, em 1915, nos seguintes termos:

Em escala descendente, a começar **no Catete, onde pontifica o chefe Açu, e a terminar no último lugarejo do sertão, com um caudilho, mirim, isto é um país a regurgitar de mandões de todos os matizes e feitios.** (...)

Graúdos, risonhos, polidos, escovados, envernizados, lá estão inchando, inchando. São os grossos batráquios da lagoa republicana. Muitos, menos volumosos, coaxam pelos cantos chefitos incolores, numerosos, em chusma, minúsculas pererecas de poças d'água. São os donos de todos os municípios destes remotos rincões que o estrangeiro ignora, que as cidades do litoral conhecem vagamente, através dos despachos da Agência Americana. **Mandatários do Governo, forjadores de eleições, mais ou menos coronéis, caciques em miniatura, têm freqüentemente para infundir respeito, uma espada da Guarda Nacional, um boné sebento, um lenço de tabaco e um par de socos.** (RAMOS, 1972, p. 15, 16, grifos meus)

O ceticismo e a intransigência crítica caracterizaram a trajetória intelectual e profissional do escritor, sua intolerância e resistência aos *mandões de todos os matizes e feitios*, lhe renderam dificuldades variadas e constantes, que o levaram até mesmo à prisão, em 1936, e ao ostracismo político de Alagoas. Porém, resistir às várias formas de violência e autoritarismo, parece ter sido o caminho escolhido por Graciliano Ramos, configurando e motivando a sua intervenção política como intelectual, marca evidente da sua trajetória, constituindo-se numa perspectiva fecunda, para a compreensão de sua vida, como escritor e funcionário da educação, e nesse sentido, para a interpretação de sua obra.

1.2 – O ABC nas vidas secas do nordeste

A literatura de Graciliano Ramos caracteriza-se pela temática regional, do sertão nordestino, onde residem suas origens, marcadas pelas contradições curtidas nessa *civilização do couro*, transformando o seu próprio contexto vivido, em obras de *tudo universais*. O realismo do escritor *não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O*

“herói” é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo (BOSI, 1997, p.454).

Graciliano Ramos compôs *uma série de romances cuja descontinuidade é sintoma de um espírito pronto à indagação, à fratura, ao problema* (BOSI, 1997, p.454). Defendeu sempre uma escrita sobre o vivido, sobre a experiência sentida e vivida na própria carne. Em sua correspondência com sua irmã Marili Ramos, em 29 de novembro de 1949, o escritor assinala:

Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. **Arte é sangue, é carne.** Além disso, não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. (...) Arte é isso. A técnica é necessária, é claro. Mas, se faltar técnica, seja ao menos sincera. Diga o que é, mostre o que é. Você tem experiência e está na idade de começar. A literatura é uma horrível profissão, em que só podemos principiar tarde; indispensável muita observação. Precocidade em literatura é impossível: isto não é música, não temos gênios de dez anos. (RAMOS, 1981, p. 13. grifos meus)

Segundo Antonio Candido (1992, p.58), para Graciliano Ramos a *experiência é condição da escrita*. O realismo proposto por ele, em sua literatura, parece expressar a secura de um mundo sem esperança e sem alegria, aí não encontramos sentido para a vida.

Conforme Álvaro Lins (LINS. In: RAMOS, 1985, p.137)³, os personagens descritos pelo escritor *não se associam nem se solidarizam em movimentos de ascensão; carregam, com a ausência de fé, um tamanho poder de negação que só encontra correspondência numa espécie de nihilismo moral, num desejo secreto de aniquilamento e destruição*.

³ Crítica escrita em julho de 1947 e publicada na forma de posfácio na obra *Vidas Secas*.

Para Lins (LINS. In: RAMOS, 1985, p.137), *Infância, não nos revela sequer os sonhos de menino, os sonhos que ocupam a maior parte do universo das crianças, e que vão sendo depois esquecidos ou destruídos pela realidade, no contato com os adultos*, em toda a sua dureza e crueldade.

Suas reminiscências revelam fragmentos dessa autoritária e violenta *civilização do couro*, em seu contorno oligárquico e patriarcal, no agreste nordestino brasileiro. A trama narrativa revela, por meio de seus personagens, tipos sociais, característicos em suas formas de ser e costumes, enredados nas instituições e contradições que os permeiam. Percebe-se, em particular, a sociabilidade de uma ordem social em transformação, após o fim da escravidão e o início da República.

Como afirma Antonio Cândido:

Lendo *Infância*, concluímos que os livros de Graciliano Ramos se concatenam num **sistema literário pessimista. Meninos, rapazes, homens, mulheres; pobres, ricos, miseráveis; inteligentes, cultos, ignorantes – todos obedecem a uma fatalidade cega e má.** Vontade obscura de viver, mais forte nuns que noutros, que os leva a caminhos pré-traçados pelo peso do meio social, físico, doméstico. A vida é um mecanismo de negações em que procuramos atenuar o peso inevitável dessas fatalidades: e parecemos ridículos, maus, inseqüentes. Às vezes somos fortes e pensamos esmagar a vida; na realidade, esmagamos apenas os outros homens e acabamos esmagados por ela. Nada tem sentido, porque no fundo de tudo há uma semente corruptora, que contamina os atos e os desvirtua em meras aparências. Uns se refugiam na ironia e no cepticismo, como João Valério, ou na fúria decepcionada da renúncia, como Paulo Honório. Outros se entregam ao desespero, como Luís da Silva. Outros, ainda, abrem os olhos sem entender e os abaixam de novo, resignados, como Fabiano. **Tudo depende do ponto de partida: da educação, das pancadas, do sexo reprimido ou satisfeito, da falta ou da abundância de dinheiro. O narrador de *Infância* se encarrega de nos ensinar algumas das razões dessa cadeia necessária de sofrimentos. Os castigos imerecidos, as maldades sem motivo, de que são vítimas os fracos, estão na base da organização do mundo.** Ele, a priminha, João, o colega, Venta-Romba, a irmã natural representam a semente da filosofia de vida característica dos romances de Graciliano Ramos. Ela não é nova nem brilhante, e isso não importa. Um artista nada mais faz de que tomar os lugares-comuns e renová-los pela criação. (CANDIDO, 1992, p. 53, 54. grifos meus)

Em *Infância*, essa *cadeia necessária de sofrimento*, evidencia a opção de Graciliano Ramos em fazer emergir, em sua narrativa, as características da ordem oligárquica sertaneja, de feição patriarcal, onde o chefe de família, o patriarca, torna-se absoluto na administração da justiça de família, *à sombra dos cajueiros de engenho, os gestos mais duros do patriarcalismo clássico: matar e mandar matar, não só os negros como os meninos e as moças brancas, seus filhos* (FREYRE, 2004, p.179).

Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldades, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água e sal – e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: **o culpado era o nó.** Se não fosse ele, a flagelação me haveria causado menor estrago. E estaria esquecida. (RAMOS, 2008, p. 28. grifos meus)

O menino na sociedade patriarcal, conforme Gilberto Freyre, antes dos seis anos, é assemelhado a um anjo católico, é protegido e valorizado, após atingir a chamada *idade teológica da razão*, tempo de escola e catecismo, dos seis ou sete anos aos dez, ele passa a ser visto como o *menino-diabo* (2004, p.179).

Criatura estranha que não comia na mesa nem participava de modo nenhum da conversa da gente grande. **Tratado de resto.** Cabeça raspada: **os cachos do tempo de anjo guardados pela mãe sentimental** no fundo da gaveta da cômoda ou oferecidos ao Senhor dos Passos para a cabeleira de dia de procissão. (FREYRE, 2004, p. 178, 179. grifos meus)

A meninice é motivo de vergonha, uma etapa da vida que deve ser abreviada, busca-se amadurecer, antes de tempo. O gosto pela precocidade é estimulado, um ideal de maturidade a ser perseguido, pelos *meninos diabos*, para se libertarem da grande vergonha de ser menino.

Essa pedagogia sádica, exercida dentro das casas-grandes pelo **patriarca, pelo tio-padre, pelo capelão**, teve com a decadência do patriarcado rural seu prolongamento mais terrível nos **colégios de padre do tipo do Caraça**. Os **pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os**

meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e a palmatória. Através de processo tão cru de ensinar ao aluno o latim, a gramática, a doutrina, as boas maneiras, conservou-se enorme a distância social entre o homem e o menino. **Nos colégios de padre, aprimorou-se o princípio de ser a meninice, dos seis aos dez ou aos doze anos, idade teologicamente imunda, durante a qual o indivíduo, sem as virtudes do adulto, adquiridas a custo, apenas se fazia tolerar pelas maneiras servis, pelos modos acanhados, pelo respeito quase babugento aos mais velhos.** Era então tolerado: mas não se aproximasse dos adultos, nem levantasse a voz na presença deles, nem se desse a afoitezas de respondão. Respondesse baixo mesmo aos que falassem com ele gritando, quase como aos negros; desaparecesse da sala quando os grandes estivessem conversando; brincasse sem fazer assuada. Em resumo, guardasse dos mais velhos uma distância de **inferior, de subordinado, de subserviente.** (FREYRE, 2004, p. 180. grifos meus)

Freyre (2004) nos auxilia a compreender o que é ser menino na sociedade patriarcal, o antagonismo entre menino e homem, entre pai e filho, iluminando o entendimento da trama narrativa de Graciliano Ramos em *Infância*.

Essa *pedagogia sádica*, violenta e autoritária, atribuída por Freyre (2004), perpassa todo o corpo narrativo das memórias de Graciliano Ramos, e se apresenta disseminada no espaço doméstico, nas relações sociais vividas pelo menino, e na escola. É a *bárbara educação nordestina* referida por Graciliano Ramos.

O insucesso dos negócios de Sebastião Ramos, pai de Graciliano, na criação de gado na fazenda Pintadinho, leva a família Ramos a deixar a fazenda, indo morar na vila (Buíque), com o objetivo de abrir comércio, fazer dinheiro para regressar à Zona da Mata. Na vila de Buíque, negócio e família localizam-se no mesmo prédio, um corredor separa a habitação do estabelecimento comercial de seu pai.

Graciliano Ramos iniciará seu processo de alfabetização e escolarização, em Buíque, em capítulo intitulado *Leitura*, refere-se às suas experiências com as primeiras letras e o medo da palmatória: *Um pedaço de madeira, negro, pesado, da largura de*

quatro dedos (2008, p.90,91). Relata também, seus primeiros contatos com as cartilhas de alfabetização:

Achava-me empoleirado no balcão, abrindo caixas e pacotes, examinando as miudezas da prateleira. Meu pai, de bom humor, apontava-me objetos singulares e explicava o préstimo deles. Demorei a atenção nuns **cadernos de capa enfeitada por três faixas verticais, borrões, nódoas cobertas de riscos semelhantes aos jornais e dos livros**. Tive a idéia infeliz de abrir **um desses folhetos**, percorri as páginas amarelas, de papel ordinário. Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis. Isto me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores, incrédulo. **Aí meu pai me perguntou se eu não desejava inteirar-me daquelas maravilhas, tornar-me um sujeito sabido como Padre João Inácio e o advogado Bento Américo. Respondi que não.** Padre Inácio me fazia medo, e o advogado Bento Américo, notável na opinião do júri, residia longe da vila e não me interessava. Meu pai insistiu em considerar esses dois homens como padrões e relacionou-os com as cartilhas da prateleira. (RAMOS, 2008, p. 89, grifos meus)

O acesso à leitura e à instrução distinguia os indivíduos na sociedade patriarcal nordestina, uma forma de classificação profissional e social. O pai Sebastião Ramos, foi o primeiro a tentar atrair o menino, para o mistério das letras e dos livros. Graciliano Ramos resiste, associa escola e professores aos mestres rurais, ao trabalho monótono da aprendizagem do conhecimento das letras e à manipulação da palmatória. Com a família agora morando na vila, Graciliano Ramos vai conhecer a escola doméstica de D. Maria, sua primeira professora:

Lavaram-me, esfregaram-me, pentearam-me, cortaram-me as unhas sujas de terra. E, com a roupa nova de fustão branco, os sapatos roxos de marroquim, o gorro de palha, folhas de almaço numa caixa, penas, lápis, uma brochura de capa amarela, saí de casa, tão perturbado que não vi para onde me levaram. Não tinha tido a curiosidade de informar-me: estava certo de que seria entregue ao sujeito barbado e severo, residente no largo, perto da igreja. Conduziram-me à rua da Palha, mas só mais tarde notei que me achava lá, numa sala pequena. Avizinham-me de uma senhora baixinha, gordinha, de cabelos brancos. Fileiras de alunos perdiam-se num aglomerado confuso. As minhas mãos frias não acertavam com os objetos guardados na caixa; os olhos vagueavam turvos, buscando uma saliência na massa indistinta; a voz da mulher gorda sussurrava docemente. Dias depois, vi chegar um rapazinho

seguro por dois homens. Resistia, debatia-se, mordida, agarrava-se à porta e urrava, feroz. Entrou aos arrancos, e se conseguia soltar-se, tentava ganhar a calçada. Foi difícil subjugar o bicho brabo, sentá-lo, imobilizá-lo. O garoto caiu num choro largo. Examinei-o com espanto, desprezo e inveja. Não me seria possível espernear, berrar daquele jeito, exibir força, escoicear, utilizar os dentes, cuspir nas pessoas, espumante e selvagem. **Tinham-me domado.** Na civilização e na fraqueza, ia para onde me impeliam, muito dócil, muito leve, como os pedaços da **carta de A B C, triturados, soltos no ar.** (RAMOS, 2008, p. 98,99, grifos meus)

A escola está associada ao lugar da disciplina, da reclusão e do castigo, da conformação do *selvagem menino diabo*, em menino *dócil e domado*.

Dona Maria recebia em sua casa seus alunos, *Infância* tem um capítulo dedicado a ela, que leva o seu nome, onde, Graciliano Ramos relata as impressões do aluno, sobre a escola e os amigos, mas, sobretudo, os primeiros contatos com a professora:

A mulher gorda chamou-me, deu-me uma cadeira, examinou-me a roupa, o couro cabeludo, as unhas e os dentes. Em seguida abriu a caixinha branca, retirou o folheto:

- Leias.

- Não senhora, respondi confuso.

Ainda não havia estudado as letras finas, menores que as da carta de ABC. Necessário que me esclarecessem as dificuldades.

D. Maria resolveu esclarecê-las, mas parou logo, deixou-me andar só no caminho desconhecido. Parei também, ela me incitou a continuar. Percebi que os sinais miúdos se assemelhavam aos borrões da carta, aventurei-me a designá-los, agrupá-los, numa cantiga lenta que a professora corrigia. O exercício prolongou-se e arrisquei-me a perguntar até onde era a lição.

- Está cansado? Sussurrou a mulher.

- Não senhora.

- Então vamos para diante.

Isto me pareceu desarrazoado: exigiam de mim trabalho inútil. Mas obedeci. Obedeci realmente com satisfação. Aquela brandura, a voz mansa, a consertar-me as barbaridades, a mão curta, a virar a folha, apontar a linha, o vestido claro e limpo, tudo me seduzia. Além disso a extraordinária criatura tinha um cheiro agradável. As pessoas comuns exalavam odores fortes e excitantes, de fumo, suor, banha de porco, mofo, sangue. E bafos nauseabundos. Os dentes de Rosenda eram pretos de sarro de cachimbo; André Laerte usava um avental imundo; por detrás dos baús de couro, brilhantes de tachas amarelas, escondiam-se camisas ensangüentadas. (RAMOS, 2008, p. 100, 101.)

Dona Maria, os empregados da fazenda, o moleque José Bahia, João da Luz o policial de Buíque, *mestiço pachola*, que o Estado não lhe pagava soldo, Jerônimo Barreto o Tabelião da cidade de Viçosa – Alagoas, e Mario Venâncio, seu futuro professor, em Viçosa, são os personagens de *Infância* descritos com certa doçura, em suas reminiscências, destacando-os do conjunto pessimista, árido e rude dos demais.

Aos sete anos, Graciliano Ramos é obrigado a conhecer e estudar os textos de Abílio Cesar Borges, Barão de Macaúbas, médico, diretor e proprietário de um internato para meninos na corte imperial, e autor de livros didáticos (GONDRA, 1999).

Graciliano Ramos, assim descreveu a sua obra:

Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante como rasto de lesma ou catarro seco. Príncipei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.

- Passarinho, queres tu brincar comigo?

Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever. Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede da chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo. (...) Esses dois contos me intrigaram com o barão de Macaúbas. Examinei-lhe o retrato e assaltaram-me presságios funestos. Um tipo de barbas espessas, como as do mestre rural visto anos atrás. Carrancudo, cabeludo. **Perverso com a mosca inocente e perverso com os leitores.** (RAMOS, 2008, p. 107, 108 grifos meus)

A imagem do Barão de Macaúbas e de sua produção didática é severamente criticada por Graciliano Ramos em *Infância* e a ele é dedicado um capítulo, para descrever sua produção e criticar a linguagem dos doutores, presente em seus livros, bem como os métodos de alfabetização e ensino da língua portuguesa.

E se o catecismo tivesse para mim algum significado, pegar-me-ia a deus, pedir-lhe-ia que me livrasse do barão de Macaúbas. Nenhum proveito a libertação me daria: os outros organizadores de histórias infantis eram provavelmente como ele. Em todo o caso ambicionei afastar a mosca, a

teia de aranha, o pássaro virtuoso. Desejo perdido. Recebi um livro corpulento, origem de calafrios. Papel ordinário, letra safada. E, logo no intróito, o sinal do malefício: as barbas consideráveis, a sisudez cabeluda. Desse objeto sinistro guardo a lembrança mortificadora de muitas páginas relativas à boa pontuação. **Avizinhava-me dos sete anos**, não conseguia ler e os meus rascunhos eram pavorosos. Apesar disso emaranhei-me num embrutecimento admirável. (...) O outro mistério, o que se referia a pontos, vírgulas, parênteses e aspas, estirava-se demais e produzia um sono terrível. Foi por esse tempo que me **inflagiram Camões, no manuscrito**. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. **Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante de minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados**. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha, da pontuação. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto. (RAMOS, 2008, p. 110, 111 grifos meus)

Em fins de 1899, já recuperado financeiramente, o pai Sebastião Ramos encontra-se em condições de voltar para Alagoas.

Tínhamos feito uma estação na vila, para bem dizer estávamos ali hospedados, com grande economia e sem nenhum conforto. Vivíamos como retirantes que se fixam algum tempo e ganham força para seguir caminho. Meu pai, educado no balcão, aceitara os conselhos da sogra, metera-se em pecuária nos cafundós de Pernambuco. Arruinando-se na seca, usara os restos de capital e o crédito, mercadejava com o fim de obter meios para regressar a Alagoas e à mata. (RAMOS, 2008, p. 142)

O retorno da família Ramos para a cidade Viçosa, Zona da Mata alagoana, se fez com a abertura de um novo comércio de seu pai, Sociedade Ramos & Costa, explorando o negócio de fazendas, miudezas, ferragens e perfumaria, estabelecendo-se na esquina do largo principal da cidade. E daí a volta à escola: *Matricularam-me na escola pública da professora Maria do Ó, mulata fosca, robusta em demasia, uma das criaturas mais vigorosas que já vi. Esse vigor se manifestava em repelões, em berros, aos setenta ou oitenta alunos arrumados por todos os cantos* (RAMOS, 2008, p. 149).

A passagem de Graciliano Ramos pela escola pública de Viçosa foi breve, por razões de moradia Sebastião Ramos mudou o menino de escola: *tiraram-me da escola da mestiça, puseram-me na de um mestiço, não porque esta se avantajasse àquela,*

mas porque minha família se mudou para a rua da Matriz, e d. Maria do Ó, ficava longe, graças a Deus (RAMOS, 2008, p. 159).

Graciliano Ramos se afastou da escola por um intervalo curto de tempo, em que passou a freqüentar o catecismo. Conforme afirma em *Infância, aos nove anos, eu era quase analfabeto* (2008, p. 168), vencido o período do catecismo Graciliano Ramos teve, em Viçosa, uma nova professora, D. Agnelina:

Na minha escola de ponta de rua, alguns desgraçadinhos cochilavam em bancos estreitos e sem encosto, que às vezes se raspavam e lavavam. Nesses dias nós nos sentávamos na madeira molhada. A professora tinha mãe e filha. A mãe, caduca, fazia renda, batendo os bilros, com a almofada entre as pernas. A filha, mulata sarará enjoada e enxerida, nos ensinava as lições, mas ensinava de tal forma que percebemos nela tanta ignorância como em nós. Perto da mesa havia uma esteira, onde as mulheres se agachavam, cortando panos e cosiam. **D. Agnelina** rezingava com a filha por questões de namoro e, em caso de necessidade, administrava-lhe corretivos. (...) O lugar de estudos era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. **Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram.** Abandonei os cadernos e as auréolas, não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler. (RAMOS, 2008, p. 168, 169, grifos meus)

Professora doméstica, D. Agnelina *possuía raro talento para narrar histórias de Trancoso. Visitava-nos, prendia-nos até meia-noite com lendas e romances, que estirava e coloria admiravelmente. Nada me ensinou, mas transmitiu-me afeição às mentiras impressas* (RAMOS, 2008, p. 174). Sebastião Ramos descontente com os rendimentos do filho, e aconselhado por D. Agnelina confia Graciliano Ramos, ao Professor Rijo:

Éramos apenas dois alunos, eu e meu primo José, um pouco mais bruto que eu. Na ausência do mestre, bocejávamos, olhávamos as andorinhas no céu, as lagartixas brancas na parede e os lombos temerosos dos livros nas estantes. O homem aparecia de salto, tomava as nossas lições rapidamente, encoivarava algumas perguntas e dava logo as respostas, sem esperar que acertássemos ou errássemos. Aí me caiu a leitura de **uma das maçadas de Samuel Smiles**. Tossi e resmunguei a segunda

palavra enchendo a boca de língua. **O professor interrompeu-me, separando as sílabas com bastante clareza: Samuel Smailes. Arregalei o olho, o sujeito repetiu: Smailes. Balbuciei o nome encrencado sem nenhuma segurança. Imaginei um engano: tinha por erro o que divergia da minha maneira habitual de falar. Realmente pronunciara Smiles de vários modos, mas supunha que algum deles estivesse direito. Julguei o professor uma besta – e meu primo José concordou.** (RAMOS, 2008, p. 174, grifos meus)

Havia em Viçosa uma vida familiar mais extensa, com primos e tios pequenos, por meio de sua prima Emília, Graciliano Ramos teve o primeiro contato com o Tabelião Jerônimo Barreto, uma das raras pessoas que possuía livros, em Viçosa, este foi uma referência na formação de Graciliano Ramos:

Jerônimo Barreto me fazia percorrer diversos caminhos: revelara-me **Joaquim Manuel de Macedo, Julio Verne, afinal Ponson Du Terrail**, em folhetos devorados na escola, debaixo das laranjeiras do quintal, nas pedras do Paraíba, em cima do caixão de Velas, junto ao dicionário que tinha bandeiras e figuras. (...) Em poucos meses li a biblioteca de Jerônimo Barreto. **Mudei hábitos e linguagem. Minha Mãe notou as modificações com impaciência. E Jovino Xavier também se impacientou, porque às vezes eu revelava progresso considerável, outras vezes manifestava ignorância de selvagem.** Os caixeiros do estabelecimento deixaram de afligir-me e, pelos modos, entraram a considerar-me um indivíduo esquisito. Minha mãe, Jovino Xavier e os caixeiros evaporavam-se. A única pessoa real e próxima era Jerônimo Barreto, que me fornecia a provisão de sonhos, me falava na poeira de Ajácio, no trono de S. Luis, em Robespierre, em Marat. (RAMOS, 2008, p. 191, 192, grifos meus)

Após esse percurso, para sua alfabetização, Graciliano Ramos ingressou no novo colégio de Viçosa:

Surgiu na cidade uma espécie de colégio e introduziram-me nele. Quando cheguei, o diretor, insinuante, macio, ditou meia dúzia de linhas a diversos novatos. Emendou e classificou os ditados; pegou o meu, horrorizou-se, escreveu na margem larga do alçaço: incorrigível. Esta dura sentença não me abalou. Até me envaideci um pouco vendo a minha carta diferente das outras. (RAMOS, 2008, p. 190)

Jovino Xavier, referido no trecho acima, foi o diretor do novo colégio, que contratou o agente do correio Mário Venâncio, admirador de Coelho Neto e literato para ser professor. *Mario Venâncio era pobre demais: vestia brim fluminense, roupa*

grosseira de matuto, preparava ele mesmo a sua comida e vivia numa espécie de gaiola pendurada no morro do Pão-sem-Miolo (RAMOS, 2008, p. 200).

Aproximei-me desse curioso indivíduo no colégio, onde nos apareceu lecionando geografia. Não era a especialidade dele: ajustou-se á matéria como se ajustaria a qualquer outra, apenas para aliviar o trabalho de Jovino Xavier. Pouco a pouco abandonou os mapas, as listas de mares e de rios. Insinuou-nos a fundação de um periódico. (RAMOS, 2008, p. 201, grifos meus)

A idéia do jornal foi abraçada por Graciliano Ramos, revelando sua tendência ao jornalismo, ele e seu primo Cícero, sob a orientação de Mário Venâncio tornaram-se os diretores do periódico estudantil *Dilúculo*, órgão do Internato Alagoano de Viçosa:

folha impressa em Maceió, com duzentos exemplares de tiragem quinzenal, trazidos pelo estafeta Buriti, que vendia revistas e declamava pedaços do Moço Louro. O desgraçado título foi escolha do nosso mentor, fecundo em palavras raras. (RAMOS, 2008, p. 201, grifos meus)

Na primeira edição do *Dilúculo*, de 24 de junho de 1904, além de sua atuação como editor, o periódico apresentou um conto de Graciliano Ramos chamado *O pequeno pedinte* (RAMOS, 1979, p,31).

Graciliano Ramos, em *Infância*, destaca a fundação da Escola Dramática Pedro Silva, na cidade de Viçosa, sob o patrocínio do senhor de engenho Pedro Silva, a escola que levará seu nome, *ladrilharam, rebocaram e caíram o prédio; ergueram o palco, os cenários da floresta, do palácio e da choupana; Joaquim Correntão esmerou-se no pano de boca, vistoso, com três deusas peitudas. E, depois de numerosos ensaios, levaram à cena O Plebeu* (RAMOS, 2008, p.200).

Graciliano Ramos freqüenta os ensaios da escola dramática, as reuniões literárias na agência do correio. *E em Março de 1905 é transferido para o internato Colégio Quinze de Maio, do Professor Agnelo Marques Barbosa. O Dilúculo* deixa de circular no mês seguinte. Em 1906, em suas férias, Graciliano Ramos tentou ressuscitar

o jornalismo amador, e no dia 1 de fevereiro, lançou o *Echo Viçosense*, publicação mensal na qual Mario Venâncio atua como redator. Quinze dias após o seu lançamento, o jornal noticiou o suicídio do mestre e amigo que lhe vaticinara bom futuro literário. Assim, Mario Venâncio, está descrito em *Infância*:

Esse amável profeta bebeu ácido fênico. Levantei-me da espreguiçadeira, onde me seguravam as novidades e os sofrimentos da artrite e de uma novela russa, fui encontrar o infeliz amigo estirado no sofá, junto à mesa coberta de papéis, brochura, pedaços de lacre, almofadas e carimbo. Um emissário da administração, feita a sindicância, redigiu necrológio pomposo, enterrou o cadáver sob a folhagem de salgueiros, entre raízes de ciprestes, vegetais desconhecidos no lugar. (RAMOS, 2008, p. 201, grifos meus)

1.3 – O literato, a política e o diretor de instrução pública do Estado de Alagoas

Graciliano Ramos após sua infância e adolescência, entre Buíque, no sertão Pernambucano, e Viçosa, Zona da Mata alagoana, no sertão nordestino; passa um breve período em Maceió, no Colégio Quinze de Maio, em seguida, muda com a família para Palmeira dos Índios, cidade onde começou a exercer a sua vida profissional como literato, professor, presidente da junta escolar da cidade, e prefeito.

Em 1910 Sebastião Ramos se estabeleceu com novo comércio em Palmeira dos Índios. A potência agrícola da zona semi-árida e o regime de chuvas atraíram o comerciante. Aos dezoito anos, concluído seus estudos de nível médio, Graciliano Ramos foi trabalhar com o pai na Loja Sincera. Segundo Clara Ramos, filha de Graciliano Ramos, ele foi logo atraído para o exercício do magistério:

Quando **Graciliano Ramos chegou a Palmeira dos Índios com fama de possuir uma cabeça privilegiada**, um grupo de rapazes o procurou com a solicitação de propagar seus conhecimentos num curso noturno. Eram

moços comerciários, colegas de balcão que com ele faziam amizade. Graciliano iniciara então sua carreira de **professor de roça, que deverá estender-se, com períodos de interrupção, até 1932**. Da primeira turma que o mestre-escola, aos dezoito anos, incumbiu-se de formar, saíram discípulos afiados sobretudo em Português, que deverão imigrar e trocar o comércio pelo jornalismo, a economia, o magistério, a política. (RAMOS, 1979, p. 35, grifos meus)

A casa comercial, inicialmente, será a ocupação principal de Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios, enquanto a família cuida da mudança definitiva para a cidade. O comércio não lhe agrada como profissão, o jovem Graciliano, aos 21 anos, manifesta em carta a seu pai as suas intenções de sair de Palmeira dos Índios.

Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso. Portanto...os amigos que guardem suas opiniões. Lembranças a todos os nossos. O filho e amigo, Graciliano. (RAMOS, 1981, p. 16. grifos meus)

O interesse pelo jornalismo era antigo e vinha de suas experiências, em Viçosa, ainda como adolescente e aluno de Mario Venâncio. Avalia o crescimento das oportunidades de trabalho, no jornalismo na capital da República. Decidiu buscar novos horizontes profissionais, no Rio de Janeiro. Mario Fernando Passos Danner (2005, p.264), afirma que ele, *ao embarcar no navio Itassucê, Graciliano Ramos, então com 22 anos incompletos, pela primeira vez se distancia de forma efetiva das tradições, hábitos e costumes do mundo sertanejo.*

Entre 1914 e 1915, fixou-se na cidade do Rio de Janeiro, capital política e cultural da República, onde vai atuar como revisor nos jornais *O Século* e *O Correio da Manhã*. Além de revisor, Graciliano Ramos escreve profissionalmente crônicas para dois jornais: *Paraíba do Sul*, da cidade interiorana do Estado do Rio de Janeiro; e o *Jornal de Alagoas*, de Maceió.

Essa passagem pelo Rio de Janeiro foi muito breve, em 1915, surgem alguns casos de peste bubônica em Palmeira dos Índios. A doença tornou-se uma epidemia nos subúrbios e isolou o município. Graciliano Ramos recebeu um telegrama do pai comunicando a morte, no mesmo dia, de três irmãos e um sobrinho, e o estado grave da saúde de sua mãe e mais duas irmãs. Graciliano Ramos deixou o Rio de Janeiro, de volta para Maceió.

Abalado pela perda dos familiares, e por consequência disso, forçado a abandonar suas primeiras incursões na capital da República, Graciliano Ramos retomou sua vida em Palmeira dos Índios, onde terá início sua carreira como literato, assume efetivamente a Loja Sincera, retoma seu noivado com Maria Augusta Barros, *costureirinha de compridíssimos cabelos louros, filha de um lavrador* (RAMOS, 1979, p.36), casando-se em 21 de outubro de 1915. Essa união produzirá quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria Augusta.

No dia 23 de novembro de 1920, tem alvorada feliz: nasce a primeira filha de Graciliano Ramos. Às 7h da manhã, os acontecimentos mudam dramaticamente de rumo: Maria Augusta morre, aos 24 anos, deixando quatro filhos (RAMOS, 1979, p.46).

Vítima de um aneurisma, a morte de Maria Augusta Barros encerrou um relacionamento conjugal insuspeitado: Graciliano Ramos entrou num estado de depressão que aterroriza a família e os amigos.

Graciliano Ramos, no período entre 1922 e 1924, conseguiu vencer a depressão e sua persistência em se responsabilizar, pela morte de sua esposa.

Em 1924, em Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, encontrei dificuldades sérias, pus-me a ver inimigos em toda parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei. Talvez isto não seja tão idiota como parece. Abandonando o contas-correntes, o diário, outros objetos da minha profissão, havia-me embrenhado na Sociologia

Criminal. Que me induziu a isso? **Teria querido matar alguns fantasmas que me perseguiam.** (RAMOS, 1979, p. 54, grifos meus)

O período de viuvez, como um momento de reclusão, resultou no início de sua atividade literária, como rito de excomunhão dos demônios da depressão.

Naquele inverno de 1924, numa casa triste do Pinga-Fogo, sentado à mesa da sala de jantar, fumando, bebendo café, ouvindo a arenga dos sapos, o mugido dos bois nos currais próximos e os pingos das goteiras, enchi noites de insônia e isolamento a compor uma narrativa. Surgiu um criminoso, resumo de certos proprietários rijos existentes no Nordeste. Diálogo chinfrim, sintaxe disciplinada, arrumação lastimosa. **Felizmente essas folhas desapareceram. Mas as preocupações que me afligiam desapareceram também, pelo menos adelgçaram: ressurgi, desenferrujei a alma,** tornei-me prefeito municipal. Aventuro-me a admitir, pois, que o suicídio se tenha de fato realizado. (RAMOS, 1979, p. 54, 55, grifos meus)

A literatura para Graciliano Ramos parecia transcender os desejos pessoais de brilho e glória, escrever para ele era uma espécie de purgação. Não conviveu nas rodas intelectuais de Maceió, que na época era um movimentado centro cultural, do qual participavam Jorge de Lima, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcante e tantos outros que iriam se destacar na ficção e no jornalismo literário. José Lins do Rego, seu grande amigo e companheiro de toda a vida, se constituiu numa figura de grande importância para a afirmação literária de Graciliano Ramos, conheceu o escritor em Palmeira dos Índios, da seguinte forma:

“O tabelião de Mata Grande nos havia dito:

- **Os senhores vão encontrar em Palmeira dos Índios o homem que sabe mais mitologia em todo o sertão.**

- **Nós éramos dois literatos numa comitiva oficial.** Que homem terrível seria este de Palmeira? Um homem com todos os deuses e deusas da mitologia para nos esmagar na conversa. Fiquei com medo do sábio sertanejo. E de fato, na tarde do mesmo dia entramos em contato com a fera em carne e osso. O prefeito nos apresentou:

- Este é o Professor Graciliano Ramos.

- Professor de coisa nenhuma, foi nos dizendo ele.

E ficou para um canto da sala, encolhido, de olhos desconfiados, com um sorriso amargo na boca, enquanto o governador falava aos correligionários. Quis provocá-lo, e tive medo da mitologia. Mas aos poucos fui me chegando para o sertanejo quieto, de cara maliciosa.

Falou-me de uns artigos, que havia lido com a minha assinatura, com tanta discrição no falar, com palavras tão sóbrias que me encantaram. O homem que sabia mitologia também entendia de Balzac, de Zola, de Flaubert, de literatura como se vivesse disso. Soube que era comerciante, que tinha família grande, que era ateu, que estivera no Rio, que fizera sonetos, que sabia Inglês, Francês, que falava Italiano.

Conheci assim o Mestre Graciliano Ramos. Depois o comerciante fechou as portas pagando integralmente aos credores e seria o prefeito de sua cidade, faria relatórios ao Conselho Municipal, em língua e humor de grande escritor. Começou aí a carreira de mestre. O homem que sabia mitologia sabia muito mais da natureza humana. Muito mais próximo ele estava dos homens do que dos deuses da Hélade”. – **José Lins do Rego.** (RAMOS, 1979, p. 57, grifos meus)⁴

A reputação de Graciliano Ramos, como homem de letras, além de comerciante respeitado, resultou em 1926, na sua nomeação ao cargo de presidente da junta escolar do município, e, em 1927, tornou-se Prefeito de Palmeira dos Índios, cargo que será exercido até 1930.

Este período correspondeu a uma reorganização de sua vida familiar e profissional, em 16 de dezembro de 1928 casou-se pela segunda vez, com Heloisa de Medeiros Ramos com que teve quatro filhos, Ricardo, Roberto, Luiza e Clara.

Enquanto Prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos encaminha ao Governador do Estado de Alagoas, o primeiro em janeiro de 1929, e o segundo em janeiro de 1930, dois relatórios referentes à sua administração (em anexo). Respectivamente, tanto o primeiro quanto o segundo, dotados de uma linguagem simples, direta e contabilmente transparente, ganharam uma repercussão nacional.

Conforme atesta o próprio autor:

Como a linguagem não era a habitualmente usada em trabalhos dessa natureza, e porque neles eu dava às coisas seus verdadeiros nomes, causaram um escarcéu medonho. O primeiro teve repercussão que me surpreendeu. Foi comentado no Brasil inteiro. Houve jornais que o transcreveram integralmente. (RAMOS apud RAMOS, 1979, p. 66, grifos meus)

⁴ O texto de José Lins do Rego, sobre Graciliano Ramos, foi publicado pela primeira vez, em 29 de outubro 1942, no jornal *A Manhã*.

Os comentários em torno dos relatórios serviram para descobrir o romancista. Augusto Frederico Schmidt, poeta e editor, ao ouvir de seu secretário Rômulo de Castro a leitura dos relatórios polêmicos concluiu que haveria um escritor dentro desse prefeito de província.

Lendo um desses relatórios, Schmidt imaginou que eu tinha algum romance inédito e quis lançá-lo. Realmente, o romance existia, um desastre. **Foi arranjado em 1926 e apareceu em 1933.** Em princípio de 1930 larguei a Prefeitura e dias depois fui convidado para diretor da Imprensa Oficial. Demiti-me em 1931. (RAMOS, 1981, p. 103. grifos meus)

O romance referido é Caetés, romance de estréia de Graciliano Ramos e em 1934, sairá publicado *São Bernardo* e em 1936, *Angústia*. Período coincidente com a sua atividade profissional como Diretor de Instrução Pública do Estado de Alagoas.

Em janeiro de 1933, iniciou uma nova etapa da vida profissional de Graciliano Ramos, em que se sucedem seu trabalho na área educacional e sua produção literária.

Clara Ramos, filha do escritor, assim apresentou:

O responsável pela nomeação, que o escritor qualificará como um “*disparate administrativo, que nenhuma revolução poderia justificar*”, é o novo interventor de Alagoas, mistura de literato e militar, Capistrano Afonso de Carvalho. Inicia-se um dos períodos mais interessantes da vida do escritor. Um precursor da merenda escolar no país, que será oficialmente instituída em 1955, Graciliano Ramos, à frente da Pasta da Educação de Alagoas, verifica estar na fome a causa do absenteísmo e da evasão nas escolas; melhora a capacidade de aprendizagem e a resistência às doenças fornecendo alimentos, roupas e calçados aos colegiais matriculados na rede de ensino primário estatal; toma medidas drásticas em favor de uma instrução popular; **contrapõe-se ao pistolão e ao favoritismo**; efetiva as professoras rurais; provoca ódios extremados e permanentes gratidões. (RAMOS, 1979, p. 85, grifos meus)

Essa contraposição ao favoritismo políticos dos bem postados no poder rendeu a Graciliano Ramos o início de seus problemas com as oligarquias que o levará a prisão em março de 1936. Dentre as atitudes polêmicas de Graciliano Ramos este passou a fiscalizar escolas pessoalmente, constatando ociosidade de espaço e de funcionários

nas escolas. Defendeu a criação de cozinhas nas escolas, ao invés de mais escolas entregou às famílias das crianças que freqüentavam a escola, uniformes e calçados. Em uma postura mais de caráter ideológico suprimiu das escolas o Hino de Alagoas e negou-se a favorecer as candidatas apadrinhadas ao magistério. Efetivou as professoras rurais, em detrimento das indicações políticas das filhas das melhores famílias de Maceió (RAMOS, 1979, p. 87).

A efetivação das professoras rurais é outra medida que faz desabar o mundo. As professoras rurais infelizes que caminham léguas pelo interior, o guarda-chuva sempre aberto, embaixo d'água ou do sol, para receber migalhas. Não têm salário nem a estabilidade das formadas pela Escola Normal. A estas efetivas da capital, Graciliano decide equiparar as mestras de roça mediante concurso instituído pela Instrução Pública. Enquanto as normalistas gritam, considerando a inutilidade de estudar para acabar no mesmo nível de matutas praticamente analfabetas, é enorme a gratidão. (RAMOS, 1979, p. 87, grifos meus)

A intransigência de Graciliano Ramos ao nepotismo e ao clientelismo, na gestão pública, caracterizou a sua passagem pelo serviço público, somados à sua posição política de enfrentamento e resistência às pressões políticas das oligarquias.

No dia 3 de março de 1936, Graciliano Ramos foi preso em sua casa, mandado para o Rio de Janeiro, e sem nenhuma acusação formal por parte do Estado, mantido preso e torturado até janeiro de 1937.

Capítulo 2

Memórias do Cárcere: as lembranças como ação política

A obra memorialista *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos é um monumento literário que *têm esse caráter luminoso de resgate criador de uma experiência compartilhada em meio às trevas, de conjunção solidária da mão que desenha a letra miúda no papel amassado com outras mãos, inaptas ao trato da palavra escrita que resguarda e transforma o vivido.* (MIRANDA, 1992, P.17) Aqui, a obra é estudada numa perspectiva historiográfica, como um documento de importância fundamental, que conjugado com correspondências do autor e outras fontes documentais, ilumina a discussão sobre as razões que levaram Graciliano Ramos à prisão em março de 1936.

As memórias registradas pelo autor configuram-se numa narrativa significativa como registro historiográfico de suas reminiscências e representações, acerca dos acontecimentos que antecederam o dia da sua prisão, e seu percurso forçado de sofrimentos e humilhações pelos quartéis e presídios.

O texto autobiográfico é tomado aqui como fonte historiográfica valiosa para a reconstituição da trajetória política e educacional de Graciliano Ramos.

O discurso histórico e o discurso ficcional ou literário são próximos e, embora comportem formas discursivas diferentes, estão propostos aqui, em permanente diálogo. Ambos os discursos são linguagens que, como tal, tentam representar o mundo em sua volta, interpretá-lo, compreendê-lo, significá-lo. Nesse sentido, constroem sentidos para o real, para as experiências com o real, a partir da linguagem.

Como linguagens são essencialmente simbólicas representam elementos do real, tanto o discurso histórico como o literário, são construtores de representações sobre a realidade que tentam apreender. A literatura e a história, por caminhos diferentes, produzem suas narrativas, constroem seus enredos e tornam inteligíveis impressões dos seus objetos e do mundo. Considerando tais características e possibilidades, este capítulo busca perscrutar nas *Memórias do Cárcere* indícios e sinais para a construção de uma historiografia da educação com base nos registros autobiográficos de Graciliano Ramos.

Memórias do Cárcere não pode ser tomada exclusivamente como termo final de uma **obra** e de uma **vida**, **mas constitui ponto de entrecruzamento de ambas**, unindo, por mais paradoxal que possa parecer, a consciência da precariedade do sujeito com sua firme **resistência à seriação do indivíduo e à coletivização alienante** que a experiência carcerária intensifica e aguça. **O texto passa a funcionar como arma revolucionária**, no sentido de proporcionar ao seu produtor manter-se como indivíduo privado e social, como **testemunho de “vigilância democrática” efetiva, compartilhada com o leitor e aberta ao futuro**. (MIRANDA, 1992, p. 87. *grifos meus*)

Em 1953, Nelson Werneck Sodré prefaciando a primeira edição de *Memórias do Cárcere* assinala: *Graciliano, quando de boa disposição, e, principalmente, quando não tinha ouvintes que o incomodassem, dizia como pensava escrever estas memórias, como abordaria certos aspectos, como definiria alguns ângulos.* (SODRÉ In: RAMOS, 1981, p. 5) Depois de muito projetar, de muito avaliar lançou-se à tarefa.

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos se realiza integralmente no terreno da confissão, vê o mundo sem disfarce, através de si mesmo. (CANDIDO, 1992, p. 69) Faz história por meio da linguagem literária deixando seu registro dos fatos, contra uma versão vitoriosa dos acontecimentos, uma história oficial, buscando recompor e registrar sua versão dos horrores vividos, como ato de resistência política e pertinência

crítica para *assim penetrar no sentido do que se escoou*. (MIRANDA, 1992, p. 18. *grifos meus*)

2.1 – Um literato na República dos bacharéis e renovadores da educação

O período entre 1889-1930 em que os historiadores designaram de Primeira República compreende o período de formação e afirmação profissional de Graciliano Ramos como escritor e homem de letras. Esse período se caracteriza pela valorização do processo de escolarização na sociedade moderna, a questão educacional cada vez mais se torna estratégica na consolidação do Estado-Nação e na formação do arquétipo do homem cidadão, idéia mestra de todo o projeto moderno de esclarecimento.

O acesso de Graciliano Ramos aos cargos públicos de Prefeito em Palmeira dos Índios, como Diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública, em Maceió, se deu nesse contexto republicano de valorização da educação como instrumento de preparação da sociedade para uma economia de livre iniciativa, uma sociedade de mercado, de trocas, de profissões e composta de homens livres. No Brasil foram mais de três séculos de escravidão, o período colonial (1500-1822) e todo o período monárquico pós-independência (1822-1888) estiveram marcados pelo regime escravista. O filho de comerciante do sertão nordestino rejeitou o comércio como profissão, a sua opção profissional pelas letras, como literato, tanto no jornalismo, como no campo da produção literária possibilitou e favoreceu o seu acesso aos cargos públicos que ocupou.

O advento do regime republicano trazia o discurso oficial da proposição política de uma sociedade de homens livres, porém considerava tais homens despreparados para o exercício dessa cidadania, e o processo de escolarização da sociedade teria a função social de prepará-los para o trabalho livre e para o exercício público da cidadania. No Brasil, a herança da escravidão gerou uma sociedade com aproximadamente 80% da população em idade escolar excluída dos benefícios da alfabetização e isolada no meio rural e comandadas pelas oligarquias, com precário sistema de comunicação.

As primeiras décadas republicanas expuseram as “chagas da nação”, emergiu uma sociedade incapaz de incorporar seus cidadãos na vida comunitária. O homem de letras e o bacharel no Brasil ganhou título de nobreza. *O “bacharel”, aquele que completou o curso superior, e o “coronel”, aquele que controla a política local do jogo de favores, constituíram-se nos dois pilares de prestígio, privilégio e mando social na Primeira República (1889-1930).* (BOMENY, 2003, p.19)

Essa valorização social do “bacharel” e do homem letrado, de um modo geral, se confirma como uma distinção de superioridade do sujeito letrado na sociedade brasileira. Desde o final do século XIX, a palavra de ordem dos “bacharéis” era *condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “abolição”, “a república”, “a democracia”.* *O engajamento político se torna a condição ética do homem de letras.* (SEVCENKO, 1983. p.78)

Segundo destaca José Murilo de Carvalho, havia no Brasil, desde o fim do Império e o começo da República, uma grande movimentação de idéias importadas da Europa.

Na maioria das vezes, eram idéias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e

combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria **enganoso descartar as idéias da época como simples desorientação**. (CARVALHO, 1987, p. 42. *grifos meus*)

O Brasil republicano tinha o desafio de consolidar o Estado Nacional, modernizar um país agrário e escravocrata, atualizando-o às novas exigências de uma sociedade embasada no trabalho livre, na movimentação da mão-de-obra ao sabor da demanda e da cidadania política. Essa transformação é lenta e requer investimento. A concentração de renda e de cidadania política, marca de origem do sistema colonial escravista, estendia seus efeitos na concentração de benefícios públicos na escala dos privilégios econômicos já confirmados. A elite escravocrata manteve seu poder político e econômico no período republicano e fez por defender a educação como privilégio de uma parcela seleta da população apta a estudar. A educação foi, ao longo da história republicana, um bem escasso, privilégio de poucos.

Os bacharéis em engenharia, direito e medicina compreendem uma elite intelectual na Primeira República e surgem na cena pública defendendo proposições para um modelo educacional embasado no legado iluminista da ciência, da razão e do crescente desenvolvimento tecnológico. Em 1890, José Veríssimo apontava na introdução de seu livro *Educação Nacional*, para a importância de uma educação nacionalista para a afirmação de uma identidade nacional.

Nós também temos de refazer-nos, não somente temperamento, idéias e costumes novos, senão também um espírito novo, o espírito nacional tão enfraquecido em nós. Assim urgente quanto imperiosamente o estão igualmente exigindo os nossos novos destinos (...) **Não é seu intuito discutir a nossa instrução pública, porém mostrar como ela carece de espírito brasileiro, como ela é alheia a qualquer ideal de educação, em uma palavra, como ela absolutamente não merece o nome de educação nacional** e, ao mesmo tempo, indicar o que deve ser para se tornar um fator na obra augusta da **grandeza da Pátria**. (VERÍSSIMO, 1985, p. 51, 52. *grifos meus*)

Desde os princípios do regime republicano esses cidadãos letrados se colocam muito mais como arautos propositores das necessidades da nação do que como executores de resoluções objetivas para a organização do Estado nacional e da vida democrática. Porém, a questão educacional na agenda política republicana vai transformando-se em panacéia para a solução de todas “as chagas nacionais”, analfabetismo, péssimas condições sanitárias dos centros urbanos, atraso político e tecnológico, surgindo como alavanca do progresso e da civilização, como fator essencial à sobrevivência da nação e a construção de uma ordem civilizada nos trópicos.

Homens que irmanados pelo cimento de uma razão ilustrada construíram uma sociedade científica, facultades, findaram e dirigiram periódicos, participaram de sociedades literárias, foram escritores, discorreram sobre quartel, sobre as febres e a nosografia tropical, tematizaram a loucura e o destino dos cadáveres bem como as práticas de infanticídio, o tabagismo, o alcoolismo, a poluição, as águas, os ares, a topografia, o clima, a geografia, a química, a fisiologia e a higiene; dentre outros. Homens que se recusaram a reduzir seu campo de intervenção ao corpo do indivíduo. Homens que, autorizados pela racionalidade que lhes dava suporte, procuravam transformar a sociedade em um corpo a ser, também, objeto do olhar e da aventura da razão médica. Nesse afã, dispuseram a escola sob o manto da Medicina, melhor dizendo, sob o manto da Higiene. (GONDRA. 2007, p. 543, 544)

A chamada Primeira República (1889-1930) consolida-se assim como a república dos bacharéis, mas, sobretudo, como a república dos coronéis, muito distante das possibilidades de consolidação da república dos cidadãos.

O analfabetismo de praticamente 80% da população é alçado como o grande problema nacional e surge como fator de condenação ao projeto político e administrativo da primeira república.

“Desbarbarizar” e “modernizar” para “civilizar” são emblemas simbólicos manipulados estrategicamente pelo discurso renovador pós 1930. Segundo Milton Lahuerta:

O questionamento da ordem faz-se com base num ângulo de visão genericamente modernista, **que buscando o “brasileiro”, recoloca com muita força a preocupação com o nacional e o tema do popular.** Esse impulso se desdobra na Revolução de 30 e no Estado Novo, implantando um padrão de produção cultural que vai politizar a produção cultural como jamais ocorrera na história do país, trazendo à tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, **a nação, o povo e o moderno. E que faz do Estado o desaguadouro de todas as inquietações.** (LAHUERTA, 1997, p.95, *grifos meus*)

Questionar o poder das oligarquias agrárias e buscar o genuinamente brasileiro converte-se em parâmetro de produção cultural. O Estado apresenta-se como instrumento ordenador do processo de modernização. Depois de 30, há uma “politização” das questões culturais e o tema da modernização fica integralmente submetido ao da construção de um projeto nacional para o desenvolvimento e a “civilização”.

A cultura, nos tempos de Capanema, também era vista como campo de construção da alma nacional. Nos anos de 1920, **o modernismo havia vislumbrado a possibilidade de construção de um país mais autêntico,** menos mimético, e essa busca do “Brasil Real” na literatura, na pintura e na música se mesclava com a busca de um “Brasil Real” na política e na vida em sociedade, onde o formalismo da república oligárquica pudesse ser substituído pela construção de um Estado nacional forte voltado para o progresso e para o futuro. **Essa aproximação entre a busca da autenticidade e o autoritarismo político era dominante naqueles anos, em que as democracias pareciam condenadas ao fracasso, e os autoritarismos de esquerda e de direita se confundiam em nome dos valores, supostamente mais altos, da cultura e da nacionalidade.** Capanema, inspirado por Francisco Campos, apoiado em Carlos Drummond e Alceu Amoroso Lima, procura construir seu projeto cultural em cima dessa ambigüidade. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.23, *grifos meus*)

A educação converte-se numa instância de disputa pela hegemonia no processo político e econômico em transformação após a Revolução de 30, assim como, pelo controle da educação como instrumento de formação da “alma brasileira”. Nesse contexto, a educação torna-se um campo estratégico para “republicanizar a república” no sentido de efetivar promessas republicanas de organização da vida democrática e do acesso à educação.

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, **existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo**; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a **verdadeira formação do novo homem brasileiro** (escolanovismo). (NAGLE, 1976, p. 99, 100. *grifos meus*)

Esse entusiasmo pela educação reuniu e mobilizou intelectuais e homens de letras em torno de um ideário de civilização que via a educação como solução dos problemas nacionais e pilar formador de um homem novo. Na formulação de Monteiro Lobato uma “*irmandade*”, um movimento político renovador chamado de *Pioneiros da Educação Nova*, ou ainda, *escolanovistas*. Observadores do movimento educacional norte-americano e francês, que assumem tais modelos, como referências para o debate da educação nacional.

Conforme afirma Bomeny, o movimento renovador dos Pioneiros da Educação absorveu muito dos modelos externos para pensar e plasmar a educação no Brasil:

De fato, as inspirações se mesclaram na plataforma do movimento. **Da França, os pioneiros retiravam a convicção de que era preciso criar um sistema nacional de educação sob liderança do Estado. Dos Estados Unidos, mantiveram o exemplo da extensão democrática com a propagação de uma escola pública, laica e gratuita.** Mantiveram também a crença de que pela ciência se construiria educação de

qualidade. A mescla desses dois modelos nas variantes apontadas – ênfase no sistema, no papel do Estado, na ciência e na reestruturação da sociedade pela educação – aproximou um leque amplo de intelectuais de orientações ideológicas muito distintas que estiveram às voltas com o empreendimento do pós-1930. (BOMENY, 2003, p. 45. *grifos meus*)

A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, é um marco importante na reorientação da educação no Brasil. Foi a primeira vez que se objetiva um grande esforço pela institucionalização de uma política para o setor. O Estado liderou o processo e o programa geral de reformas com a intenção de criar uma unidade de orientação, de sistematizar um conjunto de procedimentos que fossem referência para todo o país.

Nesse novo contexto, a idéia da organização nacional parece dominar as preocupações e as análises da intelectualidade brasileira. A tendência de subordinar a dinâmica da sociedade e de seus conflitos ao princípio abstrato da organização vai ser constante nessas décadas de 1930 e 1940. E explica, em larga medida, o frenesi pedagógico que pretende reformar a sociedade pela educação, criando técnicos e renovando as elites.

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de **moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação.** Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores de escolas públicas e os guardiães de iniciativas privada; os que punham toda ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular. Todos concordavam, contudo, que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional. **É claro que estas questões não preocupavam tanto os políticos que conduziam seu jogo de poder com os recursos mais visíveis e grupos de interesses mais articulados, dos quais não faziam parte os professores, estudantes e**

instituições educacionais. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.69, *grifos meus*)

No período de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), a cultura tanto quanto a educação estiveram dirigidas como dimensões que plasmariam a identidade brasileira e constituiriam uma sociedade e uma nação “moderna” e “civilizada”, que resgataria o país do “atraso”.

Esse projeto “modernizador” tem na educação um campo estrategicamente importante para a moldagem necessária de um novo desenho social, econômico e político para a nação. Voltado para uma formação no duplo sentido: de atender as novas demandas urbano-industriais, bem como, a constituição de novas elites dirigentes.

Os tempos de Capanema seriam marcados pela disputa entre leigos e católicos, os movimentos em disputa pela educação, sobretudo, seu controle pelo Estado ou pela Igreja, eram vividos como uma luta pela própria alma do país. *“Leigos e católicos concordavam que, sem educação, essa alma não existiria”*, exigindo uma construção, para retirar o país *“da barbárie, do atraso e da indigência moral”*. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.19)

Gustavo Capanema como ministro, buscou o convívio, a amizade e a colaboração dos intelectuais, procurando atrair e aproximar a intelectualidade do ministério, tratando de colocar-se, tanto quanto possível, *“acima e alheio ao fragor dos combates ideológicos, nos quais todos estavam engajados, e que envolviam o seu ministério”*, bem como, das *“querelas acadêmicas dos escritores e pintores”*. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.103)

A tentativa de construção dessa neutralidade encontraria mais facilidades e maior poder de persuasão no campo da cultura, do que no campo da educação, onde a influência de Alceu Amoroso Lima e da Igreja Católica dá o tom à política educacional.

Outro destaque é a montagem de uma estrutura de divulgação de Cultura e Propaganda, com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934), que seria o embrião do futuro Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com vistas à mobilização pública, com ênfase na organização da juventude, contenção política das mulheres, e campanhas de Estado, com interesses claros de legitimação ideológica e construção de hegemonia política, via a indústria cultural e seus meios de comunicação de massa.

Nessa nova conjuntura, os principais setores em expansão no mercado de trabalho franqueados aos aspirantes às carreiras intelectuais eram: partidos e instituições culturais, muitas delas da oligarquia paulista, frentes de mobilização político-ideológica de organizações integralistas, católicas e de esquerda, a indústria editorial alavancada pelo surto do romance e o serviço público.

Cabe enfatizar ainda, que esses intelectuais não compõem um corpo coeso, organizado e mobilizado de pressão e luta pelo poder, mas como uma pluralidade de cientistas, artistas e literatos a mover-se numa conjuntura tumultuada e em processo de transformação, na qual, os intelectuais e homens de letras se dispuseram à ação política.

A idéia da missão, do engajamento político e da profissionalização contagiava a intelectualidade em todo o mundo. Nas décadas de 1930 e 1940, a idéia de que os regimes fortes de esquerda e de direita abririam perspectiva para um futuro melhor, *“atraiu intelectuais brilhantes em todo o mundo, de Leon Trotsky a Martin Heidegger, passando por André Malraux e Maurice Merleau-Ponty, sem falar em literatos como*

Pablo Neruda, Miguel Ángel Asturias e Jorge Amado, - e o Brasil não seria exceção.”

(SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.18)

A valorização social do sujeito letrado na ordem republicana favoreceu a Graciliano Ramos o acesso à formação e ao seu processo de letramento, possibilitando a sua opção profissional pelas letras, num momento de expansão do mercado de trabalho intelectual, colaborando para a sua afirmação como escritor e conseqüente ascensão aos cargos públicos que ocupou até meados da década de 1930 em Alagoas. No entanto, Graciliano Ramos não era um bacharel, seu processo de formação intelectual e literária ocorreu fora dos muros da universidade e das formalidades acadêmicas. O jornalismo e a prática literária que ele assumiu desde cedo como profissão, foi o que o destacaram como homem de letras abrindo perspectiva para sua ação pública.

A sua afirmação social como literato o habilitou e o favoreceu aos cargos no funcionalismo público em meio à *república dos bacharéis e dos coronéis*. A sua reputação no sertão nordestino como comerciante e homem “*que mais sabia mitologia no sertão*”⁵, letrado, mestre escola, presidente da junta escolar e prefeito de Palmeira dos Índios; foi essa significação social no interior do nordeste, que fez surgir o funcionário público, o Diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública em Maceió, o homem público e escritor.

Porém, Graciliano Ramos afirma-se como profissional da escrita, um usuário da língua, o artesão da palavra, um prosador e contador de histórias do nordeste, não como um bacharel. Sua obra artística tanto ficcional como memorialista ocupou-se de

⁵ Menção feita por José Lins do Rego, em texto referindo-se à Graciliano Ramos, O texto foi publicado pela primeira vez, em 29 de outubro 1942, no jornal *A Manhã*.

uma temática regionalista e sertaneja que foi sempre o seu mundo literário. Em *Memórias do Cárcere* o escritor sertanejo ironiza os chamados *homens do primado espiritual*, deixando clara sua opção estética e política como profissional da escrita:

Os homens do primado espiritual viviam bem, tratavam do corpo, mas nós, desgraçados materialistas, alojados em quarto de pensão, como ratos em tocas, a pão e laranja, como se diz na minha terra, quase nos reduzimos a simples espíritos. E como outros espíritos miúdos dependiam de nós, e era preciso calçá-los, vesti-los, alimentá-los, mandá-los ouvir cantigas e decorar feitos patrióticos, abandonamos as tarefas de longo prazo, caímos na labuta diária, contando linhas, fabricamos artigos, sapecamos traduções, consertamos engulhando produtos alheios. (...) **Estarei próximo dos homens gordos do primado espiritual? Poderei refestelar-me? Não, felizmente. Se me achasse assim, iria roncar, pensar na eternidade. Quem dormiu no chão deve lembrar-se disto, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolve-las em gaze.**

Contudo é indispensável um mínimo de tranqüilidade, é necessário afastar as miseriazinhas que nos envenenam. Fisicamente estamos em repouso. Engano. O pensamento foge da folha meio rabiscada. Que desgraças inomináveis e vergonhosas nos chegarão amanhã? Terei desviado esses espectros? Ignoro. Sei é que, se obtenho sossego bastante para trabalhar um mês, provavelmente conseguirei meio de trabalhar outro mês. **Estamos livres das colaborações de jornais e das encomendas odiosas?** Bem. Demais já podemos enxergar luz a distância, emergimos lentamente daquele mundo horrível de treva e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando. (RAMOS, 1981, p. 21, 22. *grifos meus*)

Para Graciliano Ramos a experiência era condição da escrita. (CANDIDO, 1992, p. 58) Nunca conseguiu se afastar da temática sertaneja que foi o cerne de sua obra. O seu envolvimento profissional com a educação aconteceu inicialmente por sua condição de sujeito letrado num contexto sertanejo, carente de homens letrados e educação, condição que o destacou habilitando-o aos cargos na administração pública.

Nesse sentido, o Diretor de Instrução Pública de Alagoas (1933-1936), não surgiu como um bacharel nordestino, com diploma e experiência ancestral no jogo político, um escritor com uma rede de sociabilidades que o tornasse membro de “irmandades” intelectuais e políticas, um homem viajado, observador e conhecedor de

modelos e sistemas educacionais, um renovador e pioneiro da educação nova. Graciliano Ramos era reconhecido como o filho de comerciante, o mestre escola do sertão, “homem sabido”, leitor apaixonado de Eça de Queirós, José de Alencar e Dostoiévski, o prefeito de Palmeira dos Índios com pendores literários, de administração intransigente com a corrupção e o nepotismo.

A origem sertaneja vai fornecer os ingredientes para uma trajetória profissional, arredia às “confrarias” e “igrejinhas” literárias, marcada por uma intransigência crítica em relação aos bacharéis, mas, sobretudo aos coronéis.

É no embate político com as oligarquias no campo da educação, sua intransigência e insubordinação política aos “*mandões de todos os matizes e feitios*” gestados no sistema de favores do clientelismo da política local, que desencadeou toda a sorte de ameaças e constrangimentos resultando na sua demissão da Diretoria de Instrução Pública de Alagoas, prisão e humilhação.

Graciliano Ramos, o *escritor funcionário* da educação, fez de suas *Memórias do Cárcere*, um ajuste de contas, registrando uma interpretação própria e significativa desses acontecimentos, deixando-nos um testemunho desses momentos, um documento significativo dos momentos que precederam a instauração do regime do Estado Novo.

2.2 – As memórias de um sertanejo escritor na República dos Coronéis

As *Memórias do Cárcere* foram escritas entre os anos de 1946 e 1951, a primeira frase do texto, afirma: *Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos*

passados há dez anos. O autor inicia sua narrativa destacando sua decisão de registrar comentários sobre os acontecimentos pertinentes à sua Demissão do Cargo de Diretor de Instrução Pública de Alagoas e a subsequente perseguição política sofrida por ele até sua prisão em março de 1936, bem como, suas impressões referentes à experiência como preso político, até janeiro de 1937.

A prisão de Graciliano Ramos está inserida no contexto do embate político-ideológico, no Brasil das décadas de 1930 e 1940, entre comunistas e integralistas representados respectivamente na Aliança Libertadora Nacional e na Ação Integralista Brasileira, que após os acontecimentos de 27 de novembro de 1935, a chamada *Intentona Comunista*, desencadearia a decretação do Estado de Sítio, pelo governo Vargas, a criação da Lei de Segurança Nacional (1935), e o Tribunal de Segurança Nacional (1936), inaugurando um longo período de prisões, processos e condenações em meio a torturas e humilhações.

Graciliano Ramos, vítima da arbitrariedade oficial instituída, sem nenhuma acusação formal, nenhuma inquirição, nenhum simulacro de interrogatório, passou dez meses nos cárceres antes da decretação do Estado Novo. Que motivos e acontecimentos levaram o escritor sertanejo à prisão? Para nos aproximarmos de uma resposta para a questão é preciso não só considerar os acontecimentos conjunturais, acima assinalados, mas também, alguns outros aspectos que envolvem a questão.

O biógrafo e jornalista Denis de Moraes, em *O Velho Graça – uma biografia de Graciliano Ramos*, em seu trabalho publica trecho da entrevista com o historiador e general da reserva Nélon Werneck Sodré que se tornou amigo do escritor no Rio de Janeiro, após a sua libertação, na entrevista o historiador afirma:

Não foram os problemas locais que determinaram a prisão de Graciliano; foram questões de ordem ideológica. Na Instrução Pública, ele seguia à risca os seus princípios, era igual para todos, premiava os que mereciam, defendia os professores – era um homem de primeira ordem. Havia desgostos, pessoas que foram feridas em seus interesses. A tarefa de prendê-lo o oficial executou a mando do general Newton Cavalcante, cujo nome eu evito declinar para que não sobreviva ao esquecimento. Mesmo quando escrevi o prefácio de memórias do cárcere, não mencionei o nome dele; não quero salvá-lo da merecida obscuridade em que deve jazer. Foi um dos homens mais facinorosos e imbecis que esta terra já produziu, uma mancha no Exército brasileiro. Como comandante da 8ª Região Militar, e já adepto do integralismo, tratou de fazer uma limpeza de todos aqueles que suspeitava de serem simpatizantes do comunismo. **Nesta leva foi apanhado o Graciliano.** (MORAES, 1993, p.112)

Nelson Werneck Sodré na época da prisão de Graciliano Ramos era um jovem oficial que se opunha à decretação do Estado de Sítio pelo governo Vargas e marcha do regime para a ditadura. As palavras do historiador apontam para uma versão da prisão do Diretor de Instrução Pública de Alagoas como um gesto de perseguição política *de ordem ideológica*, afastando de certa forma, a possibilidade de tal perseguição se derivar de questões relacionadas à sua atuação na educação, *Não foram os problemas locais que determinaram a prisão de Graciliano.*

Justifica essa avaliação com o argumento de que Graciliano Ramos, como Diretor de Instrução Pública dispunha de uma reconhecida reputação moral, embasada numa lisura administrativa e justeza de posições políticas, *era igual para todos, premiava os que mereciam, defendia os professores*, onde se pode inferir que, que tal reputação em sua avaliação, ao invés de prejudicá-lo o fortalecia politicamente.

Tal avaliação parece desprezar o poder das questões locais, miúdas na gestão pública da educação em Alagoas, que podem ter influenciado ou determinado a sua demissão e o conseqüente processo de perseguição até a prisão.

Um fato parece certo, mesmo não havendo motivos, o Estado investiu-se de poderes, portanto detinha condições para prender quem quer que fosse, legitimando

suas ações por uma ideologia de segurança nacional, que qualquer alegação por mais tola ou torpe que fosse, justificaria a prisão de qualquer cidadão.

Pretextos não faltariam para a legitimação da prisão de Graciliano Ramos, escrevia para imprensa, se violassem sua correspondência com sua esposa Heloisa Medeiros Ramos, certamente encontrariam elementos para sua reclusão, seus filhos Márcio e Júnio, pertencentes à juventude comunista, eram comunistas fichados; como Diretor de Instrução Pública proibira o hino do Estado de Alagoas nas escolas públicas e se recusara ao chamamento patriótico das comemorações de *7 de setembro*, contrariando privilégios de figurões da sociedade alagoana, não aceitara pressões de qualquer ordem para nomeações de professores ou funcionários, despertando rancores; sua produção literária não se enquadrava nos cânones morais e políticos de louvores ufanistas à nação; lia autores russos.

Se tomarmos sua produção literária, o literato nordestino só havia publicado *Caetés* (1933) e *São Bernardo* (1934), o livro *Angústia* está sendo terminado quando sua prisão é ordenada, a publicação só se realizará quando o autor já se encontrava preso. O teor da obra literária até então publicada teria influenciado ou justificado a sua prisão? O próprio Graciliano Ramos parecia duvidar disso, em *Memórias do Cárcere*, narra sua conversa com o jurista Sobral Pinto, advogado responsável pela sua defesa, junto aos poderes públicos.

Dias depois chamaram-me à secretaria. Aí se apresentou um cidadão magro, de meia altura, rosto enérgico, boca forte, olhos terrivelmente agudos. Sobral Pinto. **Inquietou-me velo perder tempo em visita a um preso vagabundo, refugio da Colônia Correccional: imaginara que apenas redigisse ou mandasse redigir uma petição de *habeas-corporis*. Estragava a manhã vindo falar-me.** O advogado sentou-se, afastou essas lamúrias com um gesto seco, abriu a pasta e começou a interrogar-me. Era o primeiro interrogatório a que me submetiam. Ouvi perguntas e dei respostas embrulhadas; maquinalmente peguei uma folha de papel e um lápis; mas achava-me tão confuso que, referindo-me à Casa de Detenção,

fiquei sem saber se devia escrever detenção com s ou ç. Risquei, tornei a riscar – a incerteza permaneceu. **No cipoal de questões enrasquei-me: - Ora, doutor, para que tantas minúcias? Como é que o senhor vai preparar a defesa se não existe acusação? O advogado estranhou a minha impertinência. Em que país vivíamos? Era preciso não sermos crianças. - Não há processo. - Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Porque é que o senhor está preso? - Sei lá! Nunca me disseram nada. - São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo. - Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor? - Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo.** Não me ocorrera tal coisa. Os meus romances eram observações frágeis e honestas, valiam pouco. Absurdo julgar que histórias simples, produto de mãos débeis e inteligência débil, constituíssem arma. Não me sentia culpado. Que diabo! O estudo razoável dos meus sertanejos mudava-se em dinamite. O duro juízo do legista esfriou-me: - Está bem. Não tinha pensado nisso. Realmente pensava no prejuízo que me forçavam a causar ao paradoxo vivo ali sentado em frente de mim. Não havia dinheiro nem para os selos. Porque tirar da cadeia um pobre como eu? Sobral Pinto me fez outras visitas. Palavra aqui, palavra ali - notei que ele era pobre também. E por isso queria libertar-me. As nossas idéias discrepavam. Coisa sem importância. Sobral Pinto, homem de caridade perfeita, queria tirar da cadeia um bicho inútil, na minha opinião, um filho de Deus, na opinião dele. (RAMOS, 1981, p. 542, 543. *grifos meus*)

A alegação que justificou e legitimou a prisão de Graciliano Ramos foi a sua suposta participação no movimento comunista irrompido no Nordeste do país, em 23 de novembro de 1935, com base em prontuário do *Dossiê do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Internos* (em anexo). A ordem para a prisão de Graciliano Ramos partiu do general do Exército Newton Cavalcanti, conforme afirma o próprio depoimento de Nelson Werneck Sobré, corroborado pela petição do Advogado Sobral Pinto ao Tribunal de Segurança Nacional, em outubro de 1936. (em anexo)

O estudo do texto das *Memórias do Cárcere*, numa perspectiva historiográfica, ajuda-nos a pensar o processo que envolve a sua prisão. Como afirma o próprio autor, o texto é considerado *uma reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as*

contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade. (RAMOS, 1981, p. 24)

Graciliano Ramos esclarece que as suas memórias são produto da reflexão e elaboração sobre o passado, destacando a necessidade de significá-lo. Referindo-se às pessoas que conheceu na prisão, o escritor assinala: *fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. (RAMOS, 1981, p. 24)*

Uma intenção clara de arquivamento da sua versão sobre os acontecimentos envolvendo a sua prisão. O que implica uma investigação sobre quais acontecimentos Graciliano Ramos escolheu para registrar nas suas memórias? Como ordenou esses acontecimentos? Buscou enfrentar quais questões em sua narrativa? O autor começa apresentando algumas justificativas e explicações:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, **casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos por que silencie e por que me decido**. Não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também **me afligiu a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimos, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeiras? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?** Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obras de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos-de-fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veia à produção literária. **Certos escritores se desculpam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.** Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. **Não**

caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício. (RAMOS, 1981, p. 21. *grifos meus*)

Esse é o trecho que abre a sua narrativa, onde o autor de saída procura elencar os motivos de seu silêncio, bem como a opção pela escrita, seus temores e questionamentos, apontando de forma sutil, porém clara, sua condição limitada, todavia já insinua uma característica a escolha intransigente da resistência política.

A construção literária de *Memórias do Cárcere* se viabilizou como projeto editorial por se tratar de uma obra que foi financiada durante anos, mediante quantia fixa mensal dada pelo editor, em contrapartida, ao escritor caberia a entrega de três capítulos mensais; os capítulos – às vezes dois, ou apenas um - foram colocados todos os meses no cofre da Livraria José Olympio Editora, pelas implicações políticas que encerravam, consideradas explosivas nos anos finais da década de 1940 e início da década de 1950.

Estou a descer para a cova, este novelo de casos em muitos pontos vai emaranhar-se, escrevo com lentidão - e provavelmente **isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias**. Realmente há entre meus companheiros sujeitos de mérito, capazes de fazer sobre os sucessos a que vou referir-me obras valiosas. Mas são especialistas, eruditos, inteligências confinadas à escrupulosa análise do pormenor, olhos afeitos a investigações em profundidade. Há também narradores, e um já nos deu há tempo excelente reportagem, dessas em que é preciso dizer tudo com rapidez. **Em relação a eles, acho-me por acaso em situação vantajosa. Tenho exercido vários ofícios, esqueci todos, e assim posso mover-me sem nenhum constrangimento. Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos.** Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo; **ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar**, se isto me parecer conveniente. (RAMOS, 1981, p. 23. *grifos meus*).

As *Memórias do Cárcere* foram escritas entre 1946 e 1951, seu último capítulo não chegou a ser escrito. Foram produzidos e depositados 126 capítulos e sua primeira edição, em outubro de 1953, após a morte do escritor, foi formatada em quatro volumes, que correspondiam a cada uma das partes da narrativa: primeira parte, *Viagens*; segunda parte, *Pavilhão dos Primários*; terceira parte, *Colônia Correccional*; quarta parte, *Casa de Correção*, compreendendo os respectivos presídios por que passara Graciliano Ramos.

Após as explicações iniciais sobre o texto o escritor nordestino começa a ordenar os fatos, destacando o início de suas perturbações quando ainda exercia plenamente o cargo de Diretor de Instrução Pública.

No começo de 1936, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço. Desprezei as ameaças: ordinariamente o indivíduo que tenciona ofender outro não o avisa. Mas os telefonemas continuaram. Mandei responder que me achava na repartição diariamente, das nove horas ao meio dia, das duas as cinco da tarde. Não era o que pretendiam. Nada de requerimentos: queriam visitar-me em casa. Pedi que não me transmitissem mais essas tolices, com certeza picuinhas de algum inimigo débil, e esqueci-as: nem um minuto supus que tivessem cunho oficial. Algum tempo depois um amigo me procurou com a delicada tarefa de anunciar-me, gastando elogios e panos mornos que a minha permanência na administração se tornara impossível. Não me surpreendi. Pelo meu cargo haviam passado em dois anos oito sujeitos. Eu conseguira agüentar-me ali mais de três anos, e isto era espantoso. Ocasionara descontentamentos, **decerto cometera numerosos erros, não tivera a habilidade necessária de prestar serviços a figurões, havia suprimido nas escolas o Hino de Alagoas, uma estupidez com solecismos, e isto se considerava impatriótico.** O aviso que me traziam era, pois, razoável, e até devia confessar-me grato por me haverem conservado por tanto tempo. (RAMOS, 1981, p.25. *grifos meus*)

Graciliano Ramos reconhece exageros impetuosos no exercício do cargo, erros carregados de inocência e sectarismo político, porém, parece da mesma forma reconhecer a inevitabilidade dos acontecimentos, no sentido do reconhecimento de

suas limitações quanto a sua capacidade de resistência ou controle político de sua demissão, ela apresenta-se nula ou quase nula:

Naquela noite, acanhado, olhando pelas janelas os canteiros do jardim, as árvores da Praça dos Martírios, Rubem me explicava que Osman Loureiro, o governador, se achava em dificuldade: não queria demitir-me sem motivo, era necessário meu afastamento voluntário. Ora, motivo há sempre, motivo se arranja. **Evidentemente era aquilo início de uma perseguição que Osman não podia evitar: constrangido por forças consideráveis, vergava; se quisesse resistir, naufragaria.** Não presumi que nele houvesse perfídia. Sempre se revelara razoável, nunca entre nós houvera choque. Provavelmente se perturbava como eu. Conversei com Rubem, sem melindres, revolvendo gavetas, procurando papéis meus. Os integralistas serravam de cima, era o diabo. Demissão ninguém me forçaria pedir. Havia feito isso várias vezes, inutilmente; agora não iria acusar-me. Dessem-na de qualquer jeito, por conveniência de serviço. (RAMOS, 1981, p. 25, 26. *grifos meus*).

O responsável pela nomeação de Graciliano Ramos à frente da Pasta da educação em Alagoas (1933) foi o então Interventor do Estado Capitão Afonso de Carvalho, mistura de literato e militar. Osman Loureiro sucedeu o militar no governo de Alagoas mantendo o Diretor de Instrução Pública. Nas *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos analisa a situação política que envolvia o governador, os assessores e companheiros de repartição:

Àquela hora muitos indivíduos suspeitos estavam sendo paralisados, rolavam sobre pneumáticos silenciosos, navegavam do norte para o sul e do sul para o norte, resvalavam como sombras em longos corredores úmidos. E as autoridades resvalavam também, abafando os passos, oblíquas, tortuosas, com aparência de malfeitores. Não me lembrava das pessoas. Osman, doutor Sidrônio e Luccarini eram sujeitos decentes. Mas a engrenagem que havíamos entrado nos sujava. Tudo uma porcaria. Tolice reconhecer que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida para a cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso, dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo, cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário. Sem ele, como poderiam agüentar políticos safados e gerais analfabetos? Necessário reconhecer que a professora mulata não havia sido transferida e elevada por mim: fora transferida por uma idéia, pela idéia de aproveitar elementos dignos, mais ou menos capazes. Isso desapareceria. E os indivíduos que haviam concorrido para isso desapareceriam também. Excelente que Osman, em cima, e Luccarini, embaixo, continuassem. Não continuariam muito tempo. Ficava a estupidez: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas”.

Para que meter semelhante burrice na cabeça das crianças, Deus do céu? Realmente eu havia sido ali uma excrescência, uma excrescência agora amputada, a rodar no bonde, a olhar navios e coqueiros. De certo modo as ameaças dos telefonemas me agradavam: embora indeterminadas, indicavam mudanças, forçar-me-iam a azeitar as articulações perras. Conservara-me regulamentar e besta mais de três anos, numa cadeira giratória, manejando carimbos, assinando empenhos, mecânico, a deferir e indeferir de acordo com as informações de seu Benedito, realmente obedecendo a seu Benedito. (RAMOS, 1981, p. 27, 28 *grifos meus*).

No gosto do escritor sertanejo, a atividade profissional de escritor sempre prevaleceu à atividade burocrática, porém, decidida a sua saída do cargo, Graciliano Ramos firmara posição de não assumir por carta a sua demissão. Considerara reconhecimento de culpa ou incompetência, assinar uma carta de demissão. Exige que se faça por iniciativa do governador. Graciliano Ramos compreende que uma vez afastado do cargo as pressões políticas cederiam espaço e a perseguição política se encerraria aí, no entanto ela não cessa, chegará até sua casa.

No dia seguinte, 3 de março, entreguei pela manhã os originais a dona Jeni, datilógrafa. Ao meio-dia **uma parenta me visitou**—e este caso insignificante exerceu grande influência na minha vida, talvez haja desviado o curso dela. Essa pessoa indiscreta deu-me conselhos e aludiu a crimes vários praticados por mim. Agradei e pedi-lhe que me denunciasse, caso ainda não o tivesse feito. A criatura respondeu-me com quatro pedras na mão e retirou-se. Minha mulher deu razão a ela e conseguiu arrastar-me a um dos acessos de desespero que ultimamente me amiudavam. Como era possível trabalhar em semelhante inferno? **Nesse ponto surgiu Luccarini Entrou sem pedir licença, atarantado, cochichou rapidamente que iam prender-me e era urgente afastar-me de casa, recebeu um abraço e saiu. Ótimo. Num instante decidi-me. Não me arredaria, esperaria tranqüilo que me viessem buscar.** (RAMOS, 1981, p. 30. *grifos meus*).

Os originais que o texto menciona, refere-se ao romance *Angústia*, que Graciliano Ramos enviara para o serviço de datilografia, com o objetivo de retomá-lo numa última revisão. As ameaças insistem na procura do escritor, ele não busca

evadir-se mediante aos avisos sobre a iminência de sua prisão, parece não acreditar na efetivação das ameaças e a sua opção parece ser pelo enfrentamento.

Dona Irene, diretora de um grupo escolar vizinho, apareceu à tarde. Envergonhei-me de tocar na demissão, e falamos sobre assuntos diversos. **Aí chegaram dois telegramas. Um encerrava insultos; no outro, certo candidato prejudicado felicitava a instrução alagoana pelo meu afastamento. Rasguei os papéis, disposto a esquecê-los. Sumiram-se na verdade os nomes dos signatários e as expressões injuriosas, talvez a pequena infâmia esvaído inteiramente se não contrastasse com a presença de dona Irene ali na sala.** O que me interessava no momento era o esforço despendido por ela em três anos. Talvez isso houvesse concorrido para embranquecer-lhe os cabelos, dar-lhe aquela gravidade atenta. Não sorria nunca. E sob o penteado grisalho o rosto moço tinha uma beleza fria. No estabelecimento dela espalhavam-se a princípio duzentos e poucos meninos, das famílias mais arrumadas de Pajuçara. Numa campanha de quinze dias, por becos, ruelas, cabanas de pescadores, dona Irene encheu a escola. Aumentando o material, divididas as aulas em dois turnos, mais de oitocentas crianças haviam superlotado o prédio, exibindo farrapos, arrastando tamancos. Ao vê-las, um interventor dissera indignado: - **Convidam-me para assistir a uma exposição de misérias. E alguém respondera: - É o que podemos expor.** Calçados e vestidos pela caixa escolar, os garotos se haviam apresentado com decência. Lembrava-me da lufa-lufa necessária para modificá-los, ria-me pensando em Flora Ferraz sentada no chão, às oito horas da noite, a experimentar sapatos em negrinhos. Avizinhando-me dela, repelira-me com raiva: - O senhor tem coragem de me dar a mão? Estou suja. Desde a manhã aqui pegando os pés destes moleques! Quatro dessas criaturinhas arrebanhadas nesse tempo, beijudas e retintas, haviam obtido as melhores notas nos últimos exames. - **Que nos dirão os racistas, dona Irene?** (RAMOS, 1981, p. 32. *grifos meus*).

Os acontecimentos trazidos por sua narrativa apontam que as resistências à sua permanência na Direção da Educação Pública de Alagoas, fazem por enfatizar que o escritor não era atacado por rancores de ordem puramente ideológica, numa tentativa de enquadrá-lo na figura de um subversivo perigoso, mas encontravam-se referidas a questões ligadas diretamente à sua função pública na educação, questões relacionadas ao seu dia-a-dia burocrático no cargo.

Graciliano Ramos parece reconhecer também a inevitabilidade de sua prisão, o enfrentamento político às ameaças, converte-se na única possibilidade que lhe resta de resistência contra as calúnias e ameaças. Dessa forma ele narra a sua prisão:

Afinal, cerca de sete horas, um automóvel deslizou na areia, deteve-se à porta - e um oficial do exército, espigado, escuro, cafuzo ou mulato, entrou na sala. — **Que demora tenente! Desde o meio-dia estou a sua espera.** — Não é possível, objetou o rapaz empertigando-se. **Como não? Está aqui a valise pronta, não falta nada.** O sujeitinho deu um passo à retaguarda, fez meia-volta, aprumou-se, encarou-me. **Tinha-lhe observado esse curioso sestro um mês antes, na repartição, onde me surgia pleiteando a aprovação de uma sobrinha reprovada. Eu lhe mostrara um ofício em que a diretora do Grupo Escolar de Penedo contava direito aquele negócio: a absurda pretensão de se nomear para uma aluna banca especial fora de tempo. — Impossível, tenente. Isso é anti-regulamentar. Demais, se a garota não conseguiu aprender num ano, certamente não foi recuperar em dias o tempo perdido. Sua sobrinha não é nenhum gênio, suponho. O tenente recuara, rodara sobre os calcanhares, perfilara-se em atitude perfeitamente militar e replicara com absoluta impudência: - É o que ela é. Um gênio. Posso afirmar-lhe que é gênio.** E voltara a repetir o mesmo pedido, usando as mesmas palavras. Depois de meia hora de marchas e contramarchas cansativas, fizera a saudação, a última reviravolta, abria a portinhola e deixara o gabinete em passos rítmicos. No dia seguinte regressara com uma carta de recomendação, repisara a exigência, lera impenetrável o regulamento e o ofício, ouvira a recusa fatal - e no fim do resumo do caso enfadonho, o recuo, o movimento circular, o aprumo, a solicitação invariável, o obtuso louvor da sobrinha: — **Um gênio, eu garanto. Admita que ela seja realmente um gênio.** Gastara-me a paciência e irritara-me. Agora, finda a pirueta, olhando a valise, prova de que não haviam sabido guardar segredo, encolheu os ombros, sorriu excessivamente gentil: — **Vai apenas essa maleta? Aqui entre nós posso dizer: acho bom levar mais roupa. É um conselho. — Obrigado tenente.** Comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar, ou tinham cessado. Retirei da mesa três livros chegados na véspera, pelo correio. Despedi-me. Dona Irene se espantava, talvez sem compreender bem a significação exata daquilo. Meus filhos mais velhos, agitados e pálidos, fingiam calma. Beijei as crianças sossegadas. Procurei na cara de minha mulher sinal de medo. Em vão: nem dessa vez nem de outras lhe percebi nenhum receio. Nos momentos mais difíceis sempre a vi corajosa, e isto a diferenciava dos parentes, em geral pusilâmines. Depois do conflito da manhã serenara, assistira calada aos preparativos, sem acreditar talvez na realização da ameaça. Diante da cabriola e do sorriso do mulato, pareceu despertar, mas não revelou susto. Uma pergunta me verrumava o espírito: por que vinha prender-me o sujeito que um mês antes me fora amolar com insistências desarrazoadas? — **Quando quiser, tenente. Saímos da sala e entramos no automóvel, um grande carro oficial.** (RAMOS, 1981, p. 33, 34 *grifos meus*).

Graciliano Ramos descreve a sua prisão como um ato que envolvia vingança pessoal, ressentimentos do pedido da *aprovação de uma sobrinha reprovada*. Apresenta com ironia que o mesmo tenente que um mês o havia pressionado, agora gozava o prazer da execução de sua ordem de prisão.

A pergunta mental surgida em casa continuava a espicaçar-me. **Certo ele não havia determinado a minha prisão, mas era curioso encarregar-se de efetuar-la.** Sem me incomodar com essa **pequena vingança**, pensei noutras, **vi o país influenciado pelos tenentes que executam piruetas, pelas sobrinhas dos tenentes que executam piruetas. Desejariam os poderes públicos que eu mandasse aprovar com dolo a sobrinha do tenente, em Penedo?** Não me exigiram expressamente a safadeza, mas **deviam existir numerosos tenentes e numerosas sobrinhas, e a conjugação dessas miuçalhas** mandava para as grades um pai de família, meio funcionário, meio literato. (RAMOS, 1981, p. 35 *grifos meus*).

O trecho expressa o abatimento do Diretor da Instrução Pública de Alagoas, a *conjugação dessas miuçalhas* haviam conseguido prendê-lo, constatação de seu domínio e submissão, descrença na lei, desilusão política em relação às suas restritas possibilidades de movimentação e aos destinos assumidos pelo Estado, em suas várias instâncias de poder, permeados por *numerosos tenentes e numerosas sobrinhas*. Ainda sobre a conjuntura política do país assinala:

Mussolini era um grande homem, e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de rícino. A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. **Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas**, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. **Um professor era chamado à delegacia:** – “Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com autoridade constituída”. **O congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho – e vivíamos de fato uma ditadura sem freio. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros.** (RAMOS, 1981, p. 36 *grifos meus*).

As virtudes do óleo de rícino lhe furtaram o desejo da escrita, constatando a derrota profissional que sobre ele também se abateria. Consumada a prisão do *pai de família, meio funcionário, meio literato*, Graciliano Ramos viverá meses de hostilidade e humilhação pelos quartéis e presídios: *deficiência de tratamento, nenhuma higiene, quatro ou seis chuveiros para novecentos indivíduos. Enfim não nos enganavam. Estávamos ali para morrer.* (RAMOS, 1981, p. 361) Porém, em seu itinerário de reclusão ganhará *a oportunidade de entrar em contato com as surpresas que a condição humana ainda lhe escondia.* (LIMA, 2006, p. 357, 358) Paradoxalmente, a cadeia parece ter desvelado em Graciliano Ramos uma realidade desconhecida. O desmoronamento da lei encontrara na experiência do escritor na prisão a medida para a sua resistência política por meio da literatura.

Graciliano Ramos vai conhecer na prisão personagens do levante de 1935, ao qual lhe imputavam participação, vai identificar os nordestinos, destacar as personalidades políticas como Rodolfo Ghiodi, Agildo Barata, Olga Benário, Prestes; figuras hilariantes como Aparício Torelly; assinalar conhecidos seus, do sertão e amizades nascidas no cárcere, mas, as suas descrições, não trazem exaltação bajulatória ou triunfalista, pelo contrário, destila ironia aos ícones políticos e feitos históricos da esquerda “revolucionária”, às quais lhe atribuíam participação. Um exemplo dessa ironia é a análise feita pelo literato sertanejo de Luis Carlos Prestes:

Eu não tinha opinião firme a respeito desse homem. Acompanhara-o de longe em 1924, **informara-me da viagem romântica pelo interior, daquele grande sonho, aparentemente frustrado.** Um sonho, decerto: nenhum excesso de otimismo nos faria ver na marcha heróica finalidade imediata. Era como se percebêssemos na sombra um deslizar de fantasma ou sonâmbulo. **Mas essa estranha figura de apóstolo disponível tinha os olhos bem abertos, examinava cuidadosamente a vida miserável das nossas populações rurais, ignoradas pelos estadistas capengas que nos dominavam.** Defendia-se com vigor, atacava de rijo; um magote de vagabundos em farrapos alvoroçava o exército, obrigado

a recorrer aos batalhões patrióticos de Floro Bartolomeu, ao civismo de Lampião. **Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava.** Sabia é que estava tudo errado e era indispensável fazer qualquer coisa. **Já não era pouco essa rebeldia sem objetivo, numa terra de conformismo e usura, onde o funcionário se agarrava ao cargo como ostra, o comerciante e o industrial roíam sem pena o consumidor esbrugado, o operário se esfalfava à toa, o camponês agüentava todas as iniquidades, fatalista, sereno.** Com certeza essa gente arregalava os olhos espantada - e nos de cima o espanto se mudava em ódio, nos debaixo começava a surgir uma indecisa esperança. Às portas das farmácias, nas vilas, discutia-se com entusiasmo o caso extraordinário. **Meu tio Abílio, matuto rude, proprietário de caminhões no alto sertão de Pernambuco,** estivera uns dias a serviço dos revoltosos, lá para as bandas de Mariana. Assistira a combates, caíra numa emboscada, fugira precipitadamente, levando alguns defuntos no carro. Abílio me havia falado com ardor na disciplina, na ordem, no espírito de justiça que observara no bando foragido. **O depoimento desse sertanejo bronco valia mais, para mim, que as tiradas ordeiras da imprensa livre, naturalmente interessada em conservar privilégios, fontes de chantagem, e pouco dispostas a esclarecimentos perigosos.** Bom que alguns repórteres tivessem rodado nos carros de meu tio. Como isso não sucedera, pouco valiam as mofinas das gazetas. **Aceitávamos, pois as notícias orais, e estas começavam a envolver guerrilheiro teimoso em prestígio e lenda.** (RAMOS, 1981, p. 60, 61. *grifos meus*).

A edição de *Memórias do Cárcere* acontece postumamente em outubro de 1953. Graciliano Ramos filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1945, porém, seus companheiros de Partido provavelmente não devem ter gostado de ler suas posições em relação à Coluna Prestes. A narrativa de sua observação não estava subordinada a algum prisma ideológico; sempre resistiu a subordinação de sua produção literária a oportunismo político. Buscou entender *aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos.* (RAMOS, 1981, p. 24)

Nas *Memórias do Cárcere* o autor manifesta o seu incômodo e estranhamento em relação às práticas e ao vocabulário da militância política que conheceu na prisão, Graciliano Ramos não era um homem de partido, mas um revoltado com a situação de

miséria e vergonha que testemunhara diariamente no nordeste, e mesmo na vida pública enquanto Diretor de Instrução Pública de Alagoas.

A prisão parece servir-lhe como mestra *que ensina a Graciliano Ramos os alçapões que a palavra encerra*. (LIMA, 2006, p. 361) O exercício da escrita para parece ter sido o meio mais eficaz de expressão política que ele assumiu, nunca o abandonara, sabia do seu potencial expressivo e político. Como demonstra essa passagem sobre uma conversa dele com um médico na prisão, na parte final de suas memórias:

- Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram. - Pagar como? Exclamou a personagem. - Contando lá fora o que existe na ilha Grande. - Contando? - Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel. O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo: - O senhor é jornalista? - Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida. O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando: **- A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.** (RAMOS, 1981, p. 427. *grifos meus*)

O escritor assinala no texto o reconhecimento da idéia de publicar as suas memórias, *contando lá fora o que existe na ilha Grande*, como forma de viabilizar o seu testemunho, enquanto texto literário, confirmando sua condição de ofício e vislumbrando ação política da crítica e da resistência.

Graciliano Ramos jamais subordinou sua produção literária à apropriação ideológica e partidária. Lutou por preservar a liberdade do seu olhar nordestino e intransigente que se manteve nas *Memórias do Cárcere*, ainda que, tais memórias tenham sido redigidas quando o escritor já se encontrasse filiado ao Partido Comunista Brasileiro, o documento memorialista que se amplia em literatura expõe a cena pública fechando a porta para especulações ideológicas, e exaltações panfletárias.

As *Memórias do Cárcere*, como documento histórico, registram as lembranças particulares de Graciliano Ramos, é um testemunho deixado pelo autor das suas impressões.

Analisando os acontecimentos que Graciliano Ramos escolheu para registrar nas suas memórias, destacam-se justamente, as questões diretamente ligadas a atuação dele como Diretor de Instrução Pública de Alagoas – Graciliano Ramos menciona o *tenente* que realizou sua prisão, destacando seu pedido de aprovação da sobrinha no grupo escolar de Penedo; o *telegrama* injurioso de um candidato, provavelmente professor, que se sentira prejudicado; *dona Irene*, diretora do grupo escolar vizinho à sua casa, e seu diálogo referente às melhores notas das alunas negras; a *suspensão do hino de Alagoas das escolas públicas* - como causas motivadoras da sua prisão, conforme assinala o texto, foi justamente a *conjugação dessas miuçalhas*, que havia mandado *para as grades um pai de família, meio funcionário, meio literato*. (RAMOS, 1981, p. 35)

A ordenação dos acontecimentos no texto não se encontra subordinada a algum prisma ideológico, o autor deseja *ir além das aparências*, tenta *descobrir nas pessoas qualquer coisa imperceptível aos sentidos comuns*. (RAMOS, 1981, p. 86) Na narrativa, não encontramos sentimentalismos ou imolação, nenhuma palavra excessiva, apenas disposição do olhar individual, sem alarde nem excesso, de conhecer o outro. De entrar em contato com as surpresas que a condição humana ainda lhe escondia.

A Prisão começa a tirar a venda dos olhos de Graciliano Ramos. O desmoronamento da lei encontrara em sua experiência individual de reclusão a

medida para a resistência, e esta enfrenta e combate as *miuçalhas* humanas que o levaram para a prisão, o autoritarismo e o nepotismo dos favores do poder local, *de todos os matizes e feitios*, desde o *caudilho mirim* no último lugar do sertão, até o *chefe Açú do Catete*. Fez das suas memórias ação política.

2.3 – A polêmica na construção de um documento histórico

O depoimento que Graciliano Ramos não prestou nas prisões por onde passou eternizou-se em *Memórias do Cárcere*, obra em que a dureza, a aspereza e a ironia refletem o perfil do próprio do autor. *Memórias do Cárcere* inicialmente não foi o nome escolhido para a obra, conforme afirma sua filha Clara Ramos, *durante os anos de escavação, seu autor deu-lhe um título duro: Cadeia*. (RAMOS. 1992, P.27)

O título primeiramente escolhido por Graciliano Ramos acaba sendo substituído, e vai figurar como título da obra de Clara Ramos – *Cadeia* – que reproduz cópias de parte dos manuscritos originais de *Memórias do Cárcere*, tratando das diversas etapas do processo criativo de Graciliano Ramos, e de aspectos importantes da primeira edição do livro.

O texto em que Clara Ramos aborda o episódio e a polêmica, em torno dos originais do livro, levanta novamente a questão da autenticidade da obra. Segundo a autora o editor José Olympio lançou em outubro de 1953, por ocasião do aniversário de Graciliano Ramos, uma edição fac-similada de suas memórias póstumas. O escritor Wilson Martins, então crítico literário do jornal O Estado de S. Paulo, compara os fac-

símiles, encartados na edição, com os textos impressos que lhes correspondem, estranhando as divergências dos fac-símiles encartados com o texto impresso. Em artigo publicado em 6 de dezembro de 1953, no jornal O Estado de S. Paulo, Wilson Martins abre a polêmica:

Avalio perfeitamente a gravidade do que afirmo, mas as minhas suspeitas são confirmadas pelos **fac-símiles originais, anexados e estes volumes**: por eles se verifica que **o texto deixado pelo escritor não foi seguido na parte impressa, onde há interpolações, correções, cortes, que não constam ao manuscrito** – e até palavras riscadas e substituídas por Graciliano Ramos aparecem no lugar das que ele tinha preferido na releitura. (RAMOS, 1992, p. 208. *grifos meus*)

O suplemento literário do jornal O Estado de S. Paulo no dia 13 de dezembro de 1953, publica carta de Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos, escrita em 9 de dezembro de 1953, e enviada ao jornal explicando as etapas do processo de criação do texto:

Ex.^{mo} Sr. Julio de Mesquita Filho. M.D. Diretor d' O Estado de S. Paulo. Prezado senhor – Lendo a página literária do seu jornal – que há pouca teia ao livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, comentários oportunos – encontramos um artigo do Sr. Wilson Martins sobre esta obra, envolvendo-nos com algumas referências e acusações da maior gravidade. Pretende o Sr. Wilson Martins que as *Memórias do Cárcere* foi adulterada, e nos aponta como o responsável natural por largos trechos 'provavelmente amenizados, truncados, ou modificados'. Uma suposição que se origina em simples equívoco: o crítico leu um dos primitivos manuscritos estampados na edição do livro em apreço, comparou-o ao texto corrente encontrou diversas correções de natureza estilística. E se apressou em tirar conclusões. Esse o principal engano. Vejamos, entretanto, qual o método seguido pelo autor, a história do livro *Memórias do Cárcere*. Após o original de que nos fala o Sr. Wilson Martins, **houve um segundo, também do punho do autor, e um terceiro, a cópia datilografada – tarefa realizada por minha mãe – que resultou definitiva, ainda com pequenas modificações. São pormenores no processo de elaboração literária que se pretendeu trazer ao leitor e que fugiram à percepção do crítico Wilson Martins, esquecido de outras emendas que poderia haver e realmente existiram nesse intervalo. Corrigidos, em originais definitivos, os capítulos iam sendo entregues, pessoalmente, ao editor José Olympio, guardados em seu cofre particular. O livro foi elaborado de 1946 a 1951**, quando o autor, num documento assinado, autorizou seu lançamento em caso de morte. Como se verifica, os originais definitivos foram entregues pelo próprio Graciliano Ramos ao editor, muito antes de seu falecimento. Há cerca de seis meses, o Sr. José Olympio planejou a edição de *Memórias do cárcere*, achou conveniente uma explicação final em torno do último

capítulo, não escrito. Foi o que fizemos, esta a nossa contribuição única. Até mesmo a revisão, a um pedido nosso, foi realizada por um dos sócios da casa editora, o escritor Antonio Olavo pereira. Assim pensamos haver colocado a questão das responsabilidades nos devidos termos. E frisando que a publicação de Memórias do Cárcere se deve exclusivamente à vontade expressa do autor, trata-se de uma edição em que foram respeitados os seus originais – e não poderia ser de outra maneira – desde a ortografia até o título e a divisão dos volumes. **Para esclarecer o problema apresentamos ao exame de V.S.^a cópia fotográfica de um dos trechos impugnados pelo crítico, onde existem correções a mão do próprio Graciliano Ramos nos últimos originais por ele revistos e entregues ao Sr. José Olympio. Chamamos atenção para o fato de que o romance Angústia, já em sexta edição, sofreu modificações de estilo desde a segunda até a penúltima edição, a derradeira que o autor pôde alcançar.** Se o Sr. Wilson Martins compará-las, é possível que também nos venha responsabilizar, ver interferência nossa no que foi uma das sérias preocupações de Graciliano Ramos. No entanto, a realidade corresponde fielmente ao que expomos. E acreditamos que uma comparação, mesmo ligeira, dos fac-símiles anexos apague as dúvidas que possam restar. As referências de ordem pessoal com que o Sr. Wilson Martins nos visou correm por conta de um artigo escrito à pressa, sem as informações e a reflexão necessárias. **À época em que o livro transcorre, éramos uma criança de sete anos, não nos poderiam preocupar as questões insinuadas. Trata-se de nossos irmãos mais velhos.** Um deles, infelizmente, já não existe; o outro pensa como nós; a obra de Graciliano Ramos é intocável, não reconhecemos em ninguém autoridade para uma censura prévia. Concluindo, lamentamos o incidente desagradável e nos firmamos, atenciosamente – Ricardo Ramos. (RAMOS, 1979, p. 254 - 256. *grifos meus*)⁶

Além do histórico da primeira polêmica acima assinalada, o estudo de Clara Ramos destaca que no dia 25 de dezembro de 1953, Wilson Martins em artigo publicado no mesmo jornal O Estado de São Paulo, intitulado “Ainda as memórias de Graciliano”, dá a questão por encerrada, estranhando a multiplicidade de originais, além das passagens ambíguas referindo-se às justificativas apresentadas por Ricardo Ramos comparando as correções feitas pelo próprio autor em vida no texto *Angústia*, com o caso das *Memórias do Cárcere* por se tratar de publicação póstuma, onde o

⁶ A menção feita aos irmãos refere-se ao artigo de Wilson Martins que levanta a questão da autenticidade da obra póstuma Memórias do Cárcere, onde o crítico confunde o filho mais novo de Graciliano Ramos, que na época de sua prisão contava sete anos, com um dos filhos mais velhos do escritor, então adolescente e filiado à juventude comunista.

autor já não se encontrava presente para dirimir possíveis dúvidas, porém, mesmo assim, dá a polêmica por encerrada.

Clara Ramos reabre a discussão em seu livro *Cadeia*, relatando que em meados de 1978, ocupava-se na preparação de um livro de ensaios sobre a obra de seu pai, busca informações na José Olympio Editora, na época sob intervenção do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a editora naqueles dias desfazendo-se de um acervo de documentos, lhe presenteou com fotografias, peças promocionais de lançamentos da obra de Graciliano Ramos e alguns manuscritos de *Memórias do Cárcere*, onde os editores num primeiro momento hesitaram, porém, acabam por se decidir a entregar-lhe. A filha de Graciliano Ramos relata que realizando a mesma comparação feita por Wilson Martins em 1953, estranha as discrepâncias entre os manuscritos e os escritos publicados.

Procura Wilson Martins para auxiliá-la na reconstrução dos acontecimentos de 1953, e pelo fato de seu estranhamento, novamente o Jornal O Estado de S. Paulo em 10 de novembro de 1979, publica matéria do jornalista Luis Carlos Lisboa lançando a indagação: “Quem adulterou as Memórias do Cárcere? Passados três dias no mesmo jornal, o editor José Olympio responde defendendo a autenticidade do texto, relatando que as únicas pessoas que tinham acesso aos originais eram Adalardo Cunha, então assessor de comunicação social da editora, o escritor Antonio Olavo, irmão de José Olympio, e Ricardo Ramos completando o trio de revisores. José Olympio ainda destacaria:

Adalardo contou também que **Graciliano costumava entregar o primeiro original manuscrito, utilizando o mesmo expediente para preparar o segundo. Somente o terceiro, datilografado, era considerado como definitivo.** Ao recebê-lo, José Olympio guardava-o num cofre, cuja chave ficava em poder do escritor. (...) Como Adalardo, Daniel Pereira garante

que o próprio Graciliano só considerava definitivo o texto datilografado. E cita um bilhete, endereçado ao irmão, no qual o romancista justifica-se textualmente: “Deixo-lhe os três capítulos do mês passado. Amanhã trago o resto, que ainda não se datilografou. Abraços.” (RAMOS, 1992, p. 210. *grifos meus*)

Em 24 de novembro de 1979, o *Jornal do Brasil* daria a palavra final publicando matéria sobre o assunto: “Não houve fraude”. No texto Ricardo Ramos teria contradito a primeira versão, dizendo ignorar as declarações de Adalardo Cunha, dizendo não haver dois originais manuscritos. Afirmando que na época era muito moço e confundira os papéis. *Existem apenas um texto autógrafa e uma cópia datilografada – que, por sinal, não existe, mas existirá um dia: foi extraviada, há de se encontrar.* (RAMOS, 1992, P.211) Sobre os capítulos em poder da irmã Clara Ramos, Ricardo Ramos afirma:

Clara Ramos deu com os olhos em um recorte de jornal, em que o crítico Valdemar Cavalcanti aludia ao entrevero Wilson Martins x Ricardo Ramos. (...) Decidida a pôr a coisa em pratos limpos, procurou a Editora José Olympio, pedindo aos editores que lhe mostrassem os originais de *Memórias do Cárcere*. Responderam-lhe que tudo quanto tinham eram **os manuscritos de sete capítulos**. (RAMOS, 1992, p. 210, *grifos meus*)

Conforme a posição de Clara Ramos as justificativas do irmão não lhe convence:

por acreditar na versão assinada pelo meu irmão Ricardo Ramos, que afiançava haver **dois manuscritos originais, reclamei em 1979 o texto definitivo**. E me calei por acreditar nesse mesmo irmão Ricardo em quem sempre confiei, quando posteriormente **afirmou somente existir um manuscrito**, portanto o outro extraviara, claro. Não havia sentido em prosseguir clamando pelos autógrafos. (RAMOS, 1992, p. 213, *grifos meus*)

O texto de Clara Ramos não consegue esclarecer os fatos, sobre a polêmica em relação a não autenticidade do texto, mas também não contém elementos documentais para resolver a questão. A forma como *Memórias do Cárcere* foi construída, onde os capítulos foram sendo entregues à editora separadamente,

segundo se compreende, passavam por um procedimento de preparação do texto, que obedecia basicamente as seguintes etapas: *primeiro* manuscrito do autor; *segundo* um texto manuscrito ou datilografado e revisto pelo autor com emendas e alterações assinadas pelo autor; e uma *terceira* datilografia do texto para se chegar ao texto definitivo assinado pelo autor.

As questões levantadas e desenvolvidas por Clara Ramos, em seu livro *Cadeia*, estão embasadas apenas nos manuscritos parciais da obra, que realmente trazem discrepância com o texto publicado. Porém esses originais são apenas partes pequenas da obra, no entanto, pela ausência do conjunto dos manuscritos é impossível se cotejar uma real adulteração ou intervenção posterior a finalização do texto por parte do autor. O acervo de Graciliano Ramos no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) contém cópia completa datilografada e assinada pelo autor, doada à Universidade de São Paulo, porém, os manuscritos restantes do conjunto aos quais se refere Clara Ramos, não mais se encontraram.

Capítulo 3

A Pequena história da República de um mandacaru sertanejo

O período entre 1937 a 1953 compreende os anos em que Graciliano Ramos vai radicar-se na cidade do Rio de Janeiro, após sua libertação. O escritor decidiu não retornar ao Nordeste, fixando residência com sua família na capital da república. Em 1939, o escritor foi nomeado na gestão do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema - Inspetor federal de ensino secundário no Rio de Janeiro, cargo ocupado até o seu falecimento em 1953. Em texto publicado na revista *Leitura*, do Rio de Janeiro em 1943, o próprio Graciliano Ramos afirma:

Porque me tornei de algum modo conhecido, infelizmente. **Mudei-me para o Rio, ou antes, mudaram-me para o Rio, onde existo, agora.** Aqui fiz o meu último livro, **história mesquinha – um casal vagabundo, uma cachorra e dois meninos.** Certamente não ficarei na cidade grande. Preciso sair. Apesar de não gostar de viagens, sempre vivi de arribada, como um cigano. Projetos não tenho. Estou no fim da vida, se é que isto se pode dar o nome de vida. Instrução quase nenhuma. José Lins do Rego tem razão quando afirma que a minha cultura, moderada, foi obtida em almanaques. (RAMOS, 1981, p. 165. *grifos meus*)

Graciliano Ramos surgiu na cena pública nacional com seus relatórios como prefeito de Palmeira dos Índios, endereçados ao governador de Alagoas (1929 – 1930), até 1936, antes da sua prisão, publicou *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), será publicado quando o escritor já se encontrava preso, teve a partir daí, sua produção literária reconhecida pelo sistema literário. Foi nesse período pós-prisão, que o escritor escreveu e publicou o restante de sua obra romanesca, *Vidas Secas* (1938), contos em *Insônia* (1947), fora isso, o autor produziu textos para crianças: *A terra dos meninos pelado*, que ganhou o prêmio “Literatura Infantil” do Ministério da

Educação e Saúde, em terceiro lugar. Sendo editado em quadrinhos na revista *Pan Infantil*, Rio de Janeiro, entre agosto-setembro de 1937. Sua segunda edição sairia pela Livraria do Globo, Porto Alegre, 1939, *Histórias de Alexandre* receberia sua primeira edição em 1944, pela Editora Leitura no Rio de Janeiro, *Pequena história da República*, publicada postumamente na Revista Senhor, em 1960, e em formato de livro somente numa edição que reuniria os três textos infantis e levaria o título *Alexandre e outros heróis* (1962); posteriormente dois livros de memórias: *Infância* (1945) e *Memórias do Cárcere*, publicado, em 1953, após o seu falecimento. (LIMA, REIS. 1992)

É justamente essa produção literária para crianças, intermediária entre a obra romanesca e sua obra memorialista e autobiográfica que nos interessa aqui.

3.1 - Uma produção literária para crianças

O processo de escolarização nas sociedades modernas (extensão do acesso e universalização do ensino, organização dos sistemas de ensino, homogeneização dos currículos) a instituição escolar se constitui como uma instituição fundamental na consolidação da modernidade. Na constituição histórica da instituição escolar podemos perceber a sua importância política no processo de formação do modelo do homem cidadão, idéia mestra de todo o projeto moderno de esclarecimento iluminista.

No projeto político iluminista era preciso libertar os homens de sua submissão às autoridades medievais, emancipá-los de sua menoridade pelo bom uso da razão. É a

astúcia que marca o advento da modernidade, em que o homem reserva para si o papel de sujeito. Tendo a razão como guia, o homem livre do mal se tornaria senhor, se emanciparia, atingiria a maioria. *Sapere aude!* Ousa saber, serve-te da tua razão. Eis o projeto moderno iluminista. A escola nesse contexto moderno consolida-se como um meio eficaz para a afirmação e a universalização da modernidade, como uma instituição divulgadora do ideário moderno.

A literatura destinada às crianças é um gênero literário que nasce no final do século XVII e durante o XIX, no interior desse projeto iluminista, vinculada à valorização ou descoberta da infância. A produção literária para crianças se constituiu ligada ao desenvolvimento histórico da escola como instituição moderna, que ao longo do século XIX e XX, consolida-se numa *forma escolar* hegemônica ligada ao processo crescente de urbanização, afirmação do modelo político do Estado-Nação, e a necessidade de educação das massas nas sociedades urbano-industriais. *A História escolar teve como missão aliar-se ao ensino do civismo, encarregando-se da formação moral do cidadão. Este foi o período da consolidação da História como sustentáculo da “pedagogia do cidadão”.* (FURET apud BITTENCOURT, 2008, p. 151. *grifos do autor*)

A produção de uma literatura para crianças, tanto quanto a produção dos livros didáticos no Brasil esta atrelada à construção e a afirmação republicana de uma Literatura e de uma História nacional.

No Brasil republicano do final do século XIX e início do XX, *os republicanos, quando se tornaram os “donos do poder”, colocaram a alfabetização como condição para a população participar da vida política da nação.* (BITTENCOURT, 2008, p. 37)

Conforme assinalam Marisa Lajolo e Regina Zilberman o aparecimento da literatura infantil no Brasil não foi espontânea, nem teve origem popular:

seu surgimento foi induzido, patrocinado pelos autores que escreveram livros para crianças no período de transição entre os séculos XIX e XX. Desde então, no entanto, e em particular após o sucesso de Thales de Andrade e Monteiro Lobato, as editoras começaram a prestigiar o gênero, motivando seu aparecimento vegetativo ao longo dos anos 20 e 30, bem como a adesão progressiva de alguns escritores da nova e atuante geração modernista. O êxito, contudo, não garantiu a autonomia da literatura infantil, que continuava sem legitimação artística: a publicação de obras para crianças não afetava a imagem de seus escritores. O estímulo parece ter sido outro: o mercado escolar, aparentemente, recompensava o esforço de escrever para os jovens. **Porém, como, para circular nas salas de aula, era preciso, além de espontaneidade e imaginação, adequar-se aos cursos vigentes e aos programas curriculares, a fantasia e a criatividade foram indiretamente disciplinados, favorecendo o Estado que, assim, controlava de alguma maneira a produção de livros destinados à infância.** (1986, p. 61, 62. *grifos meus*)

É intrínseco à escola o processo de escolarização de conhecimentos, saberes, artes: o surgimento da escola está indissociavelmente ligado à constituição de “saberes escolares”, que se *corporificam e se formalizam em currículos, matérias e disciplinas, programas, metodologias, tudo isso exigido pela invenção, responsável pela criação da escola, de um espaço de ensino e de tempo de aprendizagem.* (SOARES, 1999, p. 20. *grifos meus*)

A escola é uma instituição em que o fluxo das tarefas e das ações é ordenado através de procedimentos formalizados de ensino e de organização dos alunos em categorias (idade, grau, série, tipo de problema, etc.), categorias que determinam um tratamento escolar específico (horários, natureza e volume de trabalho, lugares de trabalho, saberes a aprender, competências a adquirir, modos de ensinar e de aprender, processos de avaliação e de seleção, etc.). É a esse inevitável processo – ordenação de tarefas e ações, procedimentos formalizados de ensino, tratamento peculiar dos saberes pela seleção, e conseqüente exclusão, de conteúdos, pela ordenação e seqüenciação desses conteúdos, pelo modo de ensinar e de fazer aprender esses conteúdos – é a esse processo que se chama **escolarização**, processo **inevitável**, porque é da essência mesma da escola, é o processo que a institui e que a constitui. Portanto, não há como evitar que a literatura, qualquer literatura, não só a literatura infantil e juvenil, ao se tornar “saber escolar”, se escolarize, e não se pode atribuir, em tese, como dito

anteriormente, conotação pejorativa a essa escolarização, inevitável e necessária; não se pode criticá-la, ou negá-la, porque isso significa negar a própria escola. (SOARES, 1999, p. 21. *grifos do autor*)

No Brasil, o projeto político republicano fez da escola um símbolo republicano que promoveria a consolidação e o desenvolvimento nacional. Nesse período, surge um aumento da produção dos livros didáticos, como formatos *inevitáveis* de conhecimentos escolarizados necessários ao ensino e cultua-se a História pátria.

Os livros didáticos produzidos para o ensino da História do Brasil tiveram um processo de criação diferente dos demais. **Os autores não podiam recorrer a traduções, por tratarem de temas nacionais, transformando os manuais de História, juntamente com as obras de Geografia do Brasil, em produção necessariamente genuína.** A construção dos livros de História vinculou-se à necessidade de uma produção curricular e às **articulações com o conhecimento erudito elaborado por intelectuais nacionais.** Tais características nos levaram a indagar sobre a autonomia dos livros didáticos de história do Brasil e investigar qual teria sido o grau de liberdade e independência dessa produção diante das concepções do fenômeno nacional engendradas pelos europeus e pelo papel das “histórias pátrias” na construção de um passado da nação. **A história do Brasil, como as demais histórias nacionais, tendia a tornar-se a grande instância legitimadora do Estado-Nação e do regime político que se instaurara.** (BITTENCOURT, 2008, p. 135. *grifos meus*)

Essa estreita relação da construção e consolidação das histórias e literaturas nacionais no bojo do projeto político republicano brasileiro criou a demanda dos livros didáticos destinados ao ensino da História do Brasil, marcados por um ufanismo nacionalista de seus conteúdos, procurando inculcar nas crianças, o sentimento de amor à Pátria, a valorização de suas riquezas naturais e do conhecimento de sua história, por meio da exaltação de seus “filhos ilustres da terra”, forjando heróis nacionais como paradigmas de civismo e espírito pátrio.

República e abolicionismo dividiam intelectuais e educadores, **foram marcadas pela continuidade da construção de uma História do Brasil fundada pela ação de heróis. O “herói” apareceu como o construtor da pátria,** preocupando-se os autores em compor biografias que pudessem abarcar uma História da unidade do território, de um passado comum, explicando de acordo com a **preocupação pedagógica, a divisão dos grandes períodos marcados pelas conquistas territoriais e independência.** (BITTENCOURT, 2008, p. 151. *grifos meus*)

Essa demarcação de grandes feitos e acontecimentos, a construção de “heróis”, como emblemas republicanos da nação caracterizaram a produção de livros didáticos nas primeiras décadas do século XX. Segundo Ricardo Oriá Fernandes (2009, p. 50), em sua tese de doutoramento, esses livros procuravam *veicular fatos de nossa história, nos quais emergia quase sempre a figura de heróis nacionais, esse tipo pretendia inculcar nas crianças o patriotismo. Antes, porém, faz-se necessário definir esse gênero da literatura escolar, que foi usado na escola brasileira – o chamado livro de leitura.*

Conforme Circe Bittencourt (1993), o livro de leitura compreende um tipo específico de leitura para a infância, com o objetivo de desenvolver conhecimentos variados, agregados aos preceitos morais e cívicos, e ainda, incentivar o gosto pela leitura, sempre em acordo aos programas de ensino.

Começaram a ser escritas histórias sobre as tradições brasileiras, informações sobre costumes indígenas, heróis nacionais e seus feitos. Biografias de figuras da história nacional engrossaram, freqüentemente, o repertório desta literatura. Os livros de leitura que se constituíram como mais representativos na divulgação da história nacional foram os de Olavo Bilac, especialmente Contos Pátrios e Através do Brasil. (BITTENCOURT, 1993, p. 214. *grifos meus*)

Livros infantis com temática histórica se constituíram numa modalidade de literatura escolar muito comum no mercado editorial brasileiro *durante todo o período republicano até 1950, por terem público certo e garantido: alunos do ensino primário em fase de aprendizagem escolar de leitura e da escrita.* (FERNANDES, 2009, p.51)

Ainda na década de 1930, o próprio Ministério da Educação e Saúde Pública promoveu um concurso para premiar as melhores obras de literatura infantil. O vencedor foi o gaúcho Érico Veríssimo (1905-1975), com o livro *As aventuras de Tibicuera que são também as aventuras do Brasil*. O livro narra a História do Brasil relatada pelo índio que dá nome à obra, como o próprio autor assim explica, na introdução: “aqui estão as aventuras de Tibicuera, contadas por ele próprio. O herói narra sua espantosa viagem que começou numa taba tupiniquim antes de 1500 e terminou num arranha-céu de Copacabana em 1937.” **Outro importante**

autor de nossa literatura que se dedicou à escrita da história para crianças foi o alagoano Graciliano Ramos (1892-1953). Ele escreveu o livro *Pequena História da República, em pleno Estado Novo (1937-1945)*. Enquanto os demais livros escolares da época apenas abordavam os fatos históricos até o início da República, o autor narrou, de forma crítica e bem-humorada, a história recente do país. (FERNANDES, 2009, p. 51, 52. *grifos meus*)

Quando consultamos a produção crítica sobre a obra de Graciliano Ramos, encontramos inúmeros ensaios, teses, dissertações, artigos, sobre os romances, contos, livros de memórias, mas notamos um reduzido número de estudos e textos críticos, tanto sobre suas obras infantis, e mais ainda, sobre a *Pequena história da República*. Será esse um texto menor? Daí o esquecimento sobre ele? O que motivou Graciliano Ramos para essa produção? O que a *Pequena história da República* pode nos revelar sobre o escritor, o intelectual nordestino que migrou forçadamente para o Rio de Janeiro, mas, sobretudo, sobre seu engajamento profissional e político com a educação? Buscando o enfrentamento de tais questões que se motivam as discussões, a partir daqui, tomamos como fonte base de análise para a discussão a obra *Pequena história da República* de Graciliano Ramos.

3.2 – Pequena História da República: um Brasil para crianças

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB – USP) reúne o *Acervo Graciliano Ramos*, que compreende documentos textuais, documentos audiovisuais, biblioteca particular de Graciliano Ramos composta por livros, separatas e periódicos que pertenceram ao autor, os originais e as primeiras edições das obras

do autor, bem como, edições traduzidas para várias línguas. Um conjunto documental com período de abrangência entre 1904 a 1953.

O Catálogo de Manuscritos do Acervo Graciliano Ramos registra que a obra *Pequena história da República* só foi publicada pela primeira vez na Revista Senhor, ano II, nº 3 e 4, Rio de Janeiro, março e abril de 1960. E só sairia publicada em forma de livro, em 1962, pela Editora Martins, com o título *Alexandre e outros heróis*, edição que reuniria os textos: *Pequena história da República*, *A terra dos Meninos Pelados* e os contos do folclore infanto-juvenil *Histórias de Alexandre*.

Graciliano Ramos em carta endereçada a Anísio Teixeira em agosto de 1938, manifesta suas idéias, que resultaram posteriormente na obra *Histórias de Alexandre*.

O livro para crianças enalhou no princípio. Penso exatamente como você: **si se procura um assunto infantil e se usa uma linguagem infantil, a criança percebe que somos tolos e não lê.** O que pretendia fazer é contar umas histórias de mentirosos do nordeste; talvez os meninos gostassem de alguns tipos. Veremos isso para o futuro. **Tenho um livro para crianças na livraria do Globo, mas coisa bem ordinária.** A que pretendia escrever agora seria menos ruim, parece-me. (anexo)

O livro que Graciliano Ramos se refere como “*coisa bem ordinária*” é *A terra dos Meninos Pelados*, publicado pela primeira vez em 1937. As relações entre Graciliano Ramos e Anísio Teixeira são profissionais e de recíproca admiração pessoal. Na carta, Graciliano Ramos trata com Anísio Teixeira sobre a tradução do livro *Memórias de um negro*, de *Booker T. Washington* editado pela Companhia Editora Nacional em 1940.

Na primeira edição de *Histórias de Alexandre* (1944) foi publicada uma advertência de Graciliano Ramos aos seus leitores: “*As histórias de Alexandre não são originais: pertencem ao folclore do Nordeste, e é possível que algumas tenham sido escritas*”. (RAMOS, 2000, p. 7)

Tal registro reveste-se de grande importância, uma vez que, o autor aponta para o valor antropológico de suas narrativas, pois o ficcionista se propõe a transformar em literatura, contos, “causos” ouvidos no sertão do Nordeste, se servindo para isso de uma linguagem própria de seu personagem *Alexandre* e sua esposa *Cesária* protagonistas da narrativa. *As inverossímeis histórias que Alexandre conta ao seu público humilde, exíguo e paciente só poderiam acontecer no âmbito da ficção.* (LINS In: RAMOS, 2000, p.191)

Estamos, porém, numa área muito especial da invenção. **Não se trata de reis, de princesas e de príncipes, existindo num país de sonho e enfrentando monstros igualmente fantásticos.** Aqui, o único animal falante é mesmo o papagaio: **não temos, como em La Fontaine e em inúmeros contos populares, situações em que os irracionais conversem e vivem de modo idêntico ao nosso, ilustrando em geral um ensinamento ético.** (LINS In: RAMOS, 2000, p. 191. *grifos meus*)

Mesmo pertencente ao folclore nordestino, a narrativa de Graciliano Ramos obedece a uma coerência temática realista, de tentar captar da imaginação popular, sob uma forma mítica, e não fantasiosa, a existência de bens que ele Graciliano Ramos, o narrador, compartilha com o cantador, o curandeiro, a benzedeira, o cego: personagens nordestinos por excelência, que comungam o mesmo universo cultural:

Esta identidade encontra apoio nas circunstâncias que envolvem a passagem de Alexandre – passagem certamente imaginária – de um estado de fartura para um estado de pobreza. Sua substância como personagem, portanto, **não é a de um vulgar contador de vantagens. Ele parece representar a memória de um Paraíso onde a Natureza, ao contrário desta que o rodeia, oferece maravilhas; e também de uma Sociedade onde ele, Alexandre, não é um recusado e sim um fruidor.** Do paraíso, resta, neste humilde e reduzido grupo de decaídos, um vestígio: à exceção de Alexandre e, em grau menor, de Cesária com a sua almofada de renda (bordará, nessa almofada, anjos e trombetas?), nenhum trabalha, nenhum ganha a vida com o suor de seu rosto; e nenhum utiliza o seu próximo. Excluídos, pela seleção vigilante do narrador, do mundo da produção e do trabalho, parecem adquirir, assim, com o estigma da marginalidade, uma aura sagrada. (LINS In: RAMOS, 2000, p. 193, 194. *grifos meus*)

Em *Histórias de Alexandre* percebe-se um sentido trágico no contexto da existência dos personagens na trama narrativa, diferenciando-se da construção de personagens, criados no formato “heróico e nacionalista” como *As aventuras de Tibicuera* de Érico Veríssimo, opondo-se ao ufanismo nacionalista que caracterizava os compêndios empenhados na valorização “do sentimento nacional” que foram a marca de uma nova fase da produção em História. (BITTENCOURT, 2008, p. 151)

Nas *Histórias de Alexandre* nota-se claramente a opção contrária ao discurso ideológico, cívico e ufanista da construção dos heróis nacionais republicanos. E em *Pequena história da República*, Graciliano Ramos inclina sua escrita para crianças, na direção contrária de uma literatura nacionalista que reverencia o sentimento nacional e a formação da cidadania de forma laudatória das maravilhas naturais do território, destacando a ação destemida dos heróis da nação.

Sua história republicana tenta criar uma narrativa que trata da história recente do país, subtraindo dos fatos a aura de grandiosidade e magnificência, descartando um tipo de nacionalismo no qual se aliava Estado-Nação e excluía-se o povo. Uma história que denuncia a ausência ou a apatia do povo na cena política da nação, pelo trivial, pelo ridículo, e pelo anedótico.

A fidelidade, aí, cede passo às leis do enobrecimento. Os retratos dos reis e dos guerreiros são sempre bem retocados. Graciliano Ramos, na sua História da República, toma a direção contrária. Não o move qualquer compromisso ou preocupação de enobrecer os fatos evocados. Sua visão é exata, fiel, desencantada e talvez mesmo cáustica. (LINS In: RAMOS, 2000, p. 198. *grifos meus*)

Segundo Osman Lins, em seu famoso posfácio à 16ª edição de *Alexandre e outros heróis*, pela editora Record, 1978, intitulado *O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado*, destaca que Graciliano Ramos concluiu a escrita do texto

Pequena História da República em 13 de janeiro de 1940; *ainda que esses textos houvessem sido compostos antes, só nos últimos anos da década de 30, Graciliano Ramos os dá por terminados, exatamente na época em que conclui Vidas Secas.* (LINS In: RAMOS, 2000, p. 189. *grifos meus*)

Nos originais do texto, em sua parte final encontra-se assinalada o data de *13 de janeiro de 1940*. É importante o destaque feito por Osman Lins, sobre os acontecimentos que possivelmente tenham motivado Graciliano Ramos à escrita da *Pequena história da República*:

Numa crônica datada de agosto de 1939, intitulada Prêmios e incluída posteriormente em *Linhas Tortas*, obra póstuma, escreve Graciliano Ramos: **“Diretrizes vai chamar concorrentes para uma história da República, livro destinado às crianças”**. Sua *História da República*, constante do presente volume, data, segundo vimos, de 13 de janeiro de 1940. **É pois, esse concurso que sugere ao escritor a idéia um tanto sacrílega de ordenar à sua maneira os fatos de nossa República**. Mesmo uma leitura apressada ou fragmentária evidência que o propósito de concorrer ao concurso instituído pela revista Diretrizes estava fora de cogitação. **A História da República de Graciliano Ramos, é exatamente uma espécie de resposta, desabusada e ferina, às muitas outras histórias – todas, decerto, convencionais – que seriam enviadas à comissão julgadora.** (LINS In: RAMOS, 2000, p. 197, 198. *grifos meus*)

O autor de *Angústia* e *Vidas Secas* como um contador de histórias se utiliza da sátira para criticar a República, apresentando sem triunfalismos a cômica tragédia dos homens na história, destacando seus embates políticos e suas desigualdades.

Graciliano Ramos na sua primeira incursão na produção de uma História do Brasil para crianças rompe com o convencionalismo manifesto nas obras didáticas de História do período, fazendo uma opção política pela discussão do contemporâneo. A *Pequena história da República* apresenta-se objetivamente como uma síntese histórica dos últimos 40 anos da história do Brasil, do advento da República em 1889 à

Revolução de 1930, onde o autor busca levar o seu leitor à significação desses acontecimentos.

O teor “desabusado”, crítico destoa do orgulho exacerbado pelo país e do patriotismo exagerado dos livros escolares. O tom da narrativa é de uma conversa com o leitor, impelindo-o ao exame. O texto é composto de cinquenta textos curtos e objetivos, cinquenta pequenos capítulos que se iniciam com o primeiro capítulo intitulado *As coisas*, referindo-se “as coisas” do ano de 1889 e 1930, seu último capítulo. No primeiro parágrafo do texto o autor pontua, logo de saída, um desenho comparativo do Brasil, mais especificamente da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro, de 1940, ao ano 1889, demarcando diferenças bastante cotidianas e corriqueiras:

Em 1889 o Brasil se diferenciava muito do que é hoje: **não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, por que nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo;** na **Estrada de Ferro Central do Brasil** morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e **Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se eles não se chamassem Rio Branco, a avenida teria outro nome.** (RAMOS, 2000, p. 134. *grifos meus*)

É relevante o assinalado “*não possuíamos*”, onde Graciliano Ramos dá o tom da conversa com o leitor, numa clara alusão a um retrato do cenário da cidade na década de 1940, tomando como base de comparação lugares, objetos, serviços urbanos, nomes de personagens e “*coisas*” da cidade muito conhecidas: *Cinelândia, arranha-seus, os bondes, o automóvel, o rádio, Vasco, Flamengo, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida Rio Branco*. Como primeiros instrumentos, bem próximos da vida cotidiana de seus leitores, utilizados pelo autor para levá-los a uma primeira

aproximação com o passado, a partir das diferenças do espaço urbano atual e conhecido por eles.

Os jornais tinham quatro páginas (duas de anúncios), e as notícias circulavam com lentidão. O café não havia constituído a glória e a fortuna de S. Paulo; **no nordeste e no Estado do rio espalhavam-se os modestos bangüês, que a usina venceu; em Minas consumia-se manteiga francesa; no Rio Grande do Sul vestia-se casimira inglesa. Os indivíduos bem situados envergonhavam-se de usar o produto nacional.** As nossas máquinas eram singelas. Em certos lugares tínhamos a bolandeira, uma espécie de máquina de pau. (RAMOS, 2000, p. 135. *grifos meus*)

Permanece o convite ao leitor à imaginação do passado, como recurso estilístico do autor, para apresentar rápidas referências nacionais, com humor e objetividade destacando as diferenças no panorama nacional, no que tange as características e ao desenvolvimento econômico de cada região do país.

Já no segundo capítulo que leva o título *Os homens*, Graciliano Ramos com um fino humor dá mostras que jamais escreveu *Pequena história da República*, como um texto escolar para crianças, ironizando figuras públicas com a intenção de publicá-lo em meio à vigência do Estado Novo.

Os homens maduros de hoje eram meninos. **O Sr. Getúlio Vargas de hoje, no sul, montava em cabos de vassoura; o Sr. Ministro da Guerra comandava soldados de chumbo; o Sr. Ministro da Educação vivia longe da escola, porque ainda não existia. Nesse tempo o chefe do governo, o Sr. d. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas.** José de Alencar romancista enorme, tinha tido barbas enormes perfeitamente iguais às do Imperador – e **chegara a ministro.** (RAMOS, 2000, p. 135, 136. *grifos meus*)

O tom satírico com grandes personalidades políticas dos anos 1930 e 1940, (Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Gustavo Capanema) conjugam-se com imagens infantis tais como: *montar em cabos de vassoura* para o Presidente da República

Getúlio Vargas; *comandar soldados de chumbo*, para o então Ministro da Guerra, Góes Monteiro; e *vivia longe da escola, porque ainda não existia*, referindo-se ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema; um ótimo recurso para fazer fluir imagens didáticas para as crianças e politicamente apropriadas ao seu gosto crítico.

O trecho da carta denota um tom crítico e uma relação de distância e divergência política em relação ao Ministro Gustavo Capanema, não só como Ministro da Educação e Saúde, mas também, como liderança política da intelectualidade mineira e católica, no governo Vargas.

Graciliano Ramos reconhece a potencialidade da escola e dos livros escolares, no inculcar ideológico das crianças. Em *Pequena história da República*, desenvolve satiricamente a crítica ao patriarcado político das oligarquias no Brasil: “*todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas*”.

Após o quadro comparativo inicial do ontem (1889) e do hoje (1940), Graciliano Ramos procura traçar um desenho da sociedade brasileira e do poder político das oligarquias agrárias.

No fim do século passado a maior parte da riqueza estava nas mãos dos **proprietários rurais**. E a cultura da terra fora, durante séculos, feita por **escravos**. Os **colonos europeus**, que enriqueceram algumas regiões do país, eram ainda pouco numerosos. Em 1888, depois de uma intensa campanha abolicionista, a libertação veio. Os proprietários se acharam pobres de repente – e a produção se desorganizou. Na verdade o preto representava força de trabalho e capital. Enquanto podia arrastar a enxada no eito, esfalfava-se, largava o couro na unha do feitor. Velho e estazado, acabava-se lentamente num canto de senzala, mas ainda assim tinha valor. (RAMOS, 2000, p. 137. *grifos meus*)

Em textos curtos Graciliano Ramos mapeia a sociedade brasileira entre “*antigos senhores*”, grandes proprietários rurais e de escravos; “*antigos escravos*”, “*padres*” e “*militares*”.

A abolição trouxe, é claro, um grande assanhamento nas senzalas. Os negros dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos. Não precisavam esconder-se: podiam andar pelos caminhos sem a ameaça do capitão-de-mato e castigo no tronco. Muitos, porém, se deixaram ficar nas cozinhas das casas-grandes. A negra velha, antiga mucama de laiá e ama-de-leite dos filhos de laiá, não pôde afastar-se. Até então recebera ordens e obedecera, às vezes resmungando e estirando o beíço, mas obedecera, porque se tinha habituado a ouvir gritos, e **Deus Nosso Senhor, com os seus poderes, dividira as criaturas em senhores e escravos.** (RAMOS, 2000, p. 138. *grifos meus*)

A interpretação política da abolição dos escravos é descrita por Graciliano Ramos sem excessos de empolgação nacional, nenhuma exaltação libertária aos negros, um ceticismo político permeia sua análise.

A alegria tumultuosa dos negros foi substituída por uma vaga inquietação. **Escravos, tinham a certeza de que não lhes faltaria um pedaço de bacalhau, uma esteira na senzala e a roupa de baeta com que se vestiam; livres, necessitavam prover-se dessas coisas – e não se achavam aptos para obtê-las.** A gratidão dos negros a d. Isabel, a princesa que lhes deu a alforria, esfriou bastante, passadas as manifestações excessivas de maio de 88. (RAMOS, 2000, p. 139. *grifos meus*)

Os padres como representantes da Igreja, na *Pequena História da República*, não aparecem satisfeitos com o regime instituído em 1891. *O registro dos indivíduos que se arrumavam fora do catolicismo, ameaças de casamento civil, a secularização dos cemitérios haviam irritado fortemente o clero, que responsabilizava a maçonaria por esses horrores.* Satiricamente expõe seu anticlericalismo. (RAMOS, 2000, p. 140)

Depois da **guerra do Paraguai os militares tomaram uma grande importância**, tão grande que os chefes civis acharam prudente meter nos conselhos da coroa heróis que se haviam coberto de glória no sul, como Caxias e Osório. O primeiro chegou a duque, título que nenhum

outro alcançou; o segundo foi marquês, honra menor, mas ainda assim muito grande. (RAMOS, 2000, p. 140, 141. *grifos meus*)

Os militares são apresentados como a novidade política após a guerra do Paraguai, e iriam se consolidar como uma força política na história republicana.

A idéia de república já se tinha divulgado no tempo da colônia: com Bernardo Vieira de Melo (1711) em Pernambuco, com Felipe dos Santos (1720) em Minas, com os inconfidentes mineiros (1789). Na primeira metade do século XIX várias sublevações apareceram: a Confederação do Equador (1824) no nordeste, a República de Piratininga (1835-1845) no Rio Grande do Sul, a Sabinada (1837) na Bahia, a Balaiada (1841) no Maranhão, a Revolução Praieira (1848) em Pernambuco. Na segunda metade do século houve alguns anos de calma. **E foi depois da guerra do Paraguai, quando começou a lavrar descontentamento no Exército, que entramos de novo a torcer pela república.** (RAMOS, 2000, p. 141, 142. *grifos meus*)

Ao longo de todo o texto o debate com o leitor acontece, “*entramos de novo a torcer pela república*” constitui-se num exemplo claro de sua ironia para demonstrar a exclusão política dos “pobres-diabos”, a população carente e alijada do jogo político. Graciliano ao longo de todo o texto quase não emprega a palavra Povo, para designar a nação ou conjunto dos brasileiros, a narrativa vai corroendo, qualquer exaltação política ao nacionalismo e à República.

No dia 15 de novembro pela manhã, o ministério estava reunido no Quartel-General do exército, que era no Campo de Santana, **hoje praça da república**, sob a guarda de uns dois mil homens comandados pelo brigadeiro Almeida Barreto. O marechal Deodoro, à frente de forças rebeldes, partiu de S. Cristovão, retardou-se um pouco na Praça 11 de junho, mandou colher informações em marcha e, pela Rua Visconde de Itaúna, entrou no largo, onde **policiais e marinheiros o aclamaram.** (RAMOS, 2000, p. 143, 144. *grifos meus*)

O marco simbólico republicano do dia *15 de novembro*, como demarcação simbólica do triunfo republicano é absolutamente profanado, o acontecimento é narrado como um cenário onde só participaram “*os homens notáveis e idosos*”, e os

militares de baixa patente para aclamar. Deodoro da Fonseca, *ótimo homem, honesto, generoso, sincero, bravo, possuía todas as qualidades necessárias ao soldado, mas era impetuoso e autoritário, tinha o coração perto da goela: dificilmente poderia mover-se na teia de aranha da política.* (RAMOS, 2000, p. 148)

Os *políticos profissionais* representantes das oligarquias agrárias *fizeram declarações fervorosas, algumas idiotas. Afinal repetiu-se pouco mais ou menos o que havia acontecido quando o Imperador arriara, dois anos antes.* (RAMOS, 2000, p. 150, 151. grifos meus)

Havia em alguns Estados do nordeste velhas oligarquias firmes. Contra elas surgiram vozes tímidas de vagos demagogos que dificilmente poderiam conseguir prosélitos. Usando os meios ordinários, permitidos pela constituição, esses tipos ficariam sempre resmungando sem proveito. **A máquina eleitoral funcionava com defuntos, e a fabricação das atas do interior só não causava indignação porque toda a gente se habituara àquelas safadezas. Para pagar esses trabalhinho, a falsificação do voto que produzia o governador e o deputado, o sindicato político da capital dava ao coronel da roça plenos poderes para matar, roubar, queimar, violar. A vontade do chefe do interior, quase sempre um analfabeto de maus bofes, não encontrava obstáculos.** (RAMOS, 2000, p. 171, 172. grifos meus)

Todas as administrações dos Presidentes da República desde o Alagoano Deodoro da Fonseca (1889) a Washington Luis (1930), são analisadas e cronologicamente identificadas na *Pequena história da República*, o único destaque de boa administração é para Rodrigues Alves.

Rodrigues Alves (1902 – 1906) escolheu um **prefeito excelente, Pereira Passos**, e um admirável **Ministro do Exterior, Rio Branco, o melhor que o Brasil já teve, tão bom que permaneceu na pasta quase dez anos**, só a deixando por morte, em 1912. O prefeito renovou a capital federal. Como a situação financeira tinha melhorado no quadriênio anterior e havia crédito agora, pediram-se emprestados oito milhões e meio de libras esterlinas, logo convertidas em obras no porto e na Avenida central, que mais tarde teve o nome do grande ministro barão. O município, afastando o mar, estendeu uma avenida longa da praia de Santa Luzia a Botafogo. Talvez isso não tenha sido prudente. De ordinário um particular não se endivida para consertar a casa. Mas os particulares procedem de uma forma e os governadores de outra. E,

enfim, **digam o que disserem, isto hoje é melhor que o Rio do princípio do século, cheio de morros e de ruas estreitas. Cortaram aquelas verrugas incômodas, deitaram abaixo uns pardieiros, alargaram tudo, arejaram a cidade. Realmente, não possuímos dinheiro. Mas houve quem depositasse confiança em nós. E gastamos com sabedoria.** (RAMOS, 2000, p. 166. *grifos meus*)

O tom crítico e satírico nunca se afasta na narrativa de personagens e acontecimentos onde se destacam episódios como “*Canudos*” e Antônio Conselheiro:

Antonio Conselheiro, um pobre diabo, tencionava, com ladainhas e bem-ditos, salvar a humanidade. **A humanidade está sempre em perigo, na opinião de indivíduos assim.** Nascido no interior do Ceará em 1835, numa família de malucos, esse infeliz foi caixeiro, negociante, escrivão. Casou e tomaram-lhe a mulher. Achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo, o que outros menos idiotas que ele tentaram, inutilmente. Apareceu no sertão da Bahia no fim do século passado, com um surrão às costas, vestido num camisa azul, barbudo, rezando, pedindo esmolas e dizendo coisas desconexas. **Louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça.** (RAMOS, 2000, p. 161, 162. *grifos meus*)

Graciliano Ramos assinala que sobre o desfecho do conflito da população de Canudos com o Governo resultaram “*trezentos fanáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se. Dos combatentes nenhum foi preso: morreram todos.*” (RAMOS, 2000, p. 164)

O trecho acima revela a crítica política àqueles que se designam salvadores da humanidade, uma clara alusão política ao nazismo e o fascismo que o autor sempre combateu; e a valorização da alfabetização como elemento político de esclarecimento.

Dois capítulos tratam das endemias que assolaram o país nas primeiras décadas do século XX, e levam seus nomes: “*Febre Amarela*” e “*Varíola*” destacando a figura de Oswaldo Cruz:

Oswaldo Cruz achava que era vergonhoso uma pessoa apresentar marcas de bexigas. Pensando como ele, o Congresso tornou obrigatória a vacina. E muita gente se descontentou. **Estávamos ou não estávamos numa terra de liberdade? Tínhamos ou não tínhamos o direito de**

adoecer e transmitir as nossas doenças aos outros? A 14 de novembro de 1904 houve um motim: sublevou-se a Escola Militar, **o general Travassos morreu, Lauro Sodré, senador, e Alfredo Varela deputado, foram presos. Assim, além das vítimas que ordinariamente causa, a varíola produziu essas.** (RAMOS, 2000, p. 168, 169. *grifos meus*)

Nessa linguagem bem coloquial e próxima do leitor, Graciliano Ramos destaca o ano de 1922, como o ano da revolta, o marco da *“demonstração de indisciplina e revolta”*:

Em começo de 1920 vários municípios sertanejos da Bahia sublevaram-se. Para evitar luta, o governo contemporizou, entrou em combinações com os chefes rebeldes. Em março ocorreram na capital federal manifestações de operários, logo abafadas severamente. 1921 principiou com agitações deste gênero: greves dos trabalhadores marítimos, greve de operários de construção. E o desassossego aumentou durante a campanha da sucessão, **culminou em 1922 com demonstrações de indisciplina e revolta.** É curioso notar que isso não ficava apenas em comícios, com discursos e tiro. Havia indisciplina em toda parte: nos quartéis, nas fábricas, nos *ateliers*, nos cafés, nos quartos de pensão onde sujeitos escrevem. **E a revolta, meio indefinida, tomando aqui uma forma, ali outra, manifestava-se contra o oficial, que exigia a continência, e contra o mestre-escola, que impões a regra. A autoridade perigava. Afastou-se o pronome do lugar que ele sempre tinha ocupado por lei. Ausência de respeito a qualquer lei. Com certeza seria melhor deslocar o deputado, o senador e o presidente. Como estes símbolos, porém, ainda resistissem, muito revolucionário se contentou mexendo com outros mais modestos. Não podendo suprimir a constituição, arremessou-se à gramática.** (RAMOS, 2000, p. 178. *grifos meus*)

O sertanejo Graciliano Ramos não manifesta qualquer identificação política com os movimentos artísticos e culturais de 1922, *“arremessou-se à gramática”*, é uma clara alusão ao movimento modernista e à semana de arte moderna de 1922, o leitor apaixonado de Eça de Queiroz e José de Alencar, nunca aderiu política ou esteticamente aos grupos artísticos modernistas que se movimentavam, sobretudo, no Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme assinala sua filha Clara Ramos na biografia *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*:

Ele cai ferozmente em cima da Semana de Arte-Moderna, uma tapeação. E os romancistas nordestinos de 30? Uns “analfabetos de

talento. Embrenham-se pela sociologia e pela economia, lançam no mercado romances causadores de enxaqueca ao mais tolerante dos gramáticos". Se o consideram pessimista com relação ao nosso panorama cultural, reage, nega a decadência da literatura brasileira: **"Não pode decair o que nunca existiu."** (1979, p. 137. *grifos meus*)

O embate contra o patriarcado político das oligarquias do sertão foi sempre a referência política e estética de Graciliano Ramos, *"municípios sertanejos da Bahia sublevaram-se"*; *greves dos trabalhadores marítimos, greve de operários de construção*; são os acontecimentos destacados pelo autor, *havia indisciplina em toda parte: nos quartéis, nas fábricas, nos ateliers, nos cafés, nos quartos de pensão onde sujeitos escrevem*. Esses sujeitos que escrevem em quartos de pensão é uma alegoria dele próprio, o mandacaru sertanejo Graciliano Ramos.

Não encontramos qualquer menção aos movimentos artísticos do período, nem ao menos como elementos de resistência política em sua narrativa da República. Sua interpretação histórica do período republicano (1889 – 1930) é de uma perspectiva absolutamente sertaneja dos fatos políticos relevantes. Conforme lembra Graciliano Ramos, *só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada.* (RAMOS, 1981, p. 13. *grifos meus*)

O autor de *Vidas Secas* em *Pequena história da República* destaca dois acontecimentos que, conforme sua avaliação, iniciariam um processo de revolta que culminaria na Revolução de 1930, a primeira, *"5 de julho de 1922"*, como marco da revolta contra a manipulação eleitoral republicana, também chamada pelo autor como *o primeiro 5 de julho*:

A eleição realizada em março de 22 foi um desastre, como de ordinário. Vencedor o candidato do governo. Pílulas. Continuação da **mágica besta; a chapa entregue ao eleitor encabrestado e metido na urna, ata fabricada pelo coronel, o Congresso examinando todas as patifarias e arranjando uma conta para a personagem escolhida empossar-se.**

Francamente, aquilo não tinha graça. No começo da República, ainda: mas agora estava muito visto, muito batido, não inspirava confiança. Necessário reformar tudo, Como? **Ninguém sabia direito o que viria, mas todos concordavam num ponto: não podia vir coisa pior que o que tínhamos. Muito brilho por fora: visita de reis, exposição, projetos de açudes, universidade, numerosos hóspedes ilustres. Por dentro era aquela miséria: doença, ignorância, o coronel safado a mandar, assassino e ladrão. E alguns rapazes se levantaram, no forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922.** Mas houve defecções. O marechal Hermes, implicado no movimento, deixou-se prender. Ficaram em Copacabana dezoito doidos que afrontaram a tropa, comandados por Siqueira Campos. (RAMOS, 2000, p. 179. *grifos meus*)

E o chamado “*segundo 5 de julho*”:

A **5 de julho de 1924** estalou nova revolta, em São Paulo, que até o dia 28 ficou em poder do general Isidoro Lopes. Atacados, os rebeldes embrenharam-se no interior do país onde, por mais de dois anos, resistiram. **Agora, a encrenca não permanecia no litoral, ou perto dele, como de outras vezes: tínhamos uma sedição que viajava, percorria o sertão, derramava em fazendas e povoados idéias esquisitas.** Os camponeses temiam o bandido e temiam a tropa. Quando escapavam de um desses inimigos terríveis, caíam nas unhas do outro – e não havia salvação. Ora, essa gente que saiu de São Paulo em 1924 constituía tropa, sem dúvida, mas uma tropa que não dava pancada. E isto causava pasmo. Nas feiras da roça uma cavalhada aparecida, espalhava o terror. Em seguida tudo se acalmava: os recém chegados eram criaturas inofensivas, barbudas e cabeludas, que se manifestavam em discursos difíceis. Tipos malucos, provavelmente. Mas como, sendo numerosos e vestindo uniforme, não matavam nem incendiavam, o matuto, sem entendê-los, gostava deles e ficava grato. O governo utilizou contra esses homens o **batalhão patriótico, uma tropa composta de bandidos, organizada por Floro Barthlomeu, chefe cearense, meio deputado, meio cangaceiro. Lampião cresceu muito, ganhou fama e devastou o nordeste.** (RAMOS, 2000, p. 180, 181. *grifos meus*)

No olhar do sertanejo o movimento de 1930 foi uma revolução, não foi apenas, *uma associação heterogênea de políticos descontentes e militares indisciplinados – e é o que o distingue de vários motins que aqui se realizaram, o passeio feito por Deodoro de São Cristovão ao campo de Santana, por exemplo.* (RAMOS, 2000, p. 182). O tom de

conversa com o leitor é claro, explicitando sua interpretação política dos acontecimentos.

Em 1930 tivemos uma revolução. Faltou aí a figura dum general de prestígio que, declarando frases convenientes, tornasse a luta desnecessária. Veio a luta, bem dura em alguns pontos, e a muitos o malogro da tentativa parecia quase certo no começo: **quarenta anos de República haviam dado ao povo a certeza de que o governo sempre ganha.** Certamente eram precisos chefes – e estes apareceram, mas ainda sem dragonas. Surgiram no decurso da contenda, foram impostos pelos acontecimentos, quase todos provincianos, civis e militares. **Coisa bastante surpreendente em 1930 foi a rápida mudança de valores sociais, o que determinou uma subversão quase completa na hierarquia.** Vários cavalheiros importantes, autores e colaboradores da revolução, foram depressa relegados para a segunda classe, enquanto personagens obscuras, inteiramente desconhecidas, galgavam postos elevados. Entre os militares, tivemos o domínio dos tenentes. Se aquilo fosse uma agitação de superfície, provavelmente um dos três generais que se apossaram do poder teria nele permanecido. **Getúlio Vargas não era general: foi inculcado pelo sargento, pelo cabo, pelo instrutor da linha de tiro, pela tropa que em um mês engrossou de modo assustador com paisanos repentinamente militarizados.** Outra particularidade de 1930: **o barulho enorme teve fanáticos.** Houve defecções, é claro, como em toda a parte, mas não podemos afirmar que todas elas tenham sido motivadas por caçulos. É mais provável que o contágio as haja produzido. (RAMOS, 2000, p. 183. *grifos meus*)

O tom jocoso costura o texto do começo ao fim, Graciliano Ramos como um cronista dos acontecimentos vai expondo a sua leitura em sínteses também irônicas, porém claras e objetivas:

Os que vêm em 1930 uma vasta bagunça improvisada enganam-se. Antes de 1922 surgiram aqui e ali sinais de agitação. **O primeiro 5 de julho foi um aviso a que os nossos estadistas não ligaram importância. O segundo 5 de julho espalhou no interior a semente revolucionária.** E já aí os batalhões patrióticos deviam ter dado ao governo a certeza de que, em hora de cólicas, ele não contaria com o Exército. **Porque o Exército não tinha coragem? Maluqueiras.** Sem tocar em fatos anteriores, lembremo-nos de que em Canudos houve bravura: excetuando-se a brigada Girad, todos lá se comportaram bem e, quando foi preciso, souberam morrer direito. **O governo não dispunha do Exército porque muita gente começava a pensar, a discutir, a observar-se. Idéias sub-reptícias entravam na caserna, os soldados se capacitavam de que não valia a pena fazer sacrifícios para receber o Rei da Bérzica e os ossos de d. Pedro II.** (RAMOS, 2000, p. 184, 185. *grifos meus*)

A posição política de Graciliano Ramos em relação à “Revolução de 1930” fica bastante nítida quando o autor aponta a ausência de um projeto político claro:

Realmente faltava um programa. Como seria possível fazer uma revolução sem programa? Derrubar para quê? Conversa fiada, tempo gasto à toa, perdas de vida e fazenda – e no fim, conquistado o poder, ficarem todos olhando uns para os outros, indecisos. Os homens de 1930 não tinham um programa. E justificaram-se. Como teriam podido arranjar isso? Importar? Que é que deviam importar? Vivíamos num país onde os lugares se diferenciavam muito uns dos outros. O nordeste era superpovoado, o Amazonas era quase deserto. Tínhamos criaturas civilizadas em Copacabana e selvagens de beíço furado no Mato grosso. Quem sabia disto lá fora? Assim, os revolucionários deram uma explicação razoável ao público: tencionavam firmar-se na realidade brasileira. **E como essa realidade tudo podia comportar, houve aqui um saco de gatos:** inimigos ferozes se juntaram, idéias contraditórias tentaram harmonizar-se. Tudo se separou, naturalmente. **A realidade brasileira, badalada em artigos e discursos, virou lugar-comum. É inegável, porém, que das fórmulas de 1930 foi esta a melhor. Sem mencioná-la, várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência.** (RAMOS, 2000, p. 185, 1986. *grifos meus*)

A ausência de um “programa” fez da “*rápida mudança de valores sociais*”, uma subversão quase completa da hierarquia, mas, a ausência de um projeto político definido e claro permitiu o “*saco de gatos*”, a composição de forças e representações políticas antagônicas tentando “*harmonizar-se*”.

Pequena história da República não é um ensaio sociológico, Graciliano Ramos de certa forma zomba do lugar comum da “*realidade brasileira, badalada em artigos e discursos*” alusão crítica à falta de objetividade e criticidade da intelectualidade brasileira que se ocupa com “*os problemas nacionais*” sem sequer mencionar 1930.

A *Pequena história da República* de Graciliano Ramos revela-se impúblicável para circular nas escolas em plena vigência do Estado Novo. A escrita tem o tom do desabafo, da conversa informal com o leitor, reflete bem essa luta política no plano da

atividade intelectual de sua produção literária e profissional. O teor da linguagem do texto tem o *ponto de mira didático* direcionado ao aluno de ensino secundário, exatamente o contexto educacional em que Graciliano Ramos atuava como inspetor federal de ensino.

O texto didático tem por necessidade de comunicação com o seu leitor uma linguagem literária mais clara, uma construção textual mais objetiva e ágil, que permita facilitar a recepção do texto. *A Pequena história da República* de Graciliano Ramos parece conter esse perfil que caracteriza o bom livro didático.

Ao escrevê-lo, Graciliano Ramos não inventa heróis nem grandezas, *fustiga-as e enfrenta-as, perscrutando-as com o olho do seu personagem Alexandre*. (LINS In: RAMOS, 2000, p. 199, 200) Aquele olho que procura ver claro para ir mais fundo nas “*coisas*”.

3.3 - O “escritor funcionário”: Literatura, educação e resistência

Graciliano Ramos fez da literatura um ofício, da educação uma função pública e uma ação política. A trajetória profissional como educador e servidor público confirma essa opção: mestre escola, presidente de junta escolar, prefeito de Palmeira dos Índios, Diretor da imprensa oficial e Diretor de instrução Pública do Estado de Alagoas, bem como toda a sua trajetória profissional no Rio de Janeiro, como jornalista e Inspetor federal de ensino secundário, revela-se entrelaçada com a produção literária concomitante.

O fazer literário e o funcionalismo público na educação se entrelaçaram profissionalmente na vida de Graciliano Ramos. Se observarmos seu percurso profissional, no Rio de Janeiro, ele está dividido entre a imprensa, a literatura, e a educação. O seu reconhecimento profissional como escritor auxiliou na sua recuperação econômica por meio de uma rede de sociabilidade, amigos da imprensa e do mundo literário, na sua reintegração ao mercado de trabalho e a afirmação estética e política de sua obra.

No dia 13 de janeiro de 1937, dez meses e dez dias após sua prisão Graciliano Ramos foi libertado. O escritor é hospedado, por alguns dias, em casa de José Lins do Rego, com sua saúde abalada, cumpre aí na companhia da família de “Zélin” um período de recuperação. Em seu primeiro mês de liberdade, Graciliano Ramos escreve o livro infantil *A terra dos meninos pelados. A história do Garoto que tem um olho preto, outro azul e a cabeça pelada, o escritor a imagina para distrair a filha mais nova de José Lins. A terra dos meninos pelados traz as marcas das humilhações sofridas na Ilha Grande.* (RAMOS, 1979, p. 117)

O texto infantil *A terra dos meninos pelados*, criado em janeiro de 1937, foi revisado e emendado em fevereiro, conforme carta de 14 de fevereiro, do autor a sua esposa Heloisa, que embarcou para Maceió, para tomar as providências para a mudança da família. Em abril “os meninos pelados” são inscritos por Graciliano Ramos no concurso do Ministério da Educação e Saúde.

Comecei a escrever um conto muito chato, fiz uma carta ao Garay e **revi a cópia datilografada dos meninos pelados, que foram para o Ministério da Educação. Vi lá, num corredor, o nariz e o beijo caído de s. exa. O Sr. Gustavo Capanema.** Zélin acha excelente a nossa desorganização, que faz que um sujeito esteja na **Colônia**⁷ hoje e fale com ministro amanhã;

⁷ Referência à Colônia Correcional, presídio na Ilha Grande, RJ, onde Graciliano Ramos esteve preso.

eu acho ruim a mencionada desorganização, que pode mandar para a **Colônia** o sujeito que falou com o ministro. (RAMOS, 1981, p. 173, 174. grifos meus)

Em Setembro de 1937, O livro é premiado em terceiro lugar no concurso, dois anos depois, sairá pela Livraria Globo, com ilustrações de Nelson Boeira Faedrich. No início da década de 1940 foi publicado em quadrinhos, no Pan Infantil - revista das Organizações Pan, de Jerônimo T, de Alencar Lima. (RAMOS, 1979, p. 119)

Em maio de 1937, Graciliano Ramos é homenageado em uma edição especial da revista Acadêmica (Ano 3, nº 27) com treze artigos e retratos de Portinari e Adami. Essa homenagem não altera a sua penúria financeira, sem emprego o escritor recomeça fazer contatos, por meio de amigos em busca de trabalho. Almir de Andrade consegue para o romancista trabalhos de revisão de texto no Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo.

Graciliano Ramos como profissional do ofício da escrita tem na imprensa o seu veículo de sobrevivência: *escreve muito – para jornais, revistas, uma cadeia distribuidora de matérias para a imprensa – artigos, crônicas, contos. Produz também legendas, encomendadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para umas gravuras, magníficas, das publicações do Patrimônio Histórico Nacional.* (RAMOS, 1979, p. 123)

Carlos Drummond de Andrade, chefe do gabinete do ministro da Educação e Saúde, conseguiu em agosto de 1939, a nomeação de Graciliano Ramos para o cargo de Inspetor federal de ensino secundário.

Em 1942, Graciliano Ramos é homenageado pelo seu cinquentenário, em um jantar promovido no Antigo Restaurante Lido, em Copacabana. A homenagem tem a função de manifestar o reconhecimento de sua obra literária, é o triunfo do romancista, a Associação Brasileira de Escritores entrega ao homenageado o prêmio

de cinco mil cruzeiros, referente ao ano de 1942, pelo conjunto de sua obra. *Ao saudá-lo, Augusto Frederico Schmidt deixa claro tratar-se de uma “noite de reparação, um ato de compreensão por quem foi tão duramente incompreendido”.* (RAMOS, 1979, p. 159)

As Oficinas Gráficas Alba imprimiu uma limitada edição de quinhentos exemplares, em 15 de março de 1943, de Homenagem a Graciliano Ramos, que reúne os discursos pronunciados no Lido, complementada com as matérias jornalísticas publicadas por ocasião do seu cinquentenário.

É o reconhecimento do literato sertanejo e pobre, romancista dos pobres diabos, homem de condição modesta, escritor dos quartos de pensão nas quais viveu com sua família no Rio de Janeiro, após sua libertação, sem cargos brilhantes e sem projeção política, e que nem mesmo como escritor esteve amparado numa situação jornalística que favorecesse sua projeção. Assim o definiria Osório Borba, na homenagem do seu cinquentenário: *“um simples e puro homem de letras, e que se mantém rigorosamente fiel à literatura”.* (RAMOS, 1979, p. 160)

Considerações Finais

Este estudo buscou investigar o percurso profissional de Graciliano Ramos, como literato e funcionário público da educação. Literatura, jornalismo e educação foram atividades concomitantes na vida do escritor, desde os seus primeiros passos como comerciante e mestre-escola em Palmeiras dos Índios até o cargo de Inspetor Federal de ensino secundário no Rio de Janeiro. Suas obras memorialistas e autobiográficas, *Infância* e *Memórias do Cárcere*, bem como sua produção literária destinada às crianças, *Pequena história da República*, se constituíram nas fontes fundamentais deste trabalho, por tratar-se de documentos valiosos para a análise das relações de Graciliano Ramos com a educação.

As três obras aqui estudadas compõem um conjunto documental, produzido no período após a sua prisão no Rio de Janeiro, onde o escritor arquivou impressões, representações e posições políticas indicativas para a análise de seu percurso profissional. Em *Infância* encontramos o desenho duro, seco e violento do sertão, pelo traço do escritor; o registro de suas memórias como criança, a representação literária do menino sertanejo no início do século XX, os primeiros anos de escola, o medo presente da tirania dos adultos e da palmatória, o tumultuado processo de alfabetização e letramento, a crítica aos livros didáticos do Barão de Macaúbas, a impressão dos professores e diretores, os primeiros contatos com a produção escrita.

O surgimento do escritor e homem de letras do sertão abriu possibilidades de fazer nascer o prefeito de Palmeira dos Índios, conhecido como contrário ao nepotismo e os favores locais que caracterizavam a vida pública nordestina, prefeito dos famosos relatórios administrativos enviados ao governador de Alagoas, transformados em seus primeiros escritos que ganharam projeção nacional, causando riso e chacota, na capital da República, pela objetividade da linguagem desprovida de tecnicismo e pela transparência administrativa. No início da década de 1930, afirma-se o escritor de *Caetés* e em 1933, surge o Diretor de Instrução Pública de Alagoas.

Nos registros de *Memórias do Cárcere* encontramos assinaladas pelo escritor as razões da sua perseguição política, questões diretamente ligadas à atuação dele como Diretor de Instrução Pública de Alagoas. Graciliano Ramos menciona o *tenente* que realizou sua prisão, destacando seu pedido de aprovação da sobrinha no grupo escolar de Penedo; o *telegrama* injurioso de um candidato, provavelmente professor, que se sentira prejudicado, em concurso público; *Dona Irene*, diretora do grupo escolar vizinho à sua casa, e seu diálogo referente às melhores notas das alunas negras; a *suspensão do hino de Alagoas das escolas públicas* - como causas motivadoras da sua prisão, conforme assinala o texto, foi justamente a *conjugação dessas miuçalhas*, que havia mandado *para as grades um pai de família, meio funcionário, meio literato*. (RAMOS, 1981, p. 35) O embate político com as oligarquias se deu pela intransigência política e administrativa de Graciliano Ramos como Diretor de Instrução Pública, contra todos os *mandões de todos os matizes e feitios*, da política alagoana.

Em Pequena história da República, no início da década de 1940, podemos perceber a sua ironia cáustica corroendo os ícones e heróis nacionais. Satirizando um

nacionalismo “fascista tupinambá” e a ausência do povo na República dos militares, dos bacharéis e dos coronéis.

Infância, Memórias do Cárcere e Pequena história da República carregam o viso do narrador de histórias que foi Graciliano Ramos, o prosador das coisas do sertão, o escritor funcionário público, o profissional da escrita, no sentido estrito da palavra - como dever de ofício daquele que pratica sistematicamente em troca de lucro, de dinheiro para sobreviver – porém, fez da sua escrita, instrumento para registrar suas experiências.

O legado da “civilização do couro” talhou o tom seco da sua escrita, recorreu à experiência que se que recorrem todos os narradores. *E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.* (BENJAMIN, 1996, P.198) Graciliano Ramos sabia disso, a força de sua narrativa talvez se origine nessa capacidade de conjugar a herança da oralidade nordestina, dos contadores de histórias da sua infância, do cordel, os folhetos da meninice, com a narrativa escrita, complementando-se para criar a plenitude do narrador.

As três obras analisadas neste estudo foram obras escritas e editadas a partir da década de 1940, tempo em que Graciliano Ramos se estabelece no Rio de Janeiro, desempenhando as funções de jornalista, escritor e Inspetor Federal de ensino secundário.

Ele não foi um reformador da educação, não debateu publicamente, não escreveu sobre educação, nunca se considerou um intelectual do *primado espiritual*, mas sim *escritor de quartos de pensão*, foi sempre um funcionário da educação, um

narrador profissional, um contador de histórias. A trajetória profissional de Graciliano Ramos é distintiva por sua resistência intransigente à subordinação de sua produção estética e intelectual aos projetos político-ideológicos. Sofreu na carne o custo de sua intransigência política e estética, encontrou na literatura, na imprensa e na educação espaços de ação e resistência à sua tutela e cooptação pelo Estado, sobretudo, na forma autoritária, que este assumiu, no período do Estado Novo.

O percurso profissional de Graciliano Ramos demonstra um processo dinâmico do mercantilismo e da burocratização do trabalho intelectual no século XX. A expansão dos meios de comunicação de massa aumenta a oferta de emprego, e possibilita a ascensão da função intelectual como trabalho especializado e subordinado às exigências do mercado, limitando o poder de crítica da atividade intelectual. Consolidando um processo denominado por C. Wright Mills, como a derrota dos intelectuais no século XX, resultado de *um novo sistema de patrocínio dos intelectuais independentes, que parece ter contribuído para a perda de sua vontade política e mesmo de suas esperanças morais* (1969, p.163).

Apesar de toda a enorme capacidade de cooptação, força e controle do Estado e do mercado, ninguém poderia agir livremente sobre esses trabalhadores, nem destruir os efeitos de sua atuação com um único golpe. Nesse sentido, nos lembra Mills: *É sempre mais fácil localizar um inimigo externo do que localizar uma condição interna. Nossa derrota impessoal teceu uma trama trágica, e muitos foram traídos pelo que existe de falso nela.* (1978, p.162)

As atividades literária, jornalística e educacional de Graciliano Ramos parecem testemunhar a resistência às pressões da sociedade, a negação de sucumbir ao cerco

de setores do poder próximos a ele, atesta uma intransigência política e estética. Seu percurso intelectual, sua opção de resistência à subordinação parecem traduzir o reconhecimento de limites, mas nunca de apatia.

Graciliano Ramos sustentou o primado político do intelectual individual, *o mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e da sociedade* (MILLS, 1980, p.240). Passageiro de suas letras encontrou na literatura, a maneira mais eficiente de pensar, e, portanto, resolver as contradições de seu tempo, buscou construir um pensamento crítico e individual transformados em literatura, como ação pública e intelectual de sua sobrevivência política.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **A imagem de Proust**. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*, vol. 1, Brasiliense: São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

BOMENY, Helena M. Bousquet. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão – ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DANNER, Mario Fernando Passos. **Graciliano Ramos e a crônica: uma vida em três séries**. In: CHALHOUB, S., NEVES, M. S., PEREIRA, L.A. (orgs.). **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, J. R. Oriá. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história (1934-1961)**. Tese (Doutorado em Educação) faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 2009.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.

GONDRA, José. **Arquivamento da vida escolar: um estudo sobre O Atheneu**. In: VIDAL, D.G., SOUZA, M.C.C.C. (orgs.). **A memória e a sombra: A escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GONDRA, José. **Medicina, higiene e educação escolar**. In: LOPES, E.M.T., FILHO, L.M.F., VEIGA, C.G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica editora, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

HUNT, Lynn. **História, Cultura e Texto**, In: **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos**. São Paulo: Global, 1986.

LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização**. In: DE LORENZO H. C., COSTA, W. P. (orgs) **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter.(Org). **A escrita da história – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Luis Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Yêdda Dias. REIS, Zuenir Campos. **Catálogo de manuscritos do arquivo Graciliano Ramos**. São Paulo: Edusp, 1992.

LINS, Álvaro. **Valores e misérias das vidas secas**. In: RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1985.

LINS, Osman. **O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado**. In: RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

MICELI, Sergio, **Intelectuais à brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A nova classe média – (white collar)** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Poder e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA, Wander M. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: EFMG, 1992.

MORAES, Denis. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. « **Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado** », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index1499.html>. Acesso em: 27/08/2009.

RAMOS, Clara. **Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadeia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Mediafashion, (Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros; V. 16), 2008.

_____. **Cartas**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. **Linhas Tortas**. São Paulo: Martins, 1972.

_____. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro, São Paulo: Recorde, 2000.

_____. **Pequena história da República**. In: RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. Rio de Janeiro, São Paulo: Recorde, 2000.

_____. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1985.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Helena Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão - Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Márcia Cabral da. **Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOARES, Magda. **A escolarização da literatura infantil e juvenil**. In: MARTINS, Aracy Alves. BRANDÃO, Heliana Maria Brina. MACHADO, Maria Zélia Versiani. (Orgs.) **Escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SODRÉ, Werneck Sodré. Prefácio. In: **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A literatura como espelho da nação - Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

VERÍSSIMO, José. **Educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Dossiê da Polícia Política sobre Graciliano Ramos

PRONTUÁRIO N. 11.473

Nome GRACILIANO RAMOS

DATAS			ANOTAÇÕES DIVERSAS
14	3	936	Demitido do cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado de Alagoas, em virtude de suas atividades subversivas.
14	3	936	Aqui apresentado pelas autoridades Alagoas (<i>sic</i>), em virtude de haver participado do movimento comunista irrompido no Nordeste do país, em 23.11.935, sendo recolhido à Casa de Detenção.
11	6	936	Com ofício 893-S/2, foi transferido para a Colônia Correccional de Dois Rios.
29	6	936	Procedente da Colônia Correccional, foi recolhido à Casa de Detenção, com ofício nº 958-S/2.
29	6	936	Transferido para a Sala da Capela da Casa de Correção, com ofício nº 966-S/2.
11	1	937	Em rádio nº 134000, o sr. Secretário do Interior do Estado de Alagoas informa não haver inconveniente na liberdade do prontuariado. (Doc. 2)
13	1	937	Posto em liberdade por determinação do sr. Chefe de Polícia.
18	1	937	Informação nº 157-S/2, em referência a um requerimento do advogado do prontuariado. (Doc. 3)
5	3	949	Inf. nº 2785 — ARQUIVO, transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Docs. 4 a 6)
8	4	949	Nesta data, solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem à França. JC.
1	4	949	Inf. nº 4912 — ARQUIVO, em ref. ao Of. nº 971, da D.S.S., transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Doc. 7)
2	4	949	Informação do S.Iv. (St-1) sobre o prontuariado, a propósito do pedido de verificação de antecedentes por parte do mesmo, para efeito de obtenção de passaporte. (Docs. 8 a 10)

PRONTUÁRIO N. 11.473

Nome GRACILIANO RAMOS

- 2 -

DATAS			ANOTAÇÕES DIVERSAS
18	11	1949	Inf. nº 13878 — ARQUIVO, em ref. ao doc. prot. sob o nº 16.946/49, transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Docs. 11 e 12)
1º	12	1949	Of. nº 2129-S/I, em resposta ao de nº 15.300, de 8 de novembro último, do Delegado Adjunto de Ordem Social de S. Paulo, transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Doc. 13)
6	2	1950	Inf. nº 1984 — ARQUIVO, em ref. ao doc. prot. sob o nº 1.630/50, transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Doc. 14)
9	2	1950	Inf. s/nº do Setor Trabalhista transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Doc. 15)
18	9	1951	Inf. nº 14.640 — ARQUIVO, em ref. ao doc. prot. sob o nº 13.778/51, informando os antecedentes do prontuariado e outros. (Docs. 16/17).
28	12	1951	Recorte do jornal 'IMPrensa POPULAR' de 23 do corrente, com noticiário referente ao prontuariado. (Doc. 18).
22	2	952	Inf. nº 1 589 — ARQUIVO, em ref. ao doc. prot. sob o nº 2.029/52, transmite os antecedentes do prontuariado. (Doc. 19).
13	6	952	Of. 2245 D.P.S. ao Exmo. Sr. Min. da Justiça e Neg. Interiores. Ao devolver o telegrama subscrito pelo prontuariado — informa os antecedentes do mesmo, bem como dos indivíduos aos quais citado teleg. se refere. (Docs. de 20/32)
12	9	952	Nesta data, solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem à Argentina — tratamento de saúde — JC.
6	1	953	Nesta data foi arquivado o Of. nº 772 de 18.2.52, do Inspetor da Alfândega do R. de Janeiro ao Diretor desta D.P.S., transmitindo em anexo o processo nº 5.497/52, em que o prontuariado requer registro para o jornal 'PARTIDÁRIOS DA PAZ'. (Vide envelope 11.473)

Ex.^{mo} Sr. Presidente e demais Membros do Tribunal de Segurança Nacional⁸

GRACILIANO RAMOS, brasileiro, casado, escritor, atualmente preso na Casa de Correção entre detidos políticos, vem expor e requerer:

Vinha o Requerente exercendo, desde muito, no Estado de Alagoas o cargo de Diretor da Instrução Pública, como elemento de confiança pessoal do Governador do Estado, Sr. Osman Loureiro, quando em 3 de Março do corrente ano foi detido, na cidade de Maceió, por um oficial do Exército, que, sem lhe explicar os motivos desse ato, disse-lhe, entretanto, estar assim agindo por ordem do General Newton Cavalcanti, Comandante da 7ª Região Militar.

Na manhã seguinte viu-se o Requerente transportando para o Quartel do 31º Batalhão de Caçadores da cidade de Recife, onde, num encontro acidental com o General Newton Cavalcanti, em visita àquele estabelecimento militar, ouviu daquele General, a quem acabava de ser apresentado, a declaração de que era um dos mais perigosos comunistas de Maceió.

Decorridos uns oito dias, mais ou menos, da sua chegada ao Recife, foi o Requerente mandado para esta Capital, de onde, ao aportar, foi conduzido à Colônia Correccional, de mistura com os mais destacados elementos da escória social.

Após vexames de todo gênero, o Requerente foi retirado da Colônia Correccional para ser transferido para a Casa de Correção, onde ainda se acha, alegando, então, as autoridades policiais que tudo o que de desagradável acontecera com o mesmo Requerente decorreria da circunstância de não ter sido estabelecida, desde logo, a sua identidade.

Nestes oito meses de prisão imposta ao Requerente nunca o submeteram a qualquer interrogatório, nem em Maceió, nem em Recife, nem nesta Capital. Nunca lhe explicaram as razões porque o privaram de sua liberdade, o separaram do convívio de sua família, o afastaram de suas funções, e o impediram de prover à manutenção própria, e a dos que vivem as suas expensas.

A única coisa, pois, que o Requerente sabe que se lhe atribui – e isto em virtude do encontro casual que teve com o General Newton Cavalcanti, e já referido –, é que esse militar lhe emprestara a qualidade de comunista perigoso.

Nada, entretanto, existe na vida e na atuação do Requerente que justifique semelhante suspeição.

Sua atividade quer como Diretor de Instrução, quer como escritor se orientou sempre por uma linha de severa austeridade, aferida pelos critérios da moral tradicional do nosso país.

As horas de lazer que as funções de Diretor de Instrução deixavam à livre disposição do Requerente, ele as utilizava em proveito dos imperativos do seu temperamento de artista, aproveitando-as única e exclusivamente em trabalhos puramente literários.

Nestas condições, seria impossível descobrir o que quer que fosse, na vida profissional e artística do Requerente, a todos surpreendeu, uma vez que uma suspeita desta natureza não fora jamais levantada contra ele.

⁸ Petição do advogado Sobral Pinto ao TSN, em outubro de 1936, compilada em: MORAES, 1993, p. 358-360.

À vista desta circunstância, um homem de letras desta Capital dirigiu-se – consoante consta ao Requerente – ao Sr. Chefe de Polícia desta Capital, para que esta autoridade, no exercício das suas contribuições políticas, se dignasse de proceder como lhe parecesse justo.

O Sr. Chefe de Polícia verificou, então, que nos processos instaurados referênciava alguma surgiu contra o Requerente, cuja prisão só encontrava justificativa na ordem do General Newton Cavalcanti.

Impunha-se, por isto, um pedido de informações a este militar, que, em resposta, se limitou a reproduzir a frase seca que, em Recife, já pronunciara, por ocasião do encontro accidental que, no Quartel do 31º Batalhão de Caçadores tivera com o Requerente.

Instalado, agora, este Tribunal de Segurança Nacional, é evidente que cabe-lhe conhecer, desde logo, da situação de todos os presos políticos, suspeitados de atividade subversiva da atual ordem social brasileira, afim de que, praticando as diligências que estiverem ao seu alcance, esclareça, sem demora, se existe, ou não, possibilidade de ser tais presos políticos submetidos à eventualidade de um processo criminal.

Fiado em que este Tribunal de Segurança Nacional se disponha a evitar que perdurem, por mais tempo, injustiças patentes com a que vem ferindo o Requerente, toma ele a liberdade de se dirigir aos Juizes recentemente investidos de tão delicada função, para lhes requerer que, atuada a presente, se instaure uma instrução sumária, ainda que sejam pedidas urgentes informações às autoridades Federais e Estaduais competentes no sentido de declararem se foi feita contra o Requerente alguma prova que autorize este Tribunal de Segurança Nacional a presumir que possa vir a ser instaurado contra o nosso Requerente qualquer procedimento penal, sob o fundamento de que seja ele elemento nocivo à estabilidade da atual organização social brasileira

Nestes termos,

P. Deferimento.

EPL – EMPRESA DE LEITURA E PUBLICIDADE LTDA

Edifício do Ouvidor – Rio de Janeiro – R. Uruguaiana, 86 – Sala, 805

Fone: 42-8835 - Caixa Postal: 1219 - End. Teleg. ELP

ESFERA

Revista de letras, artes, ciências

Rio - 4 - Agosto - 1938

Prezado Anísio:

Recebi ontem a sua carta, que me surpreendeu um pouco, porque algumas pessoas me haviam dito que a tradução se afastava muito do livro que recebi. Agora estou sossegado. Se o serviço lhe agrada, vou fazer os outros capítulos; julgo, porém, que eles consumirão muito tempo, pois só posso trabalhar à noite, nas horas vagas. Por enquanto necessito arranjar outras coisas, para ir-me agüentando neste lugar horrível. Não se admire, portanto, se o livro estiver concluído em setembro ou outubro. Se eu tivesse aqui o original em inglês, talvez fosse melhor. É verdade que o meu inglês não é grande coisa: sempre foi ruim e nestes últimos anos deve ter piorado. Mas se eu tivesse os dois textos, o perigo de enganar o preto, seria menor. **O livro para crianças encalhou no princípio. Penso exatamente como você: si se procura um assunto infantil e se usa uma linguagem infantil, a criança percebe que somos tolos e não lê. O que pretendia fazer é contar umas histórias de mentirosos do nordeste; talvez os meninos gostassem de alguns tipos. Veremos isso para o futuro. Tenho um livro para crianças na livraria do Globo, mas coisa bem ordinária. A que pretendia escrever agora seria menos ruim, parece-me.**

Quanto ao pagamento da tradução, você fará o que achar conveniente. De qualquer forma tudo estará direito.

Um grande abraço, meu caro Anísio. E novos agradecimentos do

Graciliano

Arquivo: Anísio Teixeira

Classificação: AT c 1938.08.04 - Data: 04/08/1938

Qtd.de documentos: 1 (1 fl.) - Carta de Graciliano Ramos a Anísio T. sobre uma tradução que

Graciliano está fazendo e comentando literatura infantil. Rio de Janeiro.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)